

JAQUELINE SOARES BARBOSA

**AGROECOLOGIA E GÊNERO: a construção de um
'Novo Horizonte' em Araponga – MG**

Tese apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós Graduação em
Economia Doméstica, para
obtenção do título de “Magister
Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2004

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

B238p
2004

Barbosa, Jaqueline Soares, 1965-
Agroecologia e gênero: a construção de um 'Novo
Horizonte' em Araponga – MG / Jaqueline Soares
Barbosa. – Viçosa : UFV, 2004.
xi, 92f. : il. ; 29cm.

Orientador: Maria de Fátima Lopes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 87-92.

1. Mulheres no desenvolvimento rural. 2. Trabalhadoras
rurais. 3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento susten-
tável. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 20.ed. 305.4

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas, que colaboraram na construção deste trabalho, reconhecendo que seria impossível citar todos os nomes.

À minha mãe, Conceição, pelo apoio incondicional à minhas opções.

Ao amigo e companheiro Serginho, pela paciência e amor nos momentos difíceis da construção da dissertação.

De maneira especial à Fatinha, pela orientação, críticas sugestões e principalmente, pela amizade e bondade.

À Ana Louise, pela delicadeza como pegou-me pela mão para escrever esta dissertação e pela boa vontade em disponibilizar todo material.

Ao Fábio, pelos conselhos e paciência nas horas difíceis.

À amiga nas horas certas e incertas, Jaciane, pelo seu sempre disponível divã. Obrigada pela companhia e assessoria nas aventuras *off road* em Araponga.

À Miriam, pelo carinho, amizade, conselhos e apoio.

À Dora e Ivna, pela amizade à primeira vista.

À Márcia, pelos cafés, incentivos e companheirismo.

A todos amigos que compartilharam os momentos de ansiedade e alegrias.

Aos colegas, professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação do DED.

Ao pessoal do Novo Horizonte, que me recebeu com carinho e confiança, em especial à Neide, que me abriu as portas para realização do trabalho de campo.

Ao CTA, pelo apoio logístico, principalmente para a realização do trabalho de campo e pela presteza em disponibilizar documentos, relatórios e biblioteca.

À Simone, pela alegria motivadora e pela participação na banca de qualificação do projeto de trabalho da dissertação.

À Irene, pelo incentivo e por aceitar participar da banca de defesa desta dissertação.

À Nora, pelas valorosas contribuições na defesa.

Ao Departamento de Economia Doméstica e à CAPES, pela concessão de 12 meses de bolsas para realização deste trabalho.

BIOGRAFIA

Jaqueline Soares Barbosa nasceu em Viçosa - MG.

Na Universidade Federal de Viçosa realizou os estudos de graduação em Tecnologia de Cooperativismo e Economia Doméstica.

Em sua trajetória profissional, destaca-se a atuação como assessora a organizações governamentais e não-governamentais em projetos de planejamentos, que visam o desenvolvimento rural sustentado, construídos através de metodologias participativas.

Em Abril de 2004, concluiu o Mestrado em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa.

CONTEÚDO

| | |
|---|------|
| LISTA DE FIGURAS..... | vii |
| LISTA DE QUADROS..... | viii |
| LISTA DE SIGLAS..... | ix |
| RESUMO..... | x |
| ABSTRACT..... | xi |
| | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| | |
| CAPÍTULO 1 | |
| AGROECOLOGIA: IMPASSES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE SOCIEDADE | 8 |
| 1.1. O surgimento da agroecologia | 8 |
| 1.2. Sustentabilidade agrícola | 11 |
| 1.3. Agroecologia e ‘revolução verde’ | 15 |
| 1.4. Os princípios agroecológicos | 19 |
| 1.5. Articulação agroecológica: o papel das ONGs | 22 |
| 1.6. Gênero no desenvolvimento sustentável | 25 |
| 1.7. Relativizando a perspectiva agroecológica: a lógica camponesa | 29 |

| | |
|--|---------------|
| CAPÍTULO 2 | |
| FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE ARAPONGA E O IDEÁRIO DE EQUIDADE AGROECOLÓGICO | 32 |
| 2.1. Caracterização da área de estudo | 32 |
| 2.2. Contextualização da unidade empírica de análise | 35 |
| 2.3. Desenvolvimento da comunidade de Novo Horizonte | 43 |
| CAPÍTULO 3 | |
| A ECONOMIA DOMÉSTICA DAS FAMÍLIAS DE ARAPONGA..... | 51 |
| 3.1. Atividades agrícolas | 52 |
| 3.2. Atividades reprodutivas | 57 |
| 3.3. Atividades para geração de dinheiro | 62 |
| 3.4. Participação política | 64 |
| CAPÍTULO 4 | |
| INFLUÊNCIA DOS EVENTOS AGROECOLÓGICOS PA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO | 72 |
| CAPÍTULO 5 | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 81 |
| BIBLIOGRAFIA | 87 |

LISTA DE FIGURAS

| | Página |
|---|--------|
| Figura 01: Localização do município Araponga..... | 33 |
| Figura 02: Estrutura fundiária de Araponga, MG | 34 |
| Figura 03: Vista parcial de Novo Horizonte | 43 |
| Figura 04: Escolaridade | 46 |
| Figura 05: Atividades agrícolas das mulheres | 54 |
| Figura 06: Atividades agrícolas dos homens | 55 |
| Figura 07: Coleta de lenha | 59 |
| Figura 08: Fonte de geração de dinheiro por homens e mulheres | 64 |

LISTA DE QUADROS

| | Página |
|---|--------|
| Quadro 1: Caracterização social das famílias..... | 39 |
| Quadro 2: Condicionantes, relações e opções que ilustram distintas estratégias de 2 grupos de família..... | 79 |

LISTA DE SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas

AFA – Associação dos Agricultores Familiares de Araponga

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

EFA – Escola Família Agrícola

PFM – Programa de Formação de Monitores

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

ARTR-ZM - Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata

RESUMO

BARBOSA, Jaqueline Soares, M. S., Universidade Federal de Viçosa, março de 2004.
Agroecologia e Gênero: a construção de um ‘Novo Horizonte’ em Araponga – MG.
Orientadora: Maria de Fátima Lopes. Conselheiros: Ana Louise de C. Fiúza e Fábio Faria Mendes.

Esta dissertação analisa a forma como famílias, que praticam agricultura familiar, experimentam/vivenciam princípios agroecológicos de equidade nas relações de gênero. Procuramos compreender como tais famílias resignificam, reproduzem e difundem práticas e representações concernentes aos princípios agroecológicos na economia doméstica, na comunidade e nas organizações políticas e religiosas das quais participam. O espaço de investigação empírica escolhido, para esta análise, foi a zona rural de Araponga, um município da Zona da Mata de Minas Gerais, onde realizamos uma pesquisa de campo em uma comunidade denominada “Novo Horizonte”. Desenvolvimento sustentável, agroecologia e agricultura familiar formam o eixo teórico desta dissertação. A agroecologia é considerada um meio para alcançar o desenvolvimento sustentável, buscando a otimização do agrossistema como um todo, através de relações entre pessoas, culturas, solos, água e animais. O termo sugere uma interação simultânea de preservação ambiental e de promoção socioeconômica das famílias agricultoras. Preconiza-se a necessidade de inter-relação entre instâncias produtivas, ecológicas e econômicas englobadas em contexto cultural particular. A interação entre essas instâncias reconhece o lugar da família e de seu trabalho na concepção e reprodução do sistema familiar agrícola. Da mesma forma, tal interação respeita a lógica de equidade presente nos princípios de desenvolvimento sustentável. A melhoria na distribuição de oportunidades, renda ou informação dentro das famílias e comunidades rurais e concretiza-se através da experiência de equidade.

ABSTRACT

BARBOSA, Jaqueline Soares, M.S., Universidade Federal de Viçosa. March 2004.
Agroecology and gender: the construction of a 'Novo Horizonte' in Araponga county –MG. Adviser: Maria de Fátima Lopes. Committee members: Ana Louise de C. Fiúza and Fábio Faria Mendes

This study was carried out to analyze the ways how the families practicing the family agriculture experience /live the agroecological equity principles in the gender relationships. We tried to understand how these families re-signify, reproduce and diffuse the practices and representations concerning to the agroecological principles in the domestic economy, in the community and in the political and religious organizations they use to participate. The empiric investigation space chosen for this analysis was the Araponga rural area, a county located in Zona da Mata de Minas Gerais, where a field research was accomplished in a community so-called "Novo Horizonte". The sustainable development, agroecology and family agriculture compose the theoretical axis of this dissertation. The agroecology is considered as means to reach the sustainable development, as looking for the optimization of the agrosystem as a whole, through the relationships among people, cultures, soils, water and animals. The term suggests a simultaneous interaction of the environmental preservation and socioeconomic promotion of the farming families. The need for inter-relation among the productive, ecological and economical instances included into a particular cultural context. The interaction among these instances recognizes the position of both family and its work in the conception and reproduction of the agricultural family system. On the same way, this interaction respects the equity logic found in the sustainable development principles. The improvement in the opportunity distribution, income or information within the families and rural communities is achieved through the equity experience.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar como a ‘família rural’, que pratica a *agricultura familiar*, apropria-se das idéias de equidade de gênero, veiculadas como atributos da agroecologia pelas organizações de apoio à agricultura familiar na comunidade de Novo Horizonte, Araponga, Estado de Minas Gerais.

Os eixos teóricos eleitos para descrição da realidade da comunidade de Novo Horizonte são a agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e agroecologia.

Neste trabalho, consideramos a agricultura familiar como *a exploração agrícola onde propriedade e trabalho estão ligados à família, sendo a atividade doméstica inseparável da atividade produtiva*. A agricultura familiar possui uma autonomia relativa, proporcionada pelo ‘controle’ dos meios de produção, principalmente a propriedade da terra, que a diferencia da situação de assalariamento (Lamarche, 1993; Sidersky, 1991; Moreira, 1997).

Consideramos que a agricultura familiar pode se manifestar de várias formas, em lugares e tempos diferentes, implementando práticas agrícolas distintas e diferentes entre si, mas mantendo as características de posse efetiva da terra e o caráter familiar preferencial da mão-de-obra empregada. Nas relações de trabalho em esfera familiar, operam valores simbólicos de poder, de decisão e de distribuição de tarefas e atividades, que atribuem um caráter heterogêneo e dinâmico à organização familiar. Portanto, as explorações familiares agrícolas podem não constituir um grupo social homogêneo, que corresponda a uma categoria social rural. Nesta dissertação, agricultura familiar é considerada como um

conjunto de práticas agrícolas, bem como um foco de análise, uma vez que considera a família rural e como ela se organiza para o trabalho dentro e fora da 'propriedade'.

Um dos debates sobre a agricultura familiar trata de como torná-la mais eficiente como produtora de alimentos. Para isso, busca-se entendê-la melhor, definindo características como tamanho, produção, presença ou não de mão-de-obra assalariada, classificando-a em grupos ou tipos. Ainda considera-se esta atividade como um setor da economia ou, enquanto função social, com potencial para conter o êxodo rural, na tentativa de diminuir o desemprego e a superpopulação nas cidades.

Outra forma de pensar a agricultura familiar consiste em caracterizar a sustentabilidade do sistema, que depende tanto das propriedades endógenas quanto de seus vínculos com o exterior. Deve-se levar em conta tanto a capacidade dos sistemas para gerar complementaridades internas e quanto para subsidiar suas próprias capacidades produtivas, como a capacidade de estabelecer fluxos economicamente rentáveis e sustentados, tais como o acesso a mercados e compradores diversos, capacidade de estocagem própria ou coletiva, pertencimento a associações, propriedade de material em comum, obtenção de crédito, comercialização, transformação de produtos, entre outros. As relações com o exterior tanto podem ser potencializadoras como atuar como freio ou um desorganizador da sustentabilidade dos sistemas (Almeida, 2001).

O conceito de sustentabilidade incorpora a idéia de uma dinâmica sinérgica entre eficiência ecológica, eficiência econômica e eficiência social (Melo, 2001; Almeida, 2001), transmitindo a visão de um sistema que garanta, ao mesmo tempo, a manutenção a longo prazo das condições ecológicas de produção e de produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; o retorno econômico adequado às famílias; a otimização da produção com um mínimo de insumos externos; a satisfação das necessidades humanas de alimento e renda; e o atendimento das necessidades sociais e culturais das famílias e comunidades.

Consideramos conforme Almeida (2002), que a agroecologia divulga a transição para uma agricultura mais sustentável do ponto de vista ambiental e social e, estrategicamente, incentiva a consolidação de um movimento social. Grande parte da pesquisa voltada para o desenvolvimento sustentável privilegia os aspectos produtivos e

ecológicos, negligenciando a perspectiva social e econômica em determinado contexto cultural que a agroecologia exige.

A agroecologia e o desenvolvimento sustentável são perspectivas analíticas, que impõem análises relacionais entre aspectos propriamente produtivos, e simultaneamente, aspectos considerados como improdutivos na agricultura familiar. Alguns estudos têm focado suas análises nas pessoas que vivem e trabalham em agricultura familiar. Entretanto, seus sonhos e anseios como o acesso à propriedade privada da terra¹, bem como os direitos que constroem e procuram tornar realidade, são preteridos. A família, quando considerada, o é para a organização do processo produtivo e é representada como um coletivo, na figura do ‘chefe’ – pai, marido: o produtor rural, o agricultor familiar. Nobre (1998) e Suárez e Libardoni (1992) ressaltam que o trabalho e a visão de mulheres, filhas e filhos são negligenciados, como se o interesse do pai incluísse o de todos.

As idéias que norteiam essa realidade social partem do princípio que os homens são sempre os responsáveis pelo trabalho propriamente produtivo na agricultura, na pecuária e tudo o que se associa ao mercado, enquanto as mulheres responsabilizam-se, pelo trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado com o quintal e com os pequenos animais. A divisão sexual do trabalho que fundamenta esta realidade, designa à mulher tudo o que é feito para uso e consumo próprio, além da reprodução da própria família desde o nascimento dos filhos, a inculcação dos primeiros símbolos, o cuidado com as crianças, a formação dos herdeiros, enfim a reprodução social. Contudo, é a reprodução biológica e social da família que define o estilo de vida, a visão de mundo e o ‘ethos’ camponês.

Esta realidade perpassa segmentos de classe. D’Ávila (1999), estudando o significado do trabalho feminino em uma indústria de confecção na cidade de Fortaleza, comprova tal situação para as operárias:

“o estudo do trabalho feminino pode revelar a arbitrariedade cultural presente nas equações: feminino é igual a reprodução, e masculino é igual a produção; apontando para o embricamento existente entre estas esferas e sua não polaridade. Atividades masculinas são definidoras do poder legitimado socialmente e continuam hierarquicamente melhor posicionadas. Atividades femininas encontram-se, nos dias atuais, ligadas a uma condição de complementaridade e desigualdade em relação às masculinas.”

¹ Explicitados no capítulo 2 quando da caracterização das famílias foco deste estudo.

A mulher operária, que exerce atividades remuneradas no espaço público, continua a desempenhar atividades domésticas, vivenciando uma dupla jornada de trabalho, sendo-lhe, ainda, imputada a responsabilidade de qualquer alteração ocorrida nas relações familiares ou no cotidiano familiar, sem que isso proporcione uma condição de maior importância e visibilidade na produção social. Entretanto, se tal realidade é verdadeira para famílias de classe operária, ela concretiza-se de forma muito particular na realidade rural, em que casa e 'trabalho' fazem parte de um mesmo contexto, estão no mesmo local, são inseparáveis e estão intimamente ligados à família. Não há fronteiras rígidas entre espaço propriamente doméstico e espaço propriamente produtivo. Atividades desenvolvidas no quintal podem ser classificadas como produtivas e, ou pertencentes a atividades domésticas da casa, quando realizadas por mulheres ou sob sua responsabilidade.

Várias instituições, que trabalham com a promoção do desenvolvimento rural, reconhecem de modo explícito a participação direta e indireta da mulher na agricultura familiar. Entretanto, tal reconhecimento não chega a modificar o pressuposto de que o homem/chefe de família é a própria unidade produtiva. Daí resulta o fato que, na execução de seus projetos, atribui-se ao sujeito masculino, o papel de representar o grupo doméstico em sua totalidade e responder pelas atividades desenvolvidas por todos os seus componentes. Conforme o estudo sobre Mulheres e Desenvolvimento Agrícola no Brasil, realizado por Suárez e Libardoni, em 1992, para o IICA, a informação, o crédito, o treinamento, a assistência técnica são, exclusivamente, dirigidos ao chefe de família, mesmo que nem sempre ele seja a pessoa mais adequada para receber e socializar esses benefícios no grupo doméstico.

Vários autores como Sarti (1996), Suárez e Libardoni (1992), Heredia (1979) e outros relatam que geralmente é o homem, marido, pai, chefe de família, ou outro homem adulto que, invariavelmente, participa de eventos de treinamento, pesquisas, reuniões, etc. Apesar de estar presentes no discurso sobre agricultura familiar e sustentabilidade, as mulheres e jovens são localizadas fundamentalmente em eventos definidos como doméstico, ou atividades consideradas complementares à economia familiar.

Tais questões pressupõem que, na organização da família para o trabalho agrícola, há complementaridade de tarefas, mas há desigualdade quanto à sua valorização. As atividades consideradas produtivas, tarefas realizadas por homens, ocupam lugar mais

valorizado que as tradicionalmente realizadas por mulheres, referentes à reprodução social e biológica da família.

O conhecimento sobre a agroecologia e a aprendizagem sobre práticas e condutas agroecológicas são fundamentais para se alcançar a participação ativa nos processos de decisão e planejamento da família rural. Se é sempre o mesmo representante do grupo familiar que participa das atividades, como ocorre o repasse de informações para a família? Há estratégias e, ou metodologias que propiciem a capacitação de mulheres e jovens, promovendo a equidade nas relações familiares? Uma vez que o conhecimento e a informação são mediados pelo elemento chefe da unidade familiar, como se consolidam ações que promovam a independência da mulher e dos jovens? Como os membros das famílias agricultoras apropriam-se de atividades agroecológicas? Sabe-se que essas atividades são mediadas e promovidas por organizações de agricultura familiar tais como Sindicato de Trabalhadores Rurais e Associações. Sabe-se ainda que essas representações são assessoradas por grupos que difundem os princípios agroecológicos. As questões assim elaboradas e problematizadas, permearam/nortearam todo o processo de construção do presente estudo.

A agroecologia, segundo seus idealizadores (Altieri, 1989; Khatounian, 2001) proporciona instrumentos de transformação social, a partir da idéia de participação e da busca da atenuação das assimetrias internas dentro das famílias agricultoras. Entretanto, no presente trabalho, acreditamos que é necessário buscar compreensão do modo como as famílias gerenciam e planejam as atividades, como são garantidos a aprendizagem e o repasse técnico, e em como vem se reestruturando a partir da participação das atividades organizadas pelo movimento agroecológico.

Este estudo analisa como as oportunidades de participação no STR, nas associações e grupos religiosos, bem como o conseqüente acúmulo de conhecimentos advindos dessa participação, são incorporados e aproveitados pelos homens, mulheres e jovens homens e mulheres. Analisa, ainda, como está sendo viabilizada a equidade – atributo da agroecologia – que orienta os objetivos de sustentabilidade desses grupos. A questão que norteia esta reflexão é o modo como as oportunidades de discussão sobre agroecologia nos espaços dos sindicatos, nas associações e nos grupos religiosos, onde se privilegia a equidade, está sendo traduzida para outros membros da família, que não participam

diretamente dessa discussão. Tal questão se justifica na medida em que são os homens que, geralmente, participam das atividades agroecológicas.

A unidade empírica desta pesquisa é constituída por famílias que praticam a agricultura familiar no município de Araponga, MG. Neste universo escolhemos as famílias as quais pelo menos uma pessoa seja associada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, ou à *Associação dos Agricultores Familiares de Araponga* e que participem de um *grupo de compra conjunta de terras*, constituído no ano de 2001².

Esta escolha é fruto do envolvimento da pesquisadora com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM, que é parceiro do STR de Araponga, assim como de vários trabalhos realizados em função desta parceria. Essas oportunidades proporcionaram conhecimento a respeito do município, das atividades do STR e, principalmente, das famílias rurais e lideranças sindicais e comunitárias. Além de permitir a elaboração dos pressupostos desta pesquisa, permitiu o acesso ao grupo escolhido para participar da pesquisa de campo.

Neste grupo, participam: famílias de recém-casados; famílias com muitos filhos; famílias que moram na terra adquirida pelo grupo de compra conjunta de terra; famílias que residem em outro local e plantam neste lugar, além de lideranças comunitárias e sindicais. A heterogeneidade do grupo proporcionou uma diversidade de informações favoráveis às análises e sínteses que compõem a pesquisa.

No município de Araponga, as famílias agricultoras e trabalhadores rurais e suas organizações possuem algumas experiências peculiares: possuem propriedades, onde as experiências agroecológicas são consideradas, econômica e ecologicamente, bem sucedidas pelo Monitoramento de Impactos Econômicos de Práticas Agroecológicas, realizado pelo centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM (AS-PTA, 2003). Fazem parte do processo da citada '*compra conjunta de terra*', sendo que destinaram parte da terra, adquirida por um grupo em 2001, para a construção de uma Escola Família Agrícola que deverá atender o município e região. O STR de Araponga liderou, juntamente com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Instituto Estadual de Florestas,

² A experiência de compra conjunta de terra destaca por ser original enquanto iniciativa comunitária que envolve captação de recursos da própria comunidade complementada por um *Fundo de Crédito Rotativo* doado pela Fundação FORD. Para participar do grupo, a família assume o compromisso de resistência na terra, de adotar práticas agroecológicas e de contribuir para continuidade da conquista de terra.

EMATER e outros sindicatos da região, a conquista popular da legalização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. O conhecimento dessas experiências levou- nos a considerar algumas famílias agricultoras, que fazem parte dessas organizações, como foco do estudo.

Elegemos como preocupação central deste estudo, a análise de famílias que praticam a agricultura familiar através do princípio agroecológico de equidade nas relações de gênero, compreendendo como resignificam, reproduzem e difundem as práticas e representações concernentes a este princípio. Para tal, a investigação foi orientada no sentido de descrever a divisão/especialização do trabalho na unidade familiar em seus próprios termos. A descrição da forma como as mulheres e homens estão integrados na dinâmica das atividades consideradas produtivas, reprodutivas e políticas é parte integrante desta análise. O modo como as pessoas tiveram acesso às condições necessárias a uma participação efetiva nos espaços políticos e comunitários bem como a análise de como as oportunidades de participação nas atividades promovidas ou mediadas por organizações, que assessoram a agricultura familiar, estão dadas para homens, mulheres e jovens homens e mulheres também são delineadas nesta dissertação.

As análises das informações que compõem esta dissertação de mestrado são descritas em capítulos. No primeiro capítulo apresentamos as discussões sobre agroecologia, particularizando a abordagem holística que fornece a perspectiva para este trabalho, bem como o modelo de agricultura sustentável, preconizado por Altieri, Khatounian, Almeida, dentre outros. As discussões sobre gênero no desenvolvimento sustentável, também, fazem parte deste capítulo. No segundo capítulo, descrevemos a unidade empírica de análise, caracterizando a região e a formação da comunidade-base da pesquisa de campo, bem como a apresentação das famílias envolvidas. No terceiro capítulo abordamos a economia doméstica das famílias, centrando no trabalho familiar, assim como a caracterização das atividades que compõem esse trabalho familiar. A participação de cada membro nas esferas, classificadas como produtivas, reprodutivas, de geração de dinheiro e atividades políticas constitui objeto de descrição. No quarto capítulo, abordamos as influências dos eventos agroecológicos para as relações de gênero. As considerações finais deste estudo apresentam- se como uma tentativa no sentido de sintetizar e apontar questões, fundamentais a esta dissertação.

CAPÍTULO 1

AGROECOLOGIA: IMPASSES E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO ALTERNATIVO DE SOCIEDADE

1.1. O surgimento da agroecologia

O termo agroecologia foi empregado inicialmente, em estudos de agricultura, na década de 70. Este termo significa, segundo Altieri (1989), que muitos sistemas agrícolas desenvolvidos em localidades particulares reconhecem e aceitam em rotinas de trabalho, mecanismos para acomodação da agricultura às variações do ambiente natural. O termo atende, simultaneamente, às necessidades de ‘preservação ambiental’³ e de ‘promoção socioeconômica’⁴ da agricultura familiar. Assim, a agroecologia pode ser considerada uma ciência, que estuda o agrossistema como um todo, com as interações complexas entre pessoas, agricultura, solos, água e animais, procurando alcançar o desenvolvimento sustentável (Caporal & Costabelecer, 2002).

Pode ser considerada, também, como um movimento agroecológico que surge em oposição à agricultura convencional – práticas agrícolas que privilegiam o uso de herbicidas e sementes e incentivam o cultivo de monoculturas, viabilizadas pela concentração de terras e trabalho assalariado, com o objetivo de aumentar a produtividade. Como destaca Khatounian (2001), o movimento agroecológico, utilizando outros critérios

³ No sentido de aproveitar ao máximo os processos que a natureza conduz por si mesma, com interferência mínima, apenas direcionando esses processos no sentido do interesse agrícola (Khatounian, 2001: p. 93).

⁴ Inclui a organização social e política, as formas de comercialização, o vínculo com o mercado, as relações de gênero, o associativismo etc., apoiando-se no uso potencial da diversidade social e privilegiando a diversidade de cada meio (Khatounian, 2001: p.88; Almeida, 2002: p. 3).

de produtividade e eficiência, identifica falhas na proposta dominada pela química, e propõe desenvolver soluções baseadas nos exemplos locais de melhor convivência com os recursos naturais, assim como no conhecimento científico disponível.

Para os organismos internacionais, especialmente a Organização das Nações Unidas, a postura predominante até o início dos anos 70 era a de que toda contestação ao modelo convencional de desenvolvimento era improcedente. Contudo, o acúmulo de evidências acerca da agroecologia levou a uma mudança na postura oficial.

A partir de 1972, as conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente mostraram que tanto o modelo agrícola quanto o industrial desenvolveram-se com base na premissa que os recursos naturais eram ilimitados. Entretanto, hoje o mundo tem se mostrado pequeno em face da demanda de matérias-primas pela indústria e agricultura. A reflexão de Khatounian (2001) sugere que a poluição dos ecossistemas atingiu proporções tais que ameaçava as bases de sustentação da vida.

“A contaminação das águas doces e dos oceanos, a destruição da camada de ozônio, o comprometimento das cadeias tróficas, o resíduo de agrotóxicos no leite materno e na água da chuva, as chuvas ácidas, tudo isso infelizmente não eram mais especulações ou alarmismo, mas fatos concretos e fartamente documentados. A agricultura, em particular, tornara-se a maior fonte de poluição difusa do planeta, revelando-se insustentável”.

Segundo o autor, este seria o grande motivo para se repensar a sustentabilidade dos sistemas agrícolas convencionais, lembrando a sustentabilidade dos sistemas tradicionais. O pensamento agroecológico também é influenciado, como afirma Altieri (1989), pelos esforços das pesquisas de antropólogos e geógrafos preocupados em descrever e analisar as práticas agrícolas e a organização social de povos indígenas e camponeses. Esses estudos enfatizam o uso de recursos e manejo da base considerada como sendo de subsistência das famílias, e não apenas a organização e condução de suas parcelas agrícolas. Enfocam como esta base de ‘subsistência’ é entendida pelas famílias agricultoras e como as mudanças sociais e econômicas afetam os sistemas de produção. A análise científica do conhecimento local tem sido importante para a reavaliação da sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento agrícola.

No Brasil, trabalhos de grande relevância neste sentido, foram realizados por Woortmann & Woortmann (1987), destacando-se ‘O trabalho da Terra: a lógica e a

simbólica da lavoura camponesa', etnografia realizada no Nordeste, em que se analisa o processo de trabalho agrícola de famílias camponesas sergipanas, buscando revelar a lógica interna do saber camponês, importante para o entendimento de seu sistema de produção:

“Esse saber é mais do que um conhecimento especializado para construir roçados; ele é parte de um modelo mais amplo de percepção da natureza e dos homens. O processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem constituir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais e de gênero. O significado simbólico do trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas, embora possam operar em registros distintos. Em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo.”

Na *lógica e simbólica da lavoura camponesa*, a organização social e as relações sociais de produção são consideradas com a mesma intensidade/dimensão que o ambiente e a agricultura. A reunião e relação entre ambiente e agricultura levam ao entendimento do sistema de produção. A análise das dimensões sociais de produção, enfatizando particularidades das relações sociais humanas dos sistemas agrícolas, constitui o entendimento da lógica de produção e das estratégias de famílias agricultoras de diferentes contextos culturais, conforme as classes sociais e perspectiva de gênero, tanto quanto o manejo de recursos naturais na agricultura.

Ainda segundo Altieri (1989), os estudos sobre desenvolvimento rural do Terceiro Mundo também contribuíram para a evolução do pensamento agroecológico. As análises da área rural contribuíram para elucidar a lógica das estratégias locais de produção, nas comunidades sob intensa transformação, assim como em áreas rurais integradas na economia regional, nacional e global. Estudos sobre o desenvolvimento rural terceiro-mundista documentaram a especificidade das relações entre os fatores socioeconômicos, a estrutura e a organização social da agricultura. Vários temas de pesquisa do desenvolvimento têm sido importantes para a agroecologia, incluindo os impactos das tecnologias induzidas externamente e das mudanças na forma de cultivo, os efeitos da expansão do mercado, as implicações das mudanças nas relações sociais e as transformações nas estruturas de posse da terra e do acesso aos recursos financeiros. Estes processos são entrelaçados, sendo que o modo como afetam os agroecossistemas regionais representam o resultado de complexos processos históricos e políticos.

Destacamos ainda, o paradigma da sustentabilidade influenciando a construção do conceito de agroecologia, no sentido de equilíbrio entre os fatores agronômicos, econômicos, ambientais e sociais. As complexas relações entre estes fatores proporcionam a noção política de ‘des-envolvimento’, a ser alcançado através de uma proposta de respeito às culturas ‘nativas’, no que diz respeito à busca por conhecimento da forma como se constrói a lógica de reprodução da pequena unidade familiar de produção.

1.2. Sustentabilidade Agrícola

Uma agricultura sustentável dedica-se a uma incorporação mais completa dos processos naturais, tais como o ciclo de nutrientes, fixação de nitrogênio e da relação predador-pestes dentro dos processos de produção agrícola conforme esclarece Pretty (1995). Uma redução no uso de insumos externos e não renováveis com maior potencial de danificação ambiental, ou prejuízo à saúde dos agricultores e consumidores, assim como o uso de insumos internos visando à minimização dos custos (de produção, ambientais) também são indicados pelo autor, como sendo fundamentais aos princípios de sustentabilidade. A utilização de maior potencial genético e biológico, a combinação entre o potencial produtivo e ambiental da paisagem para assegurar a produção nos níveis demandados, além da ênfase sobre o manejo integrado e a conservação do solo, água, energia e recursos biológicos compõem a estrutura definidora da agricultura sustentável.

Conforme afirma Khatounian (2001), a mudança básica no sentido da agricultura sustentável visa melhorar o uso dos recursos internos da propriedade. Isto pode ser feito por meio da minimização do uso de insumos externos, pela regeneração de recursos internos ou a combinação de ambos.

Na perspectiva da economia formalista – em oposição à da economia substantivista - a sustentabilidade é pensada em termos de crescimento econômico. O princípio de crescimento ilimitado foi sempre cultivado pelos economistas ortodoxos, que imaginam um sistema de produção regulado pelos mercados à procura do equilíbrio, o qual se alcança através de um jogo em que os atores visam maximizar seus ganhos. Segundo Cavalcanti (1991), na concepção tradicional da economia há uma herança do pensamento calcado no modelo mecânico produtivista, em que desconsidera-se ou, na melhor das hipóteses, minimizam-se as dimensões ecológica e social. A abordagem do crescimento com ênfase

no econômico negligencia o fato de as relações econômicas serem norteadas por lógicas, que valorizam as relações de parentesco, as redes de solidariedade, as trocas, a reciprocidade e redistribuição. Minimizam as trocas socialmente mais sustentáveis, uma vez que se constroem integradas em relações sociais de caráter econômico ou não⁵. Na verdade são essas trocas que fundamentam o social.

Na visão da ecologia, é inadmissível a omissão dos efeitos ambientais do funcionamento do sistema econômico, o qual retira recursos não renováveis e joga na natureza os detritos da produção. Trata-se de uma transformação sujeita à degradação entrópica irrevogável. O desafio seria combinar os modelos econômico e ecológico de forma a incorporar a realização da atividade produtiva do homem com a consideração de seus efeitos ecológicos como explicita Cavalcanti (1991).

Do ponto de vista do desenvolvimento rural sustentável, Altieri (2002) afirma que os sistemas agrícolas são produtos da atividade humana e os fatores determinantes da agricultura não se limitam ao interior das propriedades rurais. As estratégias agrícolas respondem não somente às forças ambientais, bióticas e dos cultivares, mas também refletem as estratégias de subsistência humana e das condições econômicas. Fatores como a disponibilidade de mão-de-obra, acesso às condições de crédito, riscos previstos, informação sobre os preços, obrigações familiares, tamanho da família e acesso a outras formas de subsistência são, geralmente, indispensáveis para o entendimento da lógica dos sistemas de produção. Portanto, a sustentabilidade de um sistema agrícola familiar depende tanto de suas propriedades endógenas quanto de seus vínculos com o exterior: deve-se levar em conta a capacidade dos sistemas em gerar complementaridades internas e subsidiar suas próprias capacidades produtivas.

Neste sentido, Schimitt (2002) argumenta que *‘a sustentabilidade do processo de mudança tecnológica na agricultura não se resume à aplicação bem sucedida de um repertório de técnicas, embora muito ainda se possa avançar neste sentido’*. Avalia que é necessário *‘criar em cada contexto local, um ambiente social, cultural e econômico capaz*

⁵ Granoveter (1992), desenvolve a idéia de ‘embeddedness’, argumentando que as relações econômicas estão submersas nas relações sociais. Não é possível pinçar as atividades econômicas e as demais esferas permanecerem constantes ou inalteradas. As relações econômicas dependem das relações sociais econômicas e não econômicas.

de possibilitar que os agricultores se tornem, individual e coletivamente, os autores de seu próprio processo de transição para a agroecologia’.

“... isso pode implicar mudanças no papel desempenhado por homens, mulheres, idosos, adultos e jovens no interior das famílias. Ou o ressurgimento de conflitos no espaço das comunidades, à medida que certas relações de poder passam a ser questionadas. Ou até mesmo, a quebra de laços, há muito estabelecidos, com empresas, políticos, comerciantes locais, dirigentes de cooperativas, de forma a ampliar a autonomia dos agricultores na organização do seu processo produtivo” (Schmitt, 2002).

No começo da década de 80, componentes sociais foram, cada vez mais, introduzidos na literatura agrícola como resultado dos estudos de desenvolvimento rural e de críticas às estruturas de desenvolvimento agrícola nos EUA. A contextualização social, acompanhada de análises agronômicas gerou avaliações complexas da agricultura, particularmente em relação ao desenvolvimento regional. À medida que pesquisadores começavam a estudar os sistemas nativos camponeses, tentavam colocar a agricultura num contexto social, através de equipes multidisciplinares, e baseando-se numa perspectiva mais holística. Segundo Altieri (Ibid., 2002), tais estudos têm-se concentrado no uso de recursos e no manejo de toda a base de subsistência, e não apenas nas parcelas agrícolas (plantios específicos), buscando compreender como determinados grupos de famílias explicam seus sistemas produtivos e como as mudanças socioeconômicas as afetam.

Altieri (op. cit., 2002) ressalta, ainda, a percepção das famílias agricultoras quanto a seus sistemas de produção, enfatizando que a organização social e as relações sociais de produção devem ser consideradas, pela ciência, com a mesma intensidade que o ambiente e os cultivares o são. Esta ênfase nas dimensões sociais da produção torna-se uma base importante para o entendimento quanto à lógica de produção de sistemas agrícolas. A dimensão social dos sistemas agrícolas aponta para o reconhecimento de diferentes noções de eficiência e racionalidade nesses sistemas. Tomando o exemplo, citado por Altieri:

“a eficiência na produção por unidade de trabalho investido, ao invés de simplesmente produção por unidade de área, é fundamental para o entendimento da lógica de produção em muitos agricultores do terceiro mundo. Práticas dirigidas a evitar riscos, podem não trazer alta produtividade no curto prazo, mas podem ser preferíveis, frente às arriscadas opções de manejo de alta produção. A disponibilidade de mão-de-obra, particularmente em ocasiões de

demanda, como nas colheitas, também pode favorecer determinados sistemas agrícolas” (op. cit., 2002, p. 43).

Na avaliação da produção agroecológica, considera-se mais importante reduzir os riscos do que aumentar ao máximo a produção⁶. As famílias agricultoras estão, geralmente, mais interessadas em otimizar a produtividade dos recursos agrícolas que em aumentar a produtividade da terra ou da mão-de-obra. Escolhem uma determinada tecnologia de produção, visando todo o sistema agrícola e não somente uma cultura em particular⁷. O rendimento por área pode ser um indicador da taxa e da constância da produção, mas estas podem ser expressas também pelo trabalho realizado, pela eficiência energética, pelo consumo da família, pela qualidade das plantas cultivadas, e pelas relações de mercado (Altieri, 2002; Woortmann e Woortmann, 1987).

A lógica da produção agroecológica apresenta-se como um sistema de fatores socioeconômicos, ambientais, agrícolas e culturais articulados entre si, ou seja, um sistema considerado como um todo e cujas partes se interligam. Contudo, não existe um modelo, um ‘pacote’ a ser seguido⁸. Cada família se organiza de acordo com os recursos (fatores) disponíveis e acessíveis. Nas palavras de Woortmann & Woortmann (1987), *‘esse sistema não é algo ‘dado’, mas um complexo construído ao longo da vivência de uma família.*

Esta abordagem com ênfase na articulação dos diferentes fatores, que compõem um sistema agrícola, também dirige suas atenções às estratégias dos camponeses em diferentes situações, no lugar da mulher na agricultura e no manejo de recursos disponíveis, além de influenciar na argumentação contra aqueles que atribuem as falhas da transferência de tecnologia agrícola à ‘ignorância e indolência’ (Altieri, 2002). Ou seja, que as unidades familiares que não são inseridas no processo de modernização da agricultura são consideradas atrasadas e inferiores, por apresentarem baixo nível tecnológico e por não

⁶ Khatounian (2001), cita o princípio de rendimento ótimo em longo prazo, em oposição ao rendimento máximo em curto prazo. ‘Rendimento ótimo é aquele que concilia a economicidade da exploração com a preservação dos recursos naturais e qualidade satisfatória dos produtos’ (op. cit., 2001: 40).

⁷ A família agricultora também faz arranjos sociais no sentido de evitar riscos. A situação insegura além de promover a solidariedade entre parentes e vizinhos, leva a família a buscar alternativas de renda em outras atividades como comércio, artesanato, venda de dias de trabalho e outras. James Scott faz uma discussão deste assunto no texto *The Moral Economy of the Peasant* (Scott, 1976).

⁸ ‘A ânsia de intervir nos sistemas agrícolas de forma agroecológica tem muitas vezes consolidado, a idéia de ‘pacote agroecológico’, desconhecendo-se ou minimizando-se a complexidade e diversidade dos sistemas produtivos, e tendendo-se a uniformizá-los para facilitar a ação tecnológica, a metodologia e a obtenção de resultados (Almeida, 2002: 8).

estarem inseridas nas regras de mercado. Isto ocorre, quando as unidades familiares são analisadas sob a lógica econômica neoclássica de maximização de benefícios, que é inadequada para o segmento da agricultura familiar, pois não considera que a família rural visa, também, assegurar a reprodução dos seus meios de produção.

Segundo Moreira (1997), a despeito da multiplicidade e pluralidade de conhecimento no interior das sociedades, na ordem capitalista competitiva, o conhecimento valorizado é aquele que se materializa na tecnologia aplicada aos processos sociais hegemônicos. Assim, os setores economicamente modernos são pensados como formas sociais avançadas e superiores, enquanto as técnicas tradicionais economicamente ‘atrasadas’ ou não competitivas são visualizadas como formas sociais atrasadas ou inferiores.

Uma possibilidade de objetivação das diferenças entre os processos de transferência agrícola – difusão tecnológica – e os processos agroecológicos pode ser contrapor agroecologia à ‘revolução verde’.

1.3. Agroecologia e ‘revolução verde’

A produção do pensamento agroecológico é muito influenciada por pesquisas, que avaliam a eficiência da ‘revolução verde’. Esses estudos constituem análises multidisciplinares envolvendo o aspecto ecológico, social e econômico, além das mudanças técnicas na agricultura, realizadas por pesquisadores de diversas áreas. A acelerada estratificação social camponesa associada à revolução verde, exemplifica que esta tecnologia não é socialmente neutra, mas capaz de transformar dramaticamente as bases da vida rural de um grande número de pessoas (Altieri, 2002).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, FAO, a agricultura da revolução verde tem um importante papel no crescimento da produção de alimentos. Entretanto, juntamente a este fator benéfico há outros problemáticos. Um problema maior está relacionado ao fato que, segundo Pretty (1995), a produção desses alimentos tem sido mal distribuída. Muitas pessoas persistem, sentindo fome, em todo o mundo. As causas são complexas e não se devem exclusivamente a imperfeições produtivas da tecnologia da revolução verde, mas, ao fato de a própria tecnologia ser produto de uma lógica expropriadora dos saberes camponeses e concentradora de produtores aptos ao

mercado. Segundo esse autor, não se pode desconsiderar que, para a alta produtividade por hectare, os agricultores necessitam de todos os insumos do pacote definidor do que se convencionou chamar revolução verde: sementes melhoradas geneticamente, água, trabalho, capital ou crédito, fertilizantes e pesticidas. Muitos agricultores pobres não podem adotar todo este pacote. Assim, quando falta um elemento, a produção pode não ser tão melhor do que aquela com variedades tradicionais. Em áreas onde a produção tem sido fornecida através dessas tecnologias modernas, frequentemente os resultados têm sido adversos tanto ambiental quanto socialmente.

A racionalidade produtivista presente na tecnologia do pacote da revolução verde tem tido, indubitavelmente, um impacto positivo sobre o total dos alimentos disponíveis. Entretanto, o problema da fome está no processo de exclusão, que a própria fome fomenta, o qual se manifesta na distribuição diferenciada de riquezas, nas desigualdades sociais e na falta de oportunidades para os pobres nos países de Terceiro Mundo (Sá Sobrinho, 2003). Um elemento adverso, segundo esse autor, é que a modernização da agricultura tem também contribuído para transformar muitas comunidades rurais, tanto nos países do Terceiro Mundo quanto nos países industrializados. Este processo inclui impactos, tais como a perda de trabalho, desvantagem econômica para a mulher, quando ela não tem acesso ao uso de benefícios de novas tecnologias, o crescimento da desigualdade ricos e pobres, e a cooptação de instituições comunitárias pelo Estado.

As conseqüências da revolução verde levam à marginalização grande parte da população rural, uma vez que seus benefícios são direcionados aos produtores ricos em recursos, acelerando as diferenças entre esses e outros habitantes rurais, de maneira que a desigualdade no meio rural tende a aumentar. Muitas formas de acesso à terra e aos recursos são minadas, tais como cultivos compartilhados, arrendamento de trabalho, acesso às fontes de água e às pastagens. Isto reduz a diversidade de estratégias de subsistência viáveis às famílias rurais e, conseqüentemente aumenta sua dependência da produção agrícola. As análises críticas da revolução verde, realizadas a partir de várias disciplinas, constituem um estudo holístico⁹ das estratégias de desenvolvimento rural, através de avaliações que incorporam críticas ecológicas, tecnológicas e sociais. Estas abordagens

⁹ O termo holismo, é definido por Khatounian (2001), como oposição ao processo que divide o do saber em partes e se perde a noção do todo. Holismo propõe que o todo é mais que a simples soma ou justaposição das partes.

analíticas têm servido de modelo a vários estudos agroecológicos, além de ser um fundamento básico para as pesquisas em sistemas agrícolas.

Khatounian (2001) destaca a abordagem sistêmica que *‘nasce da necessidade de conceitos e metodologias para realizar uma síntese das visões acerca dos sistemas agrícolas’*. O termo sistema, neste caso, opõe-se à idéia de partes isoladas e desconexas. Não se trata de negar a necessidade de análise do estudo das partes, mas de realizar um exercício constante de *‘ressíntese’*. Por englobar o todo, a análise sistêmica tem sido especialmente útil para o estudo de pequenas propriedades familiares, porque estas apresentam elevada diversidade e integrações internas. O objetivo final do exercício de análise e de síntese consiste em identificar as possibilidades e limitações das propriedades para atingir os objetivos dos agricultores. Khatounian exemplifica, dizendo

“a propriedade é um sistema administrado pelo agricultor para atingir seus objetivos. É impossível conhecer a propriedade sem interagir com o agricultor, ou a família agricultora. Interagindo com os gerentes daquele pedaço da terra, o técnico vai aprendendo cada vez mais sobre o sistema físico que vê, e entendendo melhor o sistema imaterial de objetivos destas pessoas. Frequentemente, o que é visto tem causas não tangíveis, imateriais, e que variam tremendamente de caso a caso. Nessa linha, é mais proveitoso entender por quê um agricultor adota determinada técnica ou modo de condução econômica do que querer lhe oferecer a priori uma suposta solução” (Khatounian 2001, p. 61).

A propósito da agricultura familiar, Altieri (2002, p. 85), afirma que o termo *agroecossistema* pode assumir vários significados; entretanto, pode ser utilizado para descrever as atividades agrícolas realizadas por grupos de pessoas. A ênfase está nas interações entre as pessoas e os recursos de produção de alimentos, dentro de uma propriedade ou de uma área específica. Norgaard e Sikor (2002) apresentam o paradigma co-evolucionista, mostrando como nos agroecossistemas estão entrelaçados os sistemas ambiental e social, *‘cada um refletindo o outro, cada qual modificando-se em resposta ao outro’*, esclarecendo, assim, a razão pela qual as mudanças sociais e ambientais devem ocorrer ao mesmo tempo. Eles exemplificam dizendo

“... é compreensível entender porque os agroecólogos preferem fazer experimentos nas propriedades, readaptando os sistemas agrícolas existentes, em vez de re-planejar radicalmente os sistemas agrícolas. Além disso, a

perspectiva co-evolucionista dá legitimidade aos conhecimentos do agricultor e ajuda a explicar porque devem ser incluídos no processo experimental. ...É necessário resgatar o uso de técnicas e insumos locais, valorizando a mão-de-obra familiar como principal recurso humano”.

Desta forma, esta tendência muda a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas e isoladas¹⁰ para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais (Altieri, 2002; Almeida, 2002; Caporal Costabelecer, 2002; Khatounian, 2001). A agroecologia compõe um sistema heterogêneo de intervenções, de variáveis, de elementos que precisam ser privilegiados. No entanto, não se consegue intervir em todas as variáveis ao mesmo tempo, devendo considerar que, ao interferir em um elemento, variável ou em uma tecnologia dentro do sistema, está-se interferindo em seu conjunto.

Assim, definida, como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira, a tendência agroecológica encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, em que os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo. A pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas com a otimização do agroecossistema como um todo.

Entretanto, cada região tem uma configuração única de agroecossistemas, que é o resultado das variações locais de clima, solo, relações econômicas, estrutura social, religiosa e história. Cada família, cada proprietário, cada agricultor organiza estes fatores de forma singular, buscando o melhor uso dos recursos disponíveis. Ao perceberem o agroecossistema como o resultado da co-evolução entre os processos sociais e naturais, Norgaard e Sikor (2002) entendem que os processos ecológicos correm, paralelamente, e não são independentes da dinâmica socioeconômica. Da mesma forma, o desenvolvimento ou a adoção de sistemas agrícolas ou de tecnologias são o resultado da interação entre os agricultores e seus conhecimentos e o ambiente biofísico e socioeconômico. Os argumentos referentes aos princípios norteadores da agroecologia dão consistência às reflexões concernentes à sustentabilidade e serão apresentados no próximo item.

¹⁰ Como controle de pragas e doenças, manejo dos solos, plantio direto, nutrição animal.

1.4. Os princípios agroecológicos

Altieri (2002), afirma que os sistemas agrícolas não diferem apenas em seus níveis de produtividade por região ou por unidade de mão-de-obra ou insumo, mas também em aspectos mais fundamentais: *‘enquanto a moderna tecnologia aumentou em muito a produtividade a curto prazo, também diminuiu a sustentabilidade, equidade, estabilidade, e a capacidade de produção do sistema agrícola’*. Para Altieri (2002: 112-114), estes fatores funcionam como indicadores de viabilidade dos sistemas agroecológicos. O fator sustentabilidade refere-se à capacidade de um agroecossistema em manter sua produção ao longo do tempo, apesar das restrições ecológicas e socioeconômicas em longo prazo. A estabilidade está relacionada à constância de produção, sob um conjunto de condições ambientais, econômicas e administrativas. Todavia, depende tanto dos fatores sociais quanto do ambiente e por esta razão o conceito de estabilidade deve ser ampliado no sentido de incluir considerações socioeconômicas e administrativas.

Para tal, o autor apresenta três fontes: *estabilidade de manejo*, que deriva do conjunto de tecnologias escolhidas e melhor adaptadas às necessidades e recursos da família agricultora ou do produtor; *estabilidade econômica*, associada à habilidade em prever os preços de mercado dos insumos e da produção e manter a renda da propriedade; *estabilidade cultural*, que depende da manutenção da organização e do contexto sociocultural, que moldou o agroecossistema através das gerações. O desenvolvimento rural não pode ser alcançado, quando isolado do contexto social, bem como deve estar ancorado nas tradições locais.

A produtividade do agroecossistema é uma medida quantitativa da taxa ou montante da produção por unidade de área ou insumo. Em termos ecológicos, a produção refere-se ao montante de produto final e à produtividade do processo, pelo qual se obtém o produto final. Na agricultura familiar, geralmente, considera-se mais importante reduzir o risco que aumentar, ao máximo, a produção. Equidade é a medida da uniformidade com que estão sendo distribuídos os produtos do agroecossistema entre os produtores e consumidores locais. Entretanto, a equidade é um conceito que abrange muito mais que uma simples questão de renda adequada, boa nutrição e acesso a lazer. A equidade pode ser reconhecida, quando o agroecossistema satisfaz razoavelmente as demandas de alimento, sem aumentar

o custo social da produção. Outra forma de considerar a equidade refere-se à melhoria na distribuição de oportunidades, renda, ou informações dentro das comunidades produtoras e dentro das famílias produtoras. Entretanto, grande parte da pesquisa voltada para a agroecologia e o desenvolvimento sustentável, também, privilegia os aspectos produtivos e ecológicos, negligenciando que a agroecologia tem uma perspectiva social, econômica em determinado contexto cultural. Segundo Pacheco (2002),

“as estratégias dos agricultores respondem não apenas a forças ambientais, bióticas e das culturas, mas refletem estratégias de subsistência e condições econômicas. ...Os antropólogos chamam atenção para a necessidade de se entender a organização social e as relações sociais de produção com a mesma intensidade que o ambiente e os cultivares, bem como resgatam o sentido do conhecimento empírico dessas populações e salientam a complexidade dos sistemas agrícolas.”

Neste sentido, é importante a afirmação de Kiener (2001), segundo o qual a sustentabilidade requer uma visão holística do desenvolvimento e uma inversão na hierarquia do crescimento. Se antes, a esfera produtiva dominava sobre as esferas social e ecológica, agora o crescimento não pode ser apenas econômico, *‘deve haver uma equidade na distribuição dos resultados do desenvolvimento, pois um crescimento sem equidade é um crescimento sem desenvolvimento’*. Para a grande maioria das questões ligadas à produção, um dos limites pode ser as fronteiras da propriedade, uma vez que definem o espaço onde se exerce a ação da família agricultora. Este sistema, chamado de agricultura familiar, e não as lavouras e, ou os animais, é que constitui o referencial agroecológico. Neste sentido, Khatounian (2001) enfatiza que

“estruturalmente, o sistema de propriedade pode ser definido por seus limites, componentes, interações, insumos e produtos. Funcionalmente, o sistema é caracterizado pelo manejo através do qual os componentes, interagindo entre si, transformam os insumos em produtos. Numa propriedade familiar, os componentes são família e explorações vegetais e animais. A composição dessa família, suas características culturais e escolaridade, suas aspirações, idade, sexo, etc influirão sobre o futuro da propriedade tanto quanto ou mais que a fertilidade natural do solo ou o clima.”

Assim, é sempre possível pensar em termos de ‘família agricultora’, em oposição às expressões ‘produtor rural’, ‘agricultores’ e outros termos que podem ter uma conotação pluralística mas que, na maioria das vezes, se refere-se ao singular masculino. Almeida

(2002) chama a atenção para o aspecto da identidade e propõe situar a família produtora e não o produto ou a produção, as pessoas e não as coisas.

“O sentido principal disso é valorizar o lugar e o papel do conjunto da família e de seu trabalho na gestão, na produção da riqueza e na reprodução da fertilidade dos sistemas. Esse enfoque tem contribuído para tirar da obscuridade e valorizar o papel econômico, social e cultural da mulher agricultora e dos jovens na economia familiar, incorporando nova lógica de equidade e sublinhando em particular a ação central da mulher na sustentabilidade ecológica, na estabilidade econômica, na segurança alimentar e na reprodução social dos sistemas familiares. Evidentemente, não é a mera mudança de enfoque que gera relações de equidade. Mas essa mudança as potencializa e tem aberto novos espaços para que as mulheres trabalhadoras rurais avancem em suas conquistas no plano da equidade de gênero.”

Em qualquer discussão sobre sustentabilidade é importante esclarecer o que está sendo sustentado, por quanto tempo, com que benefícios e com que custos, bem como qual a área e extensão. Portanto, parâmetros ou critérios podem ser selecionados para indicar se certas tendências são estáveis. Em nível doméstico ou comunitário, há possibilidade para que os atores pesem e definam os critérios necessários para medir as tendências de sustentabilidade. Como as condições e conhecimentos mudam, também as famílias agricultoras e comunidades devem ser encorajadas a mudar e adaptar. Isto implica que definições de sustentabilidade são específicas no tempo e no espaço. Como situações e condições mudam, assim as construções de sustentabilidade também mudam. A agricultura sustentável é, portanto, não um simples modelo ou pacote a ser imposto. É mais um processo para a ser aprendido (Pretty, 1995). É importante que hajam oportunidades para ampliação do debate sobre os níveis apropriados de recursos externos e internos, assim como sobre os processos necessários para uma agricultura produtiva, ambientalmente e socialmente aceitável (Op. cit., 1995).

Nesse contexto, as ONGs ocupam um lugar fundamental na articulação do modelo agrícola com bases ecológicas.

1.5. Articulação agroecológica: o papel das ONGs

A maior importância do movimento por uma agricultura sustentável não está na sua ‘produção da produção’, mas na ‘produção da consciência’. Com esta afirmativa, Silva (1998:106) quer dizer que a principal contribuição da agroecologia não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações das pessoas e natureza, na produção de novos valores filosóficos, morais e, até mesmo, religiosos e na gestão de novos conceitos jurídicos, assim como na produção de novas formas políticas e ideológicas.

Através da democratização de políticas públicas, pode-se caminhar na construção de processos de desenvolvimento, que sejam sustentáveis não apenas do ponto de vista ecológico e mais equitativo social e economicamente, mas, principalmente sustentável do ponto de vista político. Para Trigo et al. (1994), o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável e equitativo exige profundas transformações na organização, orientação e comportamento da sociedade. Modelos conceituais podem ser redefinidos e intervenções podem ser promovidas em nível institucional e de políticas, além da reorientação dos processos de formação de recursos humanos, geração de tecnologia e transferência de informações.

O desenvolvimento rural sustentável vem sendo almejado, principalmente por ‘razões sociais’ que pelos méritos técnicos, o que não significa que eles não existam (Silva, 1998, citando Frederick Buttel). Buscam-se os benefícios da tecnologia para que um maior número de pessoas tenha acesso aos bens produzidos por ela para satisfação de suas demandas materiais básicas e assegurando o acesso à moradia, saúde, educação, direitos civis, demandas que tem estado presentes nas pautas de reivindicações dos movimentos sociais (Sá Sobrinho, 2003). Trata-se, antes, de definir o tipo de desenvolvimento que se almeja, para depois saber quais as tecnologias que lhe serão apropriadas.

Altieri, Khatounian e outros autores, mencionados neste trabalho, ao mesmo tempo em que argumentam sobre a necessidade básica de entender e respeitar as especificidades locais, o sistema de produção, a dinâmica familiar e a cultura local, propõem uma transição à agroecologia (Schimitt, 2002), uma readaptação do sistema (Norgaard & Sikor, 2002) ou uma conversão agroecológica (Khatounian, 2001).

A primeira impressão que fica é a de que os sistemas agrícolas, tidos como ‘tradicionais’, são capazes de responder de forma ecológica às possíveis transformações provocadas pela agricultura na natureza. No entanto, algumas práticas agrícolas, como as queimadas e o plantio vertical contrário às curvas de nível do terreno, são tidas como degradantes do meio ambiente, devendo ser banidas. Desta forma, a agricultura tradicional tem uma faceta que é concebida pelos agroecólogos como, ambientalmente, destrutiva e causadora de danos como erosão, lixiviação, etc (Pretty, 1995).

Embora os fundamentos da agroecologia reconheçam que a ação humana irá sempre acarretar algum tipo de mudança, ou perda ao meio ambiente e que o crescimento ou desenvolvimento implicam, necessariamente, na perda de produtividade natural em alguma parte do ecossistema, a proposta agroecológica é no sentido de que esta perda não seja muito grande. Em outras palavras, que haja complementaridade e compromisso entre o desenvolvimento e o meio ambiente natural. A agricultura regenerativa será possível e pode trazer grandes benefícios, mas, por si não indica como pode ser adotada. O sucesso em tal empreitada tem tido, segundo Pretty (1995), três elementos em comum: primeiro, todos têm que fazer uso das tecnologias de conservação de recursos localmente adaptada; segundo, tudo deve ser coordenado com a participação de grupos ou da comunidade local; e terceiro, a disponibilidade de recursos governamentais ou não-governamentais externos à comunidade.

Na prática, em muitos casos, este processo tem sido mediado por alguma forma de assessoria que idealmente, busca conhecer os pontos críticos juntamente com os atores locais (famílias, comunidade), procurando analisar os aspectos agronômicos e ambientais, bem como a dinâmica socioeconômica e cultural das pessoas envolvidas no processo, o conhecimento acumulado por elas, suas aspirações e recursos disponíveis. A atenção deve ser dada ao aspecto educativo da assessoria de refletir a prática atual e o conhecimento acumulado pelas famílias, visando ao planejamento futuro em diferentes prazos de execução. A idéia seria investir na reflexão dos próprios atores da produção agroecológica, para que possam decidir que caminho tomar. O conhecimento acumulado pelas famílias pode não ser suficiente para resolver todas as questões levantadas, mas, uma vez sistematizado, pode influenciar a promoção da busca de soluções possíveis.

Diferenciando-se da proposta de desenvolvimento da agricultura convencional, que objetiva à superação das formas tradicionais¹¹ de produção para a promoção do desenvolvimento e da modernização, a atuação das ONGs¹² volta-se, em muitos momentos, para o resgate e a valorização dos conhecimentos locais, das experiências técnicas e das práticas desenvolvidas pelas comunidades assessoradas, como estratégia para a promoção do desenvolvimento local. É a partir deste conhecimento que as ONGs se propõem, de forma participativa, a construir uma proposta de desenvolvimento, que atente para a resolução dos problemas e intervenha de acordo com a realidade das populações assessoradas, conforme assume Sá Sobrinho (2003).

A agricultura sustentável é, dentro da perspectiva das ONGs ambientalistas, um modelo de organização socioeconômica, baseado em uma visão participativa e equitativa de desenvolvimento, que reconhece o ambiente e os recursos naturais como sendo os fundamentos (base e limite) da atividade econômica. As ONGs, que prestam assessoria à agricultura familiar, desempenham papel articulador quanto à fragmentação do conhecimento e das possibilidades de cada ecossistema, considerando os recursos naturais, que podem ser utilizados de forma ecológica e socialmente sustentável, assim como as exigências produtivas reais de acordo com padrões de consumo equitativos das gerações presentes e futuras.

Ainda que a tarefa de definir uma relação sustentável entre estes elementos deva ser um aspecto fundamental da sociedade e da cultura, o papel específico das ONGs seria o de resgatar a necessidade de que todos esses fatores fossem levados em conta e apontar, ou vincular os que possuem ou podem desenvolver conhecimento sobre eles. Nesse sentido, a próxima tarefa seria obter uma adequada articulação entre o conhecimento sistematizado em nível universitário e de órgãos de pesquisa e aquele das políticas agrícolas que são necessárias para o atendimento desses aspectos (Ribeiro, 1998).

Apresentamos, a seguir, algumas discussões sobre as relações de gênero nos princípios definidores do que se concebe como desenvolvimento sustentável.

¹¹ Aqui o termo agricultura tradicional é usado em oposição à agricultura moderna, mecanizada e produtivista preconizada pelos adeptos da 'revolução verde'.

¹² Principalmente das ONGs, mas não exclusivamente. Empresas estatais como a EMATER dos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, tem desenvolvido suas atividades tendo como base a pesquisa participativa de tecnologias adaptadas às suas áreas de atuação.

1.6. Gênero no desenvolvimento sustentável

Voltamos à afirmação de Kiener (2001) que para haver desenvolvimento deve haver equidade e, para alcançá-lo, é necessário romper as estruturas que reproduzem e mantem as desigualdades tanto no interior dos sistemas familiares, quanto em outros níveis da organização social agrária. Segundo autoras como Abramovay (1993), o bem estar da família constitui o eixo principal, enquanto o ganho da família implica em melhoria da qualidade de vida das mulheres a fim de integrá-las ao desenvolvimento.

Esta abordagem ganhou força, a partir dos anos 70, e a expressão ‘mulher no desenvolvimento’ entra em uso, com a incorporação da dimensão humana e social na definição de políticas de desenvolvimento. Para que as ‘necessidades básicas’ da mulher e da família sejam ‘satisfeitas’, é necessário que se conheça quais seriam essas ‘necessidades básicas’ e o significado a elas impressos em contextos particulares. De forma geral, a redução da carga de trabalho, a melhoria da independência econômica das mulheres, bem como a proposta de sua integração à comunidade de maneira mais equitativa apresentam-se como uma condição imprescindível na busca pela ‘satisfação de necessidades’ das mulheres e suas famílias.

A partir desta abordagem, as principais iniciativas de órgãos oficiais assistenciais nos países subdesenvolvidos foram oferecer serviços de saúde, nutrição, tratamento da água e *gerar renda* como suplemento da economia doméstica. *‘A base desta estratégia era a concepção de que a subordinação da mulher se transformaria automaticamente, a partir do momento que a mulher participasse do desenvolvimento econômico’*, como explicita Abramovay (Op. cit., 1993). Este tipo de análise não examinava o porquê as mulheres teriam nas iniciativas de desenvolvimento, menos benefícios que os homens. Por esta razão é que os projetos, dentro desta estratégia, não produziram os resultados esperados.

A questão da ‘mulher no desenvolvimento’ também aparece nas discussões concernentes à preocupação com o meio ambiente. As principais questões concentram-se em afirmações de que ela é a responsável pelas decisões sobre dieta e nutrição da família, utilizando os recursos naturais no cuidado de seus filhos. Assim, o trabalho da mulher permite uma relação especial com o meio ambiente, como coletora de lenha, abastecedora de água, responsável pela horta, quintal e cultivo de ervas medicinais, criando-se uma

relação mais íntima e estreita com a natureza. Ela é, ao mesmo tempo, responsável e dependente dos recursos naturais, o que faz com que seu conhecimento sobre o meio ambiente seja mais profundo. Esta aproximação da mulher com a natureza parece óbvia e natural, porém, na realidade associa-se ao papel da mulher no campo doméstico ou privado, que é assumido como o mais normal, em contraste com a esfera pública da vida social¹³.

O enfoque preferencial da relação mulher e meio ambiente oculta as relações com os homens, ignorando a forma pela qual o trabalho, os direitos políticos e as responsabilidades sociais são construídos através das relações de gênero. Os programas e projetos direcionados a mulheres, muitas vezes, não conseguiram acesso aos recursos, como terra, crédito e poder para tomar decisões. Sobre isto, Fiúza (2001) é contundente ao afirmar que:

“Nos casos dos projetos de desenvolvimento sustentável, a mulher alcança visibilidade social tendo a função de preservacionista, condição que, por si, não implica em conquista na esfera da cidadania, considerada em termos de igualdade de direitos sociais na esfera pública e privada”.

Ainda, segundo Abramovay, algumas concepções propõem um novo modelo de desenvolvimento, centrado tanto na mulher quanto na natureza. De acordo com essa tendência, em todas as sociedades, a mulher está mais próxima à natureza, enquanto o homem está associado a cultura, sendo que geralmente se vê a cultura como superior à natureza e o homem superior à mulher.

Outra corrente afirma que o vínculo mulher-natureza pode fornecer a base para um bom desenvolvimento ecológico, sendo este vínculo diretamente ligado à biologia feminina. Por suas funções biológicas, a mulher encontra-se mais próxima da maternidade. Abramovay elabora este vínculo da seguinte maneira: *‘A mulher concebe seu próprio corpo produtivo e criativo na mesma forma em que concebe a natureza externa como produtiva e criativa’.*

¹³ O âmbito público é tido como o espaço social, lugar adequado para a liberdade, a realização e a honra, enquanto a esfera privada está associada ao individual, à intimidade, à afetividade, à casa. A partir desta concepção, o homem partiria para o mundo do trabalho, em busca dos proventos para sustentar a família, enquanto a mulher ficaria no espaço privado da casa, ou seja, da esfera doméstica, uma espécie de gestora do lar, e também executora, pois cuidaria desde os afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuía, e demais membros da família, até o gerenciamento, para as mulheres casadas, dos recursos destinados ao ambiente doméstico (Melo, 2002).

Isto reforça a visão biologicista/essencialista dos dados naturais e o papel doméstico da mulher. Uma vez mais, este argumento vincula a relação da mulher com o meio ambiente, com uma suposta dicotomia entre os campos público e privado (Rosaldo, 1979). Os argumentos anteriores sugerem que a relação do homem e da mulher com a natureza necessita ser entendida, segundo uma realidade material, que faz parte de uma série de interações. Em outras palavras, homens e mulheres interagem com a família, com o trabalho e com o meio ambiente, dentro de relações específicas de gênero.

Quando o desenvolvimento sustentável considera as questões de gênero, o patamar de análise ou de exigência das reflexões também muda. Não se fala somente de mulheres, mas de relações sociais. O ponto de referência não é somente a mulher, mas o papel que têm as mulheres e os homens em cada atividade. Impõe a incorporação da dimensão relacional, situacional e social na construção de mulheres e homens, para apontar as diferenças e as semelhanças, bem como fazer propostas concretas sobre o modo como incorporar de maneira mais efetiva as mulheres no desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, gênero é a construção sociológica, política e cultural do termo sexo, não um conceito biológico. Não se pode compreender o masculino, o feminino, a valorização ou desvalorização do trabalho, a divisão sexual do trabalho ou a maternidade sem entender a construção do gênero. *‘O sistema sexo/gênero se refere a uma série de arranjos pelos quais toda sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana’* (Rubin, 1975). Entretanto, o objetivo do enfoque de gênero nos projetos de desenvolvimento sustentável não é a promoção da mulher por si, mas o entendimento sobre as estruturas sociais que homens e mulheres têm criado para que exista uma desigualdade de gênero.

Os modelos de desenvolvimento existentes afetam distintamente o cotidiano da vida de homens e mulheres (Fiúza, 2001), desde que o padrão de desenvolvimento existente não é sustentável, nem igualitário. Para alterar a condição das mulheres, é importante desentranhar as estruturas sociais em que estamos imersos. Uma vez que o desenvolvimento sustentável pressupõe *‘a satisfação das necessidades do presente sem compreender e comprometer o futuro’*, através da melhor distribuição de renda, satisfazendo as necessidades da população, e apontando soluções para os problemas locais, o conceito de sustentável extrapola os limites da questão do meio ambiente. Portanto, a

incorporação de gênero no desenvolvimento sustentável buscaria melhorar a qualidade de vida de homens e mulheres de forma sustentável e equitativa, combatendo as relações de desigualdade entre a humanidade e os recursos naturais, entre grupos sociais e entre homens e mulheres.

Os princípios da vida sustentável, incluídos no livro 'Cuidar da Terra. Estratégia para o Futuro da Vida' (UICN/PNUMA/WWF), foram adaptados por Abramovay (Ibid: 1993) e são apropriados nesta dissertação porque, em certo sentido sintetizam uma visão humanista de solidariedade e apresentam-se como um desafio:

1- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos, entendido como centro do desenvolvimento a pessoa, a humanidade. Não pode haver desenvolvimento às custas de grupos ou das gerações futuras. Todo esforço de desenvolvimento, portanto, deve considerar as diferenças de classe, etnia e de gênero. Homens e mulheres devem compartilhar equitativamente os benefícios e custos da utilização dos recursos e da conservação ambiental.

2- Melhorar a qualidade de vida humana. O fim do desenvolvimento é melhorar a qualidade de vida, entendida como direito a uma vida prolongada e saudável, com educação, acesso a recursos e benefícios, a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e a ausência de violência. É necessário, portanto, visualizar as diferenças por gênero neste processo, já que homens e mulheres não têm tido iguais oportunidades em nenhum destes fatores.

3- Conservar a vitalidade e diversidade da Terra: A vitalidade e diversidade da terra está ameaçada por grandes interesses econômicos, que mantêm situações duais a nível mundial entre norte e sul, a nível nacional entre classes, etnias, homens e mulheres.

4- Manter-se dentro da capacidade de carga da terra: As diferenças no consumo entre os seres humanos é muito grande. Cada grupo social utiliza a água, o solo, a energia, as matérias primas e outros recursos de forma diferente e depende em grande medida de sua, seu grupo étnico e seu sexo. Há que formular políticas que busquem o equilíbrio entre os seres humanos e a capacidade da natureza, e tecnologias que aumentem a dita capacidade através de um manejo cuidadoso do meio. Este manejo deve considerar as diferentes necessidades práticas para homens e mulheres, e também seus interesses estratégicos.

5- Modificar as atitudes e práticas pessoais. Deve adotar-se a ética da vida sustentável.

6- Permitir as comunidades que cuidem de seu próprio meio ambiente. Dentro das comunidades a mulher tem conseguido se tornar mais participativa, o que altera sua situação de gênero.

7- Proporcionar um marco nacional para a integração do desenvolvimento e da conservação. Deve-se considerar cada região como um sistema integrado (terra, ar, água, organismos e atividades humanas). Reconhecer que há

sistemas que influem uns sobre os outros, ecológicos, econômicos, sociais ou políticos. Considerar as pessoas como o elemento fundamental do sistema, avaliando os fatores econômicos, sociais, técnicos, políticos e de gênero que influem em sua modalidade de utilizar os recursos naturais.

A partir daí pode-se pensar em um desenvolvimento que inclui a lógica de determinada realidade social, reconhecendo que esta população é composta por homens e mulheres cujos interesses e necessidades são muitas vezes, distintos.

Um exercício de relativização deste ‘ideário’ torna-se possível, a partir do conhecimento da lógica camponesa.

1.7. Relativizando a perspectiva agroecológica: a lógica camponesa

Os indicadores de viabilidade dos sistemas agroecológicos estão permeados pelos fatores trabalho e família que, muitas vezes, são subestimados e, às vezes, negligenciados por parte dos estudiosos de sistemas agrícolas. Woortmann & Woortmann (1987), em estudo realizado em comunidades sergipanas, afirmam que o *‘trabalho, categoria que tem, para eles (famílias agricultoras), um significado bem mais amplo que aquele definido pelas ciências sociais. Para os sitiantes, trabalho, terra e família são indissociáveis e falar de um é falar dos outros.’*

Entretanto, o trabalho apresenta-se com diferentes atribuições para cada pessoa da família. De acordo com Woortmann & Woortmann (1987) homens e mulheres do local estudado por eles, vivenciam o trabalho, quando se referem a atividades, instrumentos/ferramentas, valor, intensidade, treinamento e socialização. Eles afirmam que *‘a casa é o ponto de partida’* de todos os trabalhos, e a família é o cerne do agrossistema, onde cada membro tem uma participação especial em cada atividade, sendo que a forma como o grupo define o trabalho é que determinará a intensidade de fatores econômicos, ambientais e agronômicos do agroecossistema.

Os mesmos autores ressaltam que tanto a divisão do trabalho quanto as demais decisões referentes ao agrossistema são permeadas por relações de hierarquia e complementaridade entre os membros da família.

“É a casa o ponto de partida do trabalho, realizado sob o governo do homem. É nela que são guardados os instrumentos de trabalho e as sementes; é ela que abriga os ‘braços’ e é nela que se decide quanto e o que será cultivado. E se desenvolve para cada vez mais longe, para fora. O produto do trabalho retorna para a casa, onde passa para o governo da mulher. Há, portanto, dois movimentos opostos e complementares: o homem leva para fora, inclusive para o mercado; a mulher traz para dentro da casa, para o consumo. ...O homem define a ‘direção’ porque o pai de família é socialmente concebido como o possuidor do conhecimento necessário para a realização da produção. Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra – ele é também o dono –, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho. Outros homens adultos – e frequentemente também mulheres – conhecem perfeitamente todas as etapas do processo produtivo, seja na lavoura, seja no criatório de gado. Mas o pai de família é como que o ‘dono’ do saber, componente da hierarquia familiar.”

Ainda segundo Woortmann & Woortmann, nem toda atividade realizada pela família agricultora é considerada como trabalho. A denominação ‘trabalho’ é dada às atividades ‘socialmente ou ideologicamente, definidas como tal’, ou seja, aquelas relacionadas à produção agropecuária, que são realizadas preferencialmente e objetivamente contabilizadas pelos homens adultos.

“Subtraem-se do total da jornada de trabalho, as horas empregadas para a realização do próprio consumo (as horas empregadas na cozinha e mesmo no quintal, onde a mulher cultiva os temperos e algumas verduras) e as demais atividades domésticas que liberam a força de trabalho masculina, inclusive tarefas definidas como pesadas pelas mulheres, como rachar lenha. A tarefa de transformar o produto do roçado em comida não é computada, visto que não está incluída na categoria trabalho.”

Mesmo as tarefas que pertencem ao ‘roçado’, quando são efetuadas por elementos femininos, perdem o caráter de trabalho. Um outro estudo, também, sobre famílias camponesas nordestinas no Brasil (Heredia, 1979) enfatiza que, embora o produto do trabalho seja resultado do ‘esforço de grande parte dos membros do grupo doméstico, é o pai de família, como responsável por ele, quem assume o controle do trabalho da roça’. As mulheres jovens e crianças sempre ‘ajudam’, apesar de determinadas tarefas como a semeadura e a colheita sejam responsabilidades delas. O trabalho da mulher permanece invisível e não produtivo porque não é pago. Mas, mesmo quando é de alguma forma remunerado, ele corresponde apenas a uma fração do trabalho pago ao homem.

O lugar que os diferentes membros ocupam dentro do grupo doméstico está tanto relacionado à sua posição na família e ao sexo, quanto às atividades que desenvolvem na lavoura ou na casa. A inserção de cada membro em qualquer um dos dois âmbitos varia tanto de acordo com o sexo a que pertence quanto com o ciclo de vida de cada indivíduo (Op. cit.,1979:77). Segundo Heredia (1979), em razão de ser o homem o pai de família, quem, através da lavoura, providencia os meios necessários para obtenção dos alimentos, que serão consumidos em casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se, desta forma, o esquema de autoridade doméstica.

O trabalho camponês possui um caráter familiar - já que quem desenvolve as atividades agrícolas são os membros do grupo doméstico - e envolve, inerentemente, relações hierárquicas de autoridade e poder, que são definidoras do seu próprio significado. A análise conjunta do trabalho familiar, concernente à produção agrícola e às demais atividades relacionadas à reprodução social e biológica da família, pode mostrar uma visão integrada dos processos de trabalho na família.

A organização familiar pode ser analisada como um sistema, cuja reprodução depende de um conjunto de atividades e ações combinadas, envolvendo todos os membros integrantes dessa organização.

A forma como se estrutura o conjunto de atividades, em geral, explicita os mecanismos de inclusão, de exclusão, colaboração e autonomia e, portanto, da maior ou menor rigidez na divisão do trabalho por sexo, na organização do grupo familiar. Disso depende a qualificação de seus membros, especificamente das mulheres, enquanto diretamente responsáveis, colaboradoras e co-responsáveis pela gestão do espaço, ou como dependentes, invisíveis neste processo.

Neste sentido, a partir do próximo capítulo, será discutido o modo pelo qual o princípio da equidade é experimentado pelas famílias, que se propõem a viver os princípios da agroecologia na localidade de Novo Horizonte, município de Araponga, onde, a partir da conquista conjunta de terra, buscam o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 2

FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE ARAPONGA E O IDEÁRIO DE EQUIDADE AGROECOLÓGICO

2.1. Caracterização da área de estudo

A Zona da Mata Mineira abrange uma área de 36.012 Km², correspondendo a 6,4% da superfície do Estado de Minas Gerais. A região faz parte do extenso Domínio Tropical Atlântico, com relevo montanhoso, solos profundos e de baixa fertilidade. O município de Araponga localiza-se na Zona da Mata Mineira, ao leste do Estado de Minas Gerais, na bacia hidrográfica do Rio Doce, sub-bacia do Rio Casca (Figura 01). Localizada a 284 km de Belo Horizonte, capital mineira, Araponga faz divisa com os municípios de Ervália, a 35 Km, Canaã, a 15 Km, Sericita, a 36 Km, Jequeri, a 45 Km e Fervedouro, a 44 Km (EMATER –MG, 2001).

De acordo com os dados do Censo 2000 do IBGE, o município possui 7.911 pessoas residentes, das quais 68% estão na área rural. O relevo de Araponga é 80% montanhoso, com altitude mínima de 620 m na foz do Córrego São Joaquim e máxima de 1.985 m no Pico do Soares. Dos 304 Km² de sua área, 23% é antropizada pela agricultura, sendo o café a principal cultura comercial. O município compõe o entorno da Serra do Brigadeiro, possuindo 15.900 ha de área de proteção ambiental. Destes, 5.420 ha abrangem reserva florestal dentro do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.



Figura 01: Localização do município de Araponga.

A região de Araponga, originalmente coberta pela densa Mata Atlântica, foi colonizada partir de 1780, através da concessão de sesmarias com o objetivo de extração de ouro. A partir do século XIX, com a expansão da cafeicultura do Vale do Paraíba, a mata foi drasticamente derrubada, visando à implantação de grandes fazendas de café e comércio de carvão siderúrgico (CTA, 1998). A Mata Atlântica foi cedendo lugar para as lavouras de café e o *'eficiente ciclo de nutrientes no sistema florestal foi interrompido por uma agricultura sem preocupação conservacionista, que promoveu a redução da fertilidade dos solos'* (Idem, 1998). À medida que avançavam em busca de solos mais férteis, em novas áreas desmatadas, os cafezais cediam lugar para pastagens e culturas anuais como o milho, feijão e cana-de-açúcar, destinados ao consumo na própria região. Por serem consideradas, nessa época, como culturas de valor comercial secundário, eram implantadas em solos já desgastados pelo plantio de café.

A produção cafeeira dava acesso parcial ao uso da terra para trabalhadores rurais em regime de colonato, meação e parceria. Com o passar do tempo, as grandes fazendas foram dividindo-se através do processo de herança, chegando, hoje, a 32% dos estabelecimentos com tamanho de 10 a 50 ha (Figura 2; IBGE, 2002).

O modelo de desenvolvimento rural, implementado a partir da década de 50 do século XX, é caracterizado por diferentes formas de expropriação de milhares de famílias agricultoras. Vários fatores contribuiriam neste processo, incluindo a impossibilidade de mecanização de grandes áreas devido ao relevo, sendo que com as crises do preço do café

nas décadas de 1930 e 1960, ocorreu no campo a expulsão de grandes contingentes de famílias agricultoras sem condições de competir e se reproduzir socialmente, na ordem econômica vigente (CTA, 2001b). Nos anos 60 (séc XX), o governo federal patrocinou a erradicação de 26 milhões de pés de café na região e esta passou a experimentar uma estagnação econômica sem precedentes.

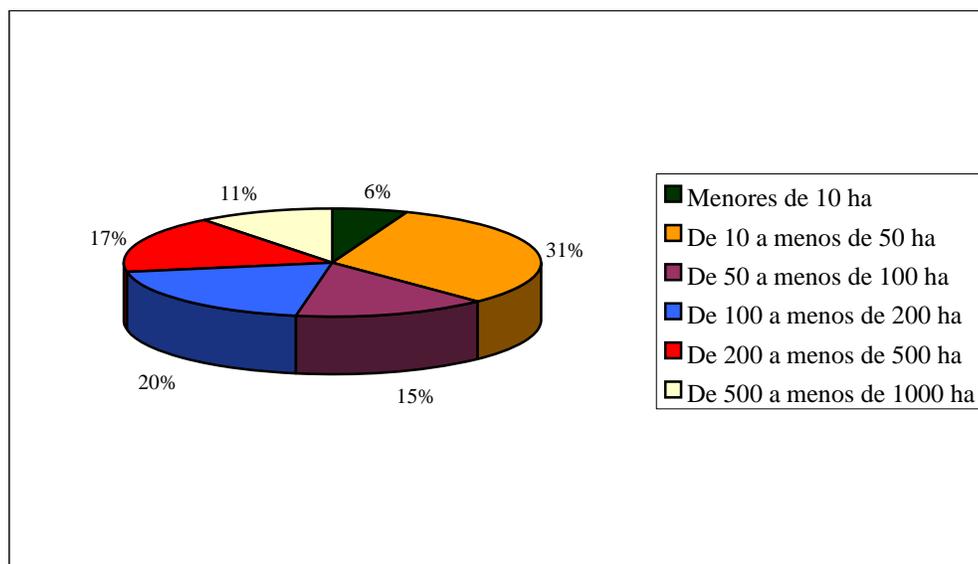


Figura 02: Estrutura fundiária de Araponga, MG. (IBGE, 2000).

Atualmente, grande parte dos agroecossistemas baseia-se na cultura do café, na produção para autoconsumo de milho, arroz, feijão, hortaliças, frutas, bem como a criação de pequenos animais e pequena pecuária leiteira. Estes sistemas caracterizam-se por uma produtividade decrescente, em virtude da baixa fertilidade e uso cada vez mais intensivo dos solos. É comum somente um dos herdeiros permanecer na propriedade, comprando as partes dos irmãos, bem como a busca das mais variadas formas de complementação da renda familiar, como a venda de trabalho de parte da família, plantio em parceria e realização de atividades não agrícolas.

Em termos políticos o 'clientelismo', característica de partidos políticos tradicionais, afeta a população rural, impossibilitando o uso eficiente dos recursos estatais e incentivando uma situação de dependência, em relação às famílias tradicionais, geralmente herdeiras da aristocracia cafeeira do século passado.

Na Zona da Mata, a produção familiar, tem sido alvo de políticas, que contribuem para aumentar a instabilidade dos sistemas de produção. Nas décadas de 1960 e 1970 foram implantados os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, PDRI (PRODEMATA e MG2) que preconizaram a adoção do pacote de tecnologias da revolução verde como única forma de transformar a agricultura ‘tradicional’ em ‘empresas rurais’ integradas ao mercado. Essa adoção, vinculada ao crédito rural, foi parcial e somente persistiu enquanto duravam os subsídios para aquisição de insumos industriais. Sem esses subsídios, a pequena produção herdou um custo de produção e um custo ambiental elevados, aumentando a degradação, o desequilíbrio e a insustentabilidade dos sistemas.

Como complemento a essas políticas, veio o incentivo à criação de cooperativas e associações. Nessas políticas, a população rural era apresentada de forma homogênea, desconsiderando-se suas tradições, contradições e formas de organizações existentes. Não surpreende que essas experiências – sempre bem intencionadas – ao construírem uma imagem diversa da agricultura familiar, resultaram em fracassos e no fortalecimento de grupos sociais já historicamente favorecidos pelas políticas agrícolas. Apesar da existência de programas e recursos destinados a estatais para favorecer a pequena produção, não há uma proposta de desenvolvimento regional, que responda aos problemas da agricultura familiar. Da mesma forma, as políticas ambientais, quando existem, estão desvinculadas do processo de desenvolvimento agrícola (CTA, 1998).

Neste contexto da zona rural de Araponga é que foi desenvolvido o trabalho de campo, base empírica do presente trabalho, que será detalhado no decorrer desse capítulo.

2.2. Contextualização da unidade empírica de análise

Segundo os informantes desta pesquisa, na década de 80, uma propriedade da localidade de Praia D’Anta, em Araponga, foi desmembrada em herança e três irmãos da família Lopes tinham interesse em adquirir a parte dos demais, uma vez que cada parcela era insuficiente para uma família. A falta de recursos para compra das demais partes da terra levou essas pessoas a buscarem apoio entre parentes, compadres e terceiros, com garantias proporcionadas entre si mesmos, através de produtos agropecuários e outros bens para efetivar a compra de terra.

Nessa época os irmãos Lopes começaram a participar do curso ‘Boa Nova’ (MOBOM – Movimento Boa Nova) como atividade das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), posteriormente implantadas em Araponga. De acordo com o depoimento colhido por Caliari (2000), o curso MOBOM e demais atividades das CEBs eram baseados em passagens bíblicas, que eles pareciam não conseguir relacionar com o dia-a-dia da comunidade, fazendo suspeitar que a mensagem ouvida não era traduzida em sua prática imediata. A autora é contundente, ao afirmar que as mensagens da igreja por si não faziam sentido para a realidade social local, implicando em benefícios imediatos. Sinalizavam para uma ação comunitária, que avaliasse reflexão e prática social.

Nas reuniões das CEBs, que acontecem semanalmente nas comunidades rurais denominadas ‘grupo de reflexão’, se encontraram a outros agricultores insatisfeitos com a situação de trabalho em parceria (meia), mas conscientes da dificuldade de mudar tal realidade, em função de limites econômicos que essas pessoas vivenciam: não tinham dinheiro para investir na compra de terra. Outro desafio, apontado pelos participantes do grupo, era encontrar um proprietário disposto a vender uma parcela pequena de terra. Outro aspecto sempre enfatizado era confiar nas condições de pagamento de meeiros, pessoas com poucos recursos e que apresentavam, como possibilidade, recursos levantados apenas à própria força de trabalho. A partir deste sonho de obtenção de terra própria, os irmãos Lopes ‘inspirados nas mensagens bíblicas’, conforme seus termos, acharam por bem intervir para que os amigos pudessem adquirir um sítio. Além de emprestar bens familiares, como sacas de café e animais, intermediaram empréstimos com terceiros. Realizaram a compra, com a garantia de quem é ‘pequeno proprietário’, pois pressupunham que os vendedores de terra não confiariam em trabalhadores rurais ‘sem terra’, significando este fato a falta de garantia de pagamento da dívida.

A partir dessa experiência, vários outros grupos objetivando à compra de terra foram se organizando, através da iniciativa comunitária de levantamento de recursos, mediante pagamento com a produção própria futura na terra adquirida. Esses grupos consolidaram-se compondo uma comissão do Sindicato de Trabalhadores Rurais, STR. Hoje possuem parcerias com ONGs, prefeitura e outras organizações, que culminaram com a disponibilidade de um *Fundo de Crédito Rotativo*, doado pela Fundação FORD, para financiar a ‘compra solidária de terra’. Este nome foi dado a essa iniciativa, pelas próprias

famílias assentadas, que hoje o consideram como um verdadeiro programa, em que o dinheiro do fundo é emprestado para a compra de terras e devolvido em moeda ou produto (geralmente café em grãos), em prazo preestabelecido para que seja emprestado a outra família.

Para participar do grupo, a família deve assumir um compromisso de resistência na terra, ou seja, viver na terra e torná-la produtiva com a implantação de lavouras. Outra regra consiste na adoção de práticas agroecológicas, que envolvem a produção ecológica do terreno, a preservação dos recursos naturais disponíveis e a convivência pautada em relações humanas, que favoreçam a cooperação intra e interfamílias, assim como faz parte deste acordo a cooperação e contribuição para continuidade do grupo da conquista de terra.

Uma comissão do STR realiza uma verdadeira investigação da família candidata, que deve ter interesse em trabalhos comunitários e organização social, apesar de não ser exigida a sindicalização (ao STR). Segundo os informantes deste trabalho, a disposição para dividir os recursos naturais e infra-estrutura básica é muito relevante, como no caso de cursos e fontes de água, estradas e outros, uma vez que entram na terra descapitalizados, sendo que essa estrutura básica de acessos a estradas, água e energia geralmente precisa ser totalmente implantada.

Uma comissão do STR organiza a compra de terra, identificando vendedores e compradores. Ao grupo comprador, são passadas as regras básicas de convivência, construídas pelas próprias famílias até então assentadas (CTA, 2002a). Dentre essas regras existe a do compromisso de se reunirem semanalmente em ‘grupo de reflexão’ para construir e, posteriormente, reforçar a interação das famílias e das próprias regras peculiares ao grupo.

Dentre as famílias que participam da conquista de terra, elegemos como foco deste estudo, quatro famílias que em 2001 participaram de um ‘grupo de compra de terra’ na localidade de São Joaquim, município de Araponga, próximo à divisa com Canaã, as quais preencheram os requisitos necessários/escolhidos para fazer parte do universo da compra solidária de terras.

O local denominado ‘Novo Horizonte’ pelos novos proprietários e organizadores da compra significa uma perspectiva de um novo rumo na vida, de novas possibilidades de trabalho em terra própria. O Novo Horizonte concretiza o sonho de autonomia, uma forma

diferente de viver, não subsumida pelos grandes proprietários de terra. Sonho que se realiza pela conquista da terra.

A disposição e compromisso do grupo recém-constituído, para adotar práticas agroecológicas, motivaram a escolha do universo desta pesquisa, tornando-se campo potencial, uma vez que os princípios agroecológicos norteiam esta pesquisa.

Além do conhecimento prévio desta realidade, o contato com o STR/Araponga (Sindicato de Trabalhadores Rurais) foi fundamental porque possibilitou o contato com o grupo pesquisado, abrindo ‘as portas’ para realização do trabalho de campo.

Marcada uma reunião em Novo Horizonte, foram convidadas todas as famílias que possuem lote no local, para explicar os objetivos deste estudo. Nessa reunião traçamos um ‘mapa’ do local com a participação dos homens presentes, o que além de criar um ambiente mais acolhedor em relação à chegada da pesquisadora, possibilitou o reconhecimento da área física, infra-estrutura, áreas de lavouras e divisão dos lotes. Logo após, fizemos uma ‘caminhada transversal’ com as mulheres e crianças para conhecer o local e um pouco das famílias presentes, possibilitando-lhes conhecer um pouco da pesquisadora e seus objetivos. O mapa e caminhada foram escolhidos por que são técnicas de ‘diagnóstico participativo’, que é uma metodologia qualitativa, de pesquisa-ação, permitindo tratar, não somente de assuntos invasivos, como também que os participantes se sentissem estimulados a falar das questões cotidianas. Na ocasião, questionamos a disposição das famílias no sentido de receber a pesquisadora em suas casas, por uma semana. Quatro famílias posicionaram-se pronta e positivamente a participar por períodos diferenciados de acordo a disponibilidade de cada uma.

A segunda etapa do trabalho de campo teve como base a observação participante. A pesquisadora ‘viveu’ com as famílias durante o período, preenchido por uma convivência intensa, principalmente, com as mulheres durante o dia, pois, os homens saíam para trabalhar distante do local de moradia, pela manhã, e só retornavam ao entardecer. À noite todos colocavam-se à disposição, inclusive esperando entrevistas ou conversas ‘direcionadas’.

O Quadro 1 apresenta uma caracterização genérica das famílias - foco deste estudo, e logo em seguida é feita uma breve descrição de cada uma. No decorrer deste documento são apresentados depoimentos de moradores de Novo Horizonte, que não fazem parte das

famílias descritas, porém, com os quais a presente autora teve a oportunidade de conversar antes ou durante a estadia no local.

Quadro 1- Caracterização social das famílias

| FAMÍLIA | NOME* | IDADE (anos) | ESCOLARIDADE |
|------------------|-----------|--------------|-----------------------------|
| FAMÍLIA 1 | | | |
| Casal | Regina | 24 | 4ª série fundamental |
| | Rui | 29 | 2ª série fundamental |
| Filhos | Rita | 07 | 1ª série fundamental |
| | Renato | 04 | Idade pré-escolar |
| FAMÍLIA 2 | | | |
| Casal | Ana | 55 | 4ª série Ensino fundamental |
| | Aldo | 55 | 4ª série Ensino fundamental |
| Filhos | Adir | 30 | Ensino médio |
| | Adriana | 28 | Ensino médio |
| | Adelina | 26 | Ensino médio |
| | Ailton | 24 | Ensino fundamental |
| | Agnelo | 23 | Ensino fundamental |
| | Ângelo | 22 | Ensino fundamental |
| | Abel | 21 | Ensino fundamental |
| | Angelina | 18 | Ensino fundamental |
| | Adélia | 15 | 1ª série – Ensino médio |
| | Alice | 13 | Ensino fundamental |
| FAMÍLIA 3 | | | |
| Casal | Miguel | 52 | 2ª série Ensino fundamental |
| | Margarida | 52 | Analfabeta |
| Filhos** | Marco | 30 | Ensino fundamental |
| | Míriam*** | 20 | 5ª série Ensino fundamental |
| | Modesto | 25 | Ensino fundamental |
| | Marli*** | 17 | Ensino fundamental |
| | Manoel | 22 | Ensino médio |
| | Márcia | 14 | Ensino fundamental |
| FAMÍLIA 4 | | | |
| Casal | Biana | 22 | Ensino médio |
| | Beto | 22 | 4ª série Ensino fundamental |

Fonte: dados da pesquisa de campo.

*Nomes fictícios.

**O casal possui mais 2 filhas que são casadas e moram na mesma localidade, porém mais distante do núcleo de casas.

***Esposas de filhos.

A família 1 é composta por casal, em que o marido e esposa têm menos de 30 anos, são casados há 8 anos e tem um casal de filhos. Trabalhavam e moravam em terras do pai de Regina:

“Quando a gente casou, fomos morar no terreno de Ronaldo, pai de Regina. Morava e tocava lavoura a meia (café). Só que ele tem esse modo assim de tratar da lavoura... e nós começou a ficar doente. Eu tinha uma dor assim na nuca, que era a água que não era boa; era assim muita mas com tóxico. ...Aí eu vi que tinha que sair fora... Hoje eu não quero saber disso não, aqui em casa, nunca mexi (nunca usou produtos agrotóxicos na lavoura) e se Deus quiser...a gente vai levando assim.” (Rui, família 1)

Quando estava doente, com intoxicação por agrotóxicos, Rui aproximou-se do STR e conheceu o projeto de ‘compra solidária de terra’, vislumbrando a possibilidade de participar de um grupo de compra conjunta de terra. Foi motivado pela perspectiva da agroecologia, principalmente pela proposta de redução no uso de agrotóxicos, que poderia amenizar, segundo sua percepção os problemas de saúde da família. Parte do lote foi financiada pelo Fundo Rotativo do STR. Regina e Rui alimentam um sonho para que seus filhos *‘comecem a vida adulta com um pedaço de terra pra trabalhar, porque vida de meeiro não presta, é muito penosa.’* Quando falam do começo da vida adulta, referem-se ao ‘casamento’, ou constituição de ‘família’, quando se tornam homens-maridos-pais e mulheres-esposas-mães. Antes do casamento ou constituição da própria família homens e mulheres são considerados jovens. A construção da identidade de adulto se dá com a percepção de si mesmos após o casamento, quando desmembram-se da família de origem, que não significa o distanciamento geográfico, afetivo e emocional da família de origem, mas o próprio discurso sobre si.

Os pais da família 2 estão na faixa etária dos 50 anos, têm 5 filhos e 5 filhas entre 15 e 30 anos, que são solteiros. Até a década de 80, essa família trabalhava como meeiros em uma propriedade, localizada em um município próximo. Participaram da primeira iniciativa de ‘compra solidária de terra’. Aos poucos, foram aumentando a propriedade de forma que tivessem condições de dar alimento e trabalho aos filhos. Hoje, cada um dos filhos/filhas tem uma faixa de lavoura de feijão e café junto aos pais, distribuídos, principalmente, como forma de socialização ou preparo para participar das atividades do

grupo doméstico¹⁴. Há 5 anos compraram um lote, que foi dividido em quatro partes: uma parte ficou para o filho mais velho, uma parte para cada uma das duas filhas mais velhas e uma parte foi dividida entre os 4 filhos do meio. Estes últimos ficaram com apenas uma parte, por ser mais jovens e terem à frente outras oportunidades neste sentido, diferentemente dos primeiros cuja possibilidade de um casamento pode ser iminente, em função de terem mais de 25 anos de idade, fato não definidor, mas indicador da probabilidade de casamento. Em 2001, a família adquiriu um lote em Novo Horizonte, dividiu-o entre os quatro filhos do meio, complementando a parte comprada anteriormente. A próxima etapa é adquirir um lote para cada uma das 3 filhas mais jovens.

O pai e o filho mais velho desta família são sócios fundadores do STR e do CTA-ZM. Desde a fundação destas entidades, vêm participando de espaços de discussão, envolvendo formas sustentáveis de produção. Quando o pai administrava a propriedade, não plantavam café, mas somente lavouras de milho, feijão, mandioca e outras culturas de alimentos, utilizando-se técnicas e local de cultivo escolhidos pelo pai. Segundo depoimento dos filhos, na família, a produção de café foi introduzida por eles mesmos (os filhos), que hoje administram toda a produção da família. Com exceção de uma das irmãs (Adriana), que cuida, planeja e administra o próprio lote, todos os membros da família têm uma produção coletiva onde produzem alimentos para o consumo da família e outra individualizada, onde plantam café e feijão para serem comercializados. Na produção individualizada, os quatro irmãos citados e Adriana, utilizam o sistema orgânico de produção, desde o início dos sítios¹⁵. Na produção coletiva, que é maior que as partes individuais, vêm implantando, gradativamente o sistema agroecológico, diversificando a variedades plantadas, introduzindo o cultivo de café e utilizando técnicas ecológicas de produção.

A família 3 cujos pais também estão na faixa de 50 anos, vivia em terras de terceiros até a primeira ‘compra solidária de terra’. As filhas mais velhas são casadas e moram em terras adquiridas em compra solidária. Os três filhos também possuem terras compradas da mesma forma perto da casa dos pais. Em 2001, os pais compraram um terreno em Novo

¹⁴ Heredia denomina ‘roçadinho’ este espaço socializador destinado a cada filho/filha. ‘É através do roçadinho que os filhos serão preparados para as futuras unidades domésticas que irão constituir.’

¹⁵ Sítio é expressão nossa para indicar a propriedade com lavouras e residência, em Novo Horizonte dizem ‘terra’ ou ‘lote’ que pode significar tanto a parte de lavoura, quanto residencial ou enquanto lote sem nenhuma ocupação.

Horizonte e trocaram com dois dos filhos, que já têm lavoura implantada desde a compra, sendo que um deles é casado e pretende morar no local. Esta família tem ainda uma filha adolescente, que ainda não possui terra, mas, os pais, a filha e os irmãos vislumbram a oportunidade de comprar num futuro próximo uma terra para ela. Como essa moça é a única filha que mora com os pais, embora sendo bem jovem, assume junto com mãe todas as tarefas domésticas da casa, além de ajudar as irmãs casadas no cuidado com os filhos. A situação de sobrecarga dos trabalhos domésticos e o fato de ser jovem com menos de 15 anos é justificativa para que a família a tenha deixado em último lugar na conquista de terra pela família. A jovem afirma que sua intenção é permanecer na ‘roça’ depois de adulta.

A família 4 é formada por um casal, na faixa etária de 22 anos ambos. A mulher, Biana é presidente do STR. Antes do casamento, o casal adquiriu um terreno em Novo Horizonte, através do acesso ao crédito do Fundo Rotativo do STR. Trabalhando à meia, em lavouras de café de terceiros, conseguiram fundos para implantar lavouras de café e feijão bem como para construir uma casa em Novo Horizonte. Em 2004, pretendem pagar o fundo rotativo com a produção de café e feijão do sítio. A compra do lote foi incentivada pelo pai de Biana, que, além de ser um dos pioneiros na compra conjunta de terra, faz parte da comissão do STR, que organiza a compra de terra. Seu pai comprou terra para dois filhos, que não tinham ainda completado 20 anos de idade. Biana observa que a família, de certa forma, privilegia os filhos, pois uma de suas irmãs, com mais de 20 anos de idade, não obteve o mesmo incentivo que os irmãos.

A família de origem de Beto (família 4) trabalha para terceiros, à meia, tanto os pais quanto os irmãos. Beto relata que seus familiares tentaram convencê-lo a não participar da compra solidária de terra, por terem tido uma experiência negativa com crédito bancário. Seus pais possuíam um sítio, que foi hipotecado para cobrir dívida referente a crédito rural. Hoje, Beto orgulha-se por ser o caçula da família e o único autônomo, ou seja, sua família (ele e a esposa) possui um sítio onde produzem a base alimentar familiar, composta por feijão, mandioca, hortaliças, aves e porcos, entre outros produtos, além de a renda gerada com a produção de café suprir as demais necessidades básicas da família, não produzidas no sítio como os materiais de construção, roupas, ferramentas, etc.

No próximo item, uma descrição do desenvolvimento da comunidade denominada Novo Horizonte, que constitui a base empírica desta pesquisa será apresentada.

2.3. Desenvolvimento da comunidade de Novo Horizonte



Figura 03: Vista parcial de Novo Horizonte.

A área de Novo Horizonte, constituída de 18 alqueires¹⁶, é dividida em 27 lotes cujo tamanho varia entre 0,5 e 3 alqueires. A Figura 03 mostra uma vista parcial de Novo Horizonte.

Na ocasião da pesquisa, apenas 6 famílias moravam no local, enquanto 15 famílias, ou proprietários solteiros, estavam ocupando seus lotes constituindo lavouras. Essas famílias tinham como objetivo imediato, levantar recursos para quitar a dívida contraída com a compra da terra, através de fundo rotativo ou outras fontes.

A lógica de distribuição dos lotes foi influenciada por vários fatores. Um dos primeiros fatores considerados foi a forma como a família programou pagar a dívida. Algumas planejaram pagar com os rendimentos da futura produção no lote adquirido. A estas, foram destinadas terras providas de fácil acesso a estradas, bem como condições agriculturáveis imediatas. Rui, integrante da primeira família moradora do local, explica como foi beneficiado:

“eu só pedi que se desse, eu ficava com o pedaço da lavourinha de café, por que eu tinha a dívida...e já era um modo mais certo de paga, né? Então, Deus abençoou que eu foi atendido e se Deus quiser para o ano dá pra acabar...”

¹⁶ De acordo com os moradores de Novo Horizonte, na região, 1 alqueire corresponde a 3 hectares, ou seja área do Novo Horizonte com 18 alqueires equivale a 54 hectares.

O depoimento desse agricultor expressa a preocupação do grupo organizador em discutir com o grupo e construir as regras de ‘distribuição’ de forma a favorecer, ao máximo, cada família. Realizaram uma reunião em que as famílias compradoras colocaram suas preferências em termos da localização do lote, enquanto o grupo organizador procurou contribuir com orientações para ajudar na escolha/distribuição utilizando conhecimentos advindos da experiência, por já ter passado pela compra e distribuição. A vocação produtiva do terreno, em termos de quais atividades agropecuárias podem ser melhor desenvolvidas, é um fator de escolha ou distribuição dos lotes. O terreno possui uma parte baixa que foi distribuída entre todos os lotes, garantindo a todos o acesso a fontes de água. De acordo com esta divisão, em alguns lotes predomina a parte de várzea e em outros predomina encosta. Algumas famílias que gostariam de ter uma área maior para cultivo de café, ficaram com a encosta, que é mais favorável a essa cultura. As famílias que gostariam de utilizar maior área para culturas, como feijão e milho, ficaram com as partes de várzeas. Os depoimentos abaixo ilustram a definição do critério ‘vocação produtiva do terreno’ para a escolha dos lotes:

“Nós sempre gostô de criar cabrito, então ficamos com a pedra. ...ela tá prá nós, mas não é nossa, não. A gente pode criar cabrito, mas não pode vender ela, fazer pedreira também não. Tem que zelar dela” (Dirlene, moradora de Novo Horizonte).

“Eu queria ficar perto da casa de pai, e Biana queria ficar perto da casa do pai dela. Aqui ficou no meio. Outra coisa, eu aprendi desde pequeno que terra boa é a que dá pra plantar café, então pra mim, a gente só ficava com morro. Já Biana, já achava igual ao pai dela que é bom plantar de tudo, então ficamos aqui e eu não arrependo: a gente tem café, fruta, horta, tem de tudo...” (Beto, família 4).

Segundo relato de Beto, a divisão agradou a todos, uma vez que muitas famílias não tinham preferências explícitas, pois o mais importante para elas era a própria aquisição do lote. Este fato foi confirmado por algumas pessoas, que moram no local.

Um dos lotes foi escolhido, coletivamente, e reservado para a construção de uma Escola Família Agrícola - EFA¹⁷. Norteou esta escolha a facilidade de acesso a água,

¹⁷ A Escola Família Agrícola é uma Associação Local que é responsável pelo aspecto jurídico, econômico, gerencial e pela implantação do plano de formação da EFA. Cada associação é autônoma na sua área de

energia elétrica, construção de fossa séptica e outros critérios relativos à construção da infra-estrutura da escola. O STR tem uma comissão de educação, que vem discutindo a constituição de uma EFA, juntamente com outros STR da região, desde a década de 1990, após uma tentativa frustrada de implantação da EFA em Viçosa. Quando começaram a negociar a compra do terreno de Novo Horizonte, já tinham em vista a destinação de um lote para a escola. O fato de grande parte dos proprietários serem jovens solteiros ou recém-casados contribuiu, segundo os moradores do local, para esta decisão tanto pela previsão de crianças no futuro quanto porque alguns deles estudaram na extinta EFA de Viçosa.

A importância de implantação da EFA está relacionada aos princípios da *metodologia de alternância*¹⁸ e do ensino pautado nas vivências dos estudantes da zona rural. A fala de Marco pode exemplificar:

“Eu fiz o supletivo, mas achei muito fraco o ensino, acho que não valeu a pena. Se fosse pra estudar na EFA acho dava pra voltar pra aula. Aquele estudo lá é muito fraco. Aquilo não entra na minha cabeça. Aquelas coisas... eu não preciso aprender...é bater cabeça à toa” (Marco, família 3).

Fica claro que percebem o descompasso entre a importância que atribuem ao ensino, considerando fundamental o conhecimento obtido através da escolarização, e o ensino que é oferecido pelo Estado, que geralmente é desconectado da realidade rural.

No grupo contemplado na pesquisa, três pessoas estudaram na EFA de Viçosa, três participaram do *Programa de Formação de Monitores*¹⁹, organizado pelo CTA-ZM, e cinco fizeram o segundo grau completo (na rede formal de ensino). O presidente da Associação das Escolas Família Agrícola de Minas Gerais (AMEFA) é pai de dois jovens, uma mulher e um homem, que estudaram na EFA – Viçosa e faz parte de uma das famílias dessa pesquisa (Aldo, família 2). Os jovens citados fazem parte de uma comissão do STR,

atuação, mas está integrada à associação regional, neste caso a AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas – e filiada à União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB.

¹⁸ O princípio da alternância refere-se, segundo Silva (2003), à combinação, no processo de formação de jovens agricultores e agricultoras, de períodos de vivência na escola e na propriedade rural. Alterna-se a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária. Este sistema enfatiza a participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, assim como a perspectiva de desenvolvimento comunitário rural.

¹⁹ Programa com duração de 2 anos realizado nos anos de 2001 e 2002, coordenado pelo CTA-ZM e organizado em módulos de 3 a 5 dias com intervalos de 3 meses, que tinha como objetivo principal ‘formar lideranças de base – agricultoras e agricultores - para que pudessem dar continuidade e multiplicar as iniciativas de Desenvolvimento Local Sustentável na Zona da Mata’ (CTA, 2002a).

assessorada pelo CTA-ZM, que discute educação e a formação da EFA em Novo Horizonte. Os dados apresentados na Figura 4 expressam o empenho do grupo em garantir uma educação adequada ao contexto rural em que vivem, aos jovens do local e região.

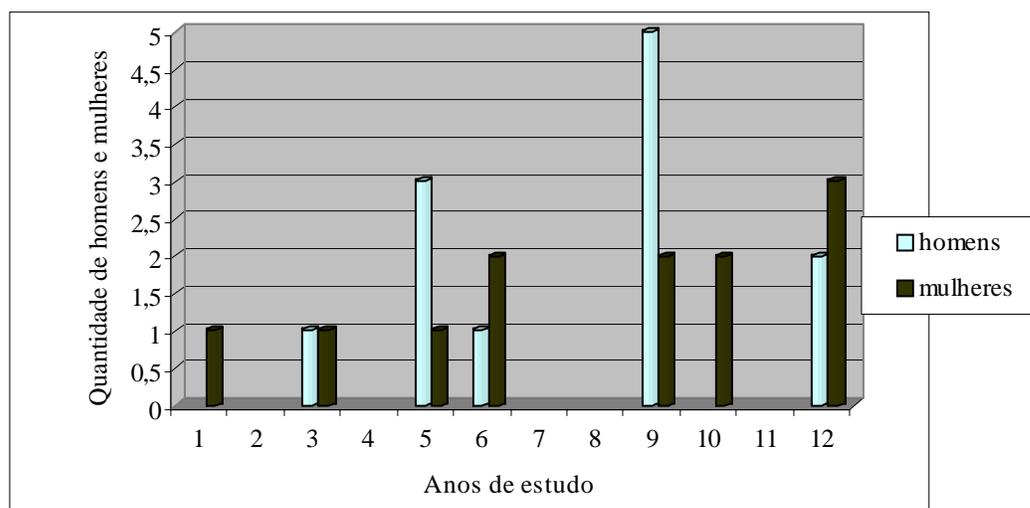


Figura 04: Escolaridade. Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A preocupação com a educação está presente em todas as famílias. Contudo, a escolarização do grupo é bastante heterogênea, como pode ser observado na Figura 04. A geração com mais de 50 anos teve acesso, no máximo ao ensino primário, ou seja, 4 anos de estudo²⁰. Três mulheres e dois homens na faixa etária entre 20 e 30 anos completaram o ensino médio (12 anos de estudo); 5 homens terminaram o ensino fundamental. Duas mulheres com menos de 20 anos cursam o ensino médio. Todas as pessoas casadas não completaram o ensino fundamental, com exceção de uma mulher que, ao casar, já tinha completado o ensino médio. O mesmo acontece com a comissão de educação do STR, que é composta por pessoas com nível variado de escolaridade, adquirida nos moldes da educação tradicional padronizada que não privilegia o contexto local nem o estilo de vida dos alunos.

Das famílias participantes desta pesquisa, da geração presente ou da geração anterior, ou seja, a geração de seus pais, todos os membros/membras trabalharam como

²⁰ O grupo de pessoas que teve acesso no máximo até as 4 primeiras séries do ensino fundamental sabe ler e escrever precariamente e realizar as operações fundamentais de somar, diminuir, dividir e multiplicar.

meeiros, morando em terras alheias, de ‘patrão’, ou dos pais de um dos cônjuges. Neste sistema, plantam o que o dono da terra, quase sempre homem-marido-pai-detentor do poder, ‘exige’, que se concretiza no tipo de tecnologia e insumos preestabelecidos para serem usados. É o dono da terra ou do ‘serviço’ quem escolhe o local a ser cultivado, as variedades a serem plantadas, as sementes, adubos e defensivos utilizados, bem como as técnicas de plantio e colheita, além do tipo e valor da comercialização. Geralmente, o homem (pai-marido) da família é contratado, mas conta com a mão-de-obra de todos os membros da família, sendo que os demais membros, apesar de trabalharem em todas as fases no processo de produção, nem sempre recebem pagamento pelas tarefas realizadas.

Define esta relação a falta de autonomia, ou ‘liberdade’, que pode ser identificada sob vários aspectos e que é a primeira justificativa sobre a motivação para a compra da terra. Woortmann & Woortmann (1987) afirmam que *‘ser sitiante, ser dono da terra é condição básica de liberdade, juntamente com o domínio tanto cognitivo quanto simbólico que orienta a produção e o trabalho’*. A experiência com os agricultores entrevistados, neste trabalho, comprova que o conhecimento não pode ser desenvolvido quando o ‘dono do serviço’ é outra pessoa. Mesmo porque, na terra própria, o processo de produção envolve o trabalho e o conhecimento de toda família. Nem sempre o proprietário, frequentemente o homem, é quem detém o saber mais legitimado, como é o caso da família 4, em que a mulher é direciona o trabalho por estar envolvida, desde a família de origem, com as práticas e preceitos da agroecologia.

No grupo em estudo, a liberdade quanto às decisões sobre o sistema de produção é considerada tanto quanto as técnicas, insumos e variedades que compõem a lavoura. O depoimento abaixo exemplifica a importância da autonomia conquistada juntamente com a terra:

“Eles (seus irmãos e irmãs que trabalham como meeiros) vivem pra patrão e então num tem liberdade pra vender um feijão quando tem necessidade. Porque só tem café e um pé ou outro de abóbora no terreiro. Antes eu também não via outro jeito de viver. Hoje é que eu vejo. Em dois anos que a gente mora aqui, ano passado, nosso feijão deu pra nós e ainda dei feijão pros meus irmão tudo e pra mãe. E esse ano, se nosso café der bem, dá pra pagar o fundo, e nós já tá com a casa quase pronta. Lá em casa (casa dos pais), tem gente que tem mais de 10 anos de casado e ninguém tem casa, nem um pedaço de chão” (Beto, família 4).

O relato de Beto revela o significado que imprimem à quantidade de produtos, configurada na importância da fatura, proporcionada pela diversidade da produção de alimentos para consumo da família, em comparação à produção ‘à meia’ de sua família de origem, em que não possuem autonomia ou poder de decisão sobre o planejamento do sítio. Neste caso, a condição de plantar para dividir com o dono da terra, ou para receber um salário, nem sempre proporciona o ideal para o abastecimento familiar.

Em Novo Horizonte, mesmo nos lotes considerados pequenos, (½ a 1 alqueire), as famílias estão investindo, primeiramente, no abastecimento interno de alimentos. Produzem, prioritariamente, arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, cana, hortaliças, frutas, galinhas, porcos. Entretanto, sempre possuem uma lavoura de café no local, e muitas vezes, pelo menos uma lavoura fora, em parceria (à meia), pois, o café é principal produto comercializável da região, propiciando assim uma renda conversível em bens não produzidos na propriedade. Geralmente, a produção de café proporciona a renda necessária à compra de terra.

Contudo, a renda proveniente da monocultura do café em sistema de parceria (meia), pode não garantir o abastecimento de alimentos, continuamente, durante o ano. Beto relata que as famílias de seus irmãos passam por momentos de fatura na época de colheita e venda de café, mas carência na entresafra deste produto. A renda apurada com a venda de café não é suficiente para abastecer a família e ainda prover excedentes para compra de terras. Seu depoimento ilustra esta situação:

“Eu fui criado no meio de café, só café. Minha família quase que só planta café. Até hoje, meus irmãos e pai só gostam de plantar café, plantam até quase na porta a cozinha. Mas tem hora que passa um aperto danado. Quando o café não dá preço, passa aperto, não tem fatura não. Aqui eu já acostumei a plantar de tudo, porque Biana já sabia disto e nós tem fatura o ano todo. É inacreditável como conseguimos tanta variedade neste tempinho que começamos aqui...”

Essas famílias que estão iniciando a formação do sítio com a perspectiva de agroecologia têm, como meta, a segurança alimentar, nos termos locais ‘encher o paiol’ ou ‘produzir para despesa’, pautada na diversidade e continuidade do fornecimento de alimentos. Mas esta possibilidade está dada, a partir da autonomia conquistada com a terra.

Neste sentido, as famílias que já conquistaram uma certa estabilidade produtiva, notavelmente as primeiras famílias que participaram da ‘compra solidária de terra’, atualmente estão envolvidas no sentido de proporcionar condições para que seus filhos possam futuramente, permanecer na zona rural, em condições de trabalho e independência financeira de terceiros, proporcionada pelo trabalho em terras ‘próprias’. Das quatro famílias que participaram diretamente desta pesquisa, três constituem a segunda geração da conquista de terra, ou seja, a família de origem participou de grupos de ‘compra solidária’ e, atualmente, incentivam e colaboram para que os filhos possam ter acesso à compra de terras. Outros lotes de Novo Horizonte também pertencem aos filhos das famílias pioneiras, muitos deles bem jovens, vivendo ainda com os pais, mas já constituindo lavoura com o objetivo de retornar o investimento dos pais. Esta é mais uma forma de garantir a permanência dos jovens na zona rural.

As quatro famílias participantes da pesquisa fazem parte de um contingente, que está na contra-mão do problema fundiário da região. Enquanto a maioria dos trabalhadores rurais é assalariada, ou não tem terra suficiente para a reprodução familiar, este grupo está construindo uma forma diferente de transmissão de terra, em que os pais colaboram para que os próprios filhos adquiram suas terras, selando um pacto de permanência na terra.

Entretanto, o processo de ‘conquista da terra’ é vivenciado de forma diferenciada por homens e mulheres, enquanto membros/membras das famílias proprietárias ou enquanto solteiros. Segundo vários depoimentos, obtidos por ocasião da pesquisa, na primeira visita feita ao local onde hoje é Novo Horizonte, para conhecerem o terreno, bem como ver a possibilidade de divisão de lotes e firmar o compromisso da compra, compareceram todos os homens interessados, sendo, uma grande parte deles casados e vários solteiros. As mulheres não participaram dessa visita, apenas Biana, na época solteira, compareceu juntamente com o futuro marido e o pai, um dos organizadores da compra. Esta participou, ativamente, de todas as etapas do processo de compra do lote, do planejamento do uso e planejamento do sítio adquirido juntamente com o futuro marido. Segundo afirmou, ela se envolveria, independentemente, do noivo. As outras mulheres, no dia da visita, não ‘puderam’ comparecer por motivos diversos: o local era longe, não tinham com quem deixar as crianças ou não tinham bicicleta para ir. A maioria delas disse que já conheciam a região, tinham noção do local e o que o marido decidiria se estava bom.

Todas afirmaram estar muito satisfeitas com o local e com o lote, mas principalmente pela oportunidade de viver em terra própria e por não estar sob domínio de patrão, têm liberdade para participar do planejamento do sítio e de atividades comunitárias. A oportunidade de ‘viver em terra própria’, colocada por essas mulheres, faz parte do projeto de vida que engloba outros sonhos e anseios da família. Por isso não se sentem subsumidas no projeto do pai-marido. A posse da terra significa transformar-se com o seu próprio sonho, em contraposição à ‘terra de patrão’.

À medida em que vão mudando para o local, as mulheres interagem com as demais famílias e demais mulheres que *‘recebem os novatos como se fossem da família’*. Ressaltam o papel do grupo de reflexão, que a cada semana funciona em uma casa com a participação de todos os membros/membras da família, sua importância para a interação entre as famílias, tanto na discussão e planejamento do local quanto na troca de conhecimentos e na construção da convivência do grupo.

A forma como essas famílias vivem na terra adquirida e como realizam e organizam o trabalho é apresentada no próximo capítulo, que trata da economia doméstica das famílias de Novo Horizonte.

CAPÍTULO 3

A ECONOMIA DOMÉSTICA DAS FAMÍLIAS DE ARAPONGA

A economia doméstica vivenciada pelas famílias desta pesquisa baseia-se nas atividades agropecuárias de policultivo de café, feijão, milho, mandioca, cana, hortaliças, criação de pequenos animais, como aves e suínos. Todas as etapas de produção são experimentadas, numa perspectiva agroecológica, sugerindo uma conjunção de atividades agrícolas e não agrícolas, que geram ganhos monetários e não monetários. Este sistema agropecuário permite considerar todas as atividades exercidas pelo conjunto de famílias pesquisadas. Desta forma, a unidade relevante de análise é a família e não somente a produção agroecológica, organizada em melhor arranjo para manter e criar as condições de reprodução social do grupo familiar. Como o modelo em análise, é o preconizado pela agroecologia, pretendemos, neste trabalho, entender os caminhos que as famílias percorrem em direção ao desenvolvimento sustentável. A intenção é apontar algumas das formas como as famílias se apropriam das concepções da agroecologia e como tais concepções são incorporadas nas práticas, atitudes, comportamento e visão de mundo. Interessa saber sobre essa apropriação para as instâncias propriamente produtivas e para aquelas não propriamente produtivas.

Propondo uma análise do trabalho na exploração agrícola familiar, visando a uma perspectiva integradora, Scheffler (2002) utiliza o esquema proposto por Ayales (Scheffler, 2002: 255-256) para a classificação das atividades familiares, em trabalho produtivo, referindo-se a todas as atividades, cujo produto pode ser destinado ao mercado e ao

autoconsumo; trabalho reprodutivo de manter e reproduzir a força de trabalho familiar, no sentido biológico (geração de filhos), na manutenção física da força de trabalho e da socialização; e o trabalho comunitário, com atividades religiosas, culturais, de ajuda mútua, dentre outras.

Mitchell (1984) propõe a análise de quatro estruturas integradoras, que devem ser consideradas conjuntamente, apesar de muitas vezes serem desenvolvidas de forma desigual, no âmbito familiar: instância da produção, da reprodução, da sexualidade e da socialização. A produção é muitas vezes, considerada o ‘mundo do homem’, desestabilizando o equilíbrio da participação igualitária entre os membros da família. Neste sentido, Lopes (1983) afirma que o trabalho produtivo da mulher, decisivo para a sobrevivência da unidade doméstica, nem sempre é identificado como tal pelo fato que, concomitantemente, a mulher realiza atividades consideradas produtivas e não-produtivas de forma integrada, conforme será abordado neste capítulo.

Tendo, como base, as perspectivas integradoras apresentadas e fazendo uma adaptação para este estudo, com a intenção de analisar o trabalho de toda a família, as atividades das famílias pesquisadas foram classificadas em: *agrícolas* – quando se trata de plantio, tratos culturais, colheita e pós-colheita; *atividades reprodutivas* – quando se refere ao preparo de alimentos/refeições, lavagem de roupas, cuidado com crianças, atividades com horta e pomar; atividades para *geração de dinheiro* - em casa, fora de casa e prestação de serviços; e atividades de *participação política* - em sindicatos, associações produtivas, grupos de capacitação, grupos religiosos e partidos políticos. Esta classificação constitui a base deste capítulo, cujos dados serão analisados nos próximos itens.

3.1. Atividades agrícolas

O ideal de consumo das propriedades agroecológicas em estudo é aquele em que o abastecimento das necessidades do grupo familiar seja produzido ao máximo, pela agricultura no local, na própria terra. Compreende tanto as lavouras ditas como de subsistência (milho, feijão, mandioca, cana, arroz e café) que irão fornecer a base da alimentação familiar quanto hortaliças, legumes, frutas, ovos e carnes, considerados como sendo complementares, pelas famílias envolvidas na presente pesquisa. Além da produção agrícola, grande parte do beneficiamento e aproveitamento destes produtos é realizada pela

família. Quando há sobra, geralmente, é trocada, presenteada ou vendida, podendo, assim, gerar algum dinheiro, bem como fortalecer os laços sociais.

Dentre os produtos citados, o café tem uma importância diferenciada, pois, para a maioria das famílias, é o principal produto comercializado. Apesar desta importância, o café não tem prioridade de espaço sobre as lavouras destinadas à alimentação. É o café que gera a principal renda monetária da família. Renda esta que não é gasta facilmente durante o ano, pois, este produto só é vendido no caso de um investimento planejado, ou em casos de emergência. No dia-a-dia vive-se com pouco dinheiro, procurando produzir todos os bens necessários à sobrevivência, tanto em termos das necessidades humanas quanto em termos de insumos agrícolas.

Para as famílias contempladas nesta pesquisa, a sustentabilidade é traduzida como independência de fatores externos como produtos, insumos e renda. Muitas vezes a dependência de produtos e serviços de fora é considerada vergonhosa. Essa dependência é analisada por Woortmann & Woortmann (1987), no livro ‘O trabalho da terra’ em que discutem sobre a vergonha de não produzir os bens considerados básicos para a família. Neste sentido, a produção, beneficiamento, aproveitamento e reciclagem orientam a lógica da produção doméstica.

O cultivo de lavouras, mais especificamente plantar, colher e beneficiar, ainda que minimamente, arroz, feijão, milho, mandioca para consumo familiar é, para as famílias, a principal atividade produtiva e, portanto, tem prioridade de espaço e de trabalho. Para todas as famílias, a maior parte do sítio é destinada a estes cultivos, inclusive consorciados com o café. À medida que vão ampliando as terras, como é o caso da família 2, pode haver um espaço maior para cultivos comerciais de café e feijão. Para as famílias maiores e com restrição de terra, passa-se de prioridade para exclusividade. Neste caso, é comum que tenham uma lavoura de café em parceria ou à meia.

É comum que toda a família trabalhe tanto nas lavouras familiares quanto nas parcerias. Uma limitação é a distância para as mulheres, que fazem o serviço doméstico e, ou têm filhos pequenos. O depoimento de Regina é explicativo neste sentido:

“Se nós tivesse uma lavoura mais perto, nossa, mais um pedaço de terra aqui perto ...pro serviço ficar mais perto, era melhor, né? Até a nossa lavoura ‘de-a-meia’ é mais de uma hora de bicicleta, aí tem que fazer almoço

antes e acordar muito cedo. Se fosse mais perto dava pra eu ajudar mais o Rui. Agora, nessa lavoura é mais na ‘panha’...” (Regina, família 1).

Nas atividades de plantio e tratos culturais, potencialmente toda a família participa de todo trabalho exigido. Observamos, porém, que as mulheres com mais de 50 anos são poupadas dessas atividades (Figura 05). Segundo as próprias mulheres, que consideram estas atividades ‘pesadas’, preferem e são eleitas pelos demais para ficar na casa e arredores, preparando as refeições, cuidando de animais, guardando a casa, dentre outras. Diferentemente, os homens nesta faixa etária participam de todo processo produtivo, como se pode ser observar na Figura 06.

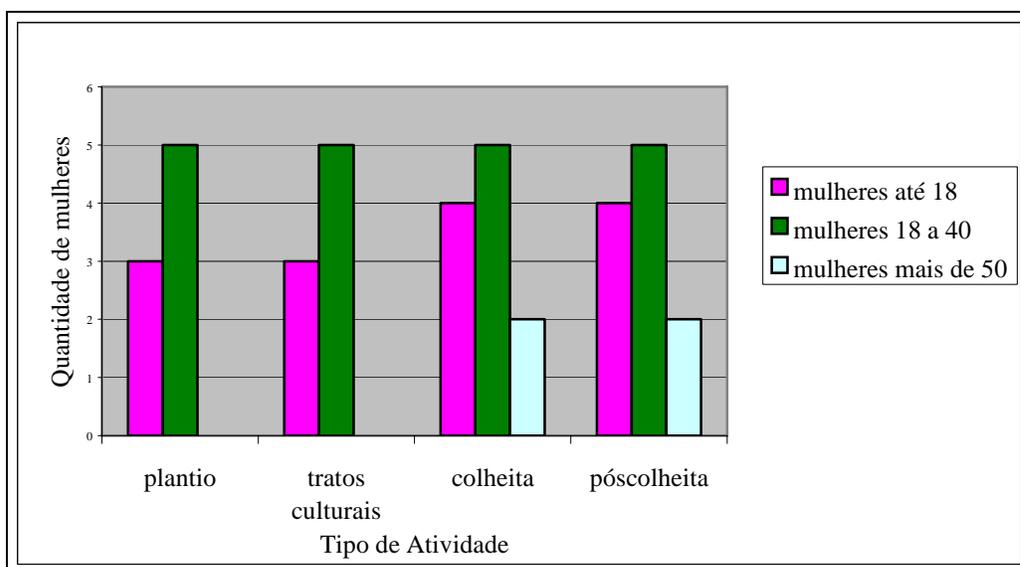


Figura 05: Atividades agrícolas das mulheres.

Jovens em idade escolar, homens e mulheres na faixa etária entre 10 a 17 anos, também são poupados dessas atividades, mas, parcialmente durante o período que estão na escola. O mesmo acontece com as mulheres casadas que têm filhos com menos de 7 anos, que não freqüentam a escola: participam ‘quando sobra tempo’. Na fase pré-escolar, de 0 a 6 anos, as crianças exigem muita atenção, que é dada pela mãe, quando esta não tem filhos maiores ou parentes, que possam fazê-lo. O período em que as crianças estão na escola proporciona um tempo para a mãe dedicar-se a atividades fora da casa, seja plantio ou tratos culturais.

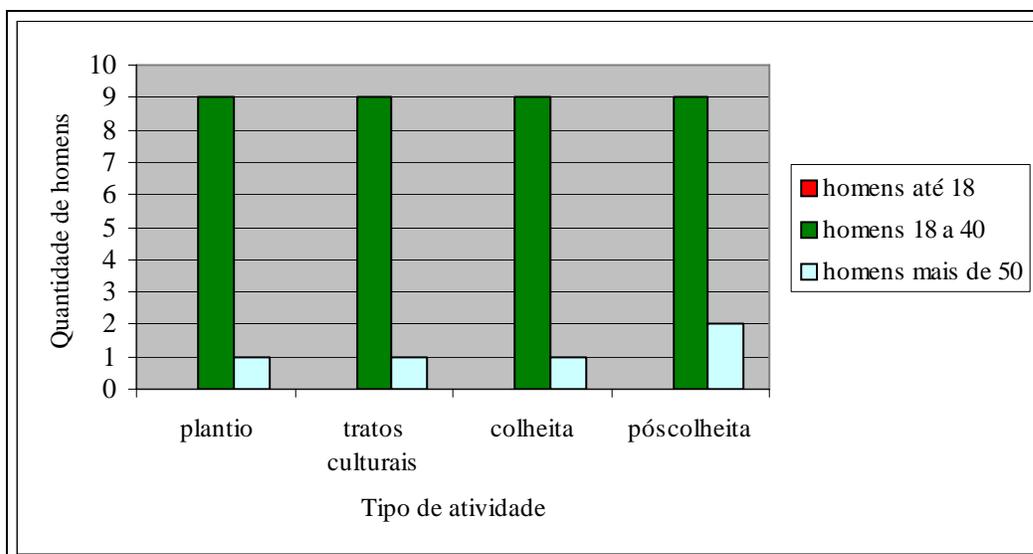


Figura 06: Atividades agrícolas dos Homens.

As atividades de colheita de café, milho, feijão e pós-colheita, que envolve exposição do produto ao sol, revirar o produto e recolher à noite ou quando chove, são realizadas por todas as pessoas, inclusive crianças. Como essas etapas requerem de muitas mãos, as mães levam as crianças, que ficam brincando por perto, quando são ainda muito pequenas. Além disto, na safra do café, há trabalho com fatura nas lavouras de terceiros, onde a remuneração é individual e por produção. Esta é a oportunidade para cada pessoa ganhar dinheiro, mesmo que seja pouco. Margarida, membro da família 3, afirma sobre a colheita de café:

“gente velha rende pouco, a gente não agüenta muito, não agüenta acompanhar essa gente nova, mas dá pra ganhar um dinheirinho. A gente vai assim mesmo, antes pouco do que nada”.

Mesmo que seja de forma diferenciada, como é mostrado nas figuras 05 e 06, todas as pessoas, independentemente da idade, estão envolvidas nas atividades aqui classificadas como agrícolas. Essas atividades estão presentes na vida das pessoas desde a infância, quando os pais introduzem alguns afazeres para irem ‘acostumando com o trabalho’. Algumas famílias separam uma faixa de terra para os adolescentes implantarem pequenas lavouras, onde realizam todo o processo de produção, inclusive a comercialização.

Alguns homens e mulheres declararam não gostar de realizar essas atividades, considerando-as como ‘obrigação’. Algumas mulheres conseguem fazer o mínimo necessário dessas atividades, muitas vezes podendo priorizar atividades reprodutivas, trabalhando nas lavouras somente em épocas de muito trabalho, ou na colheita de café, quando mesmo não gostando, trabalham pela certeza do pagamento. O depoimento de Adir, membro da família 2, sobre suas irmãs é um exemplo:

“...quando precisa ela (Adelina) é uma boa companheira, mas não gosta, ela não acostumou com serviço de roça. Agora Adriana..., Adriana é diferente: ela prefere encarar a enxada e trabalha bem, o serviço dela rende. Agora em casa, ela é péssima cozinheira....”

No caso dos homens, esta situação pode causar constrangimentos e sofrimentos, como no caso de um rapaz, que prefere trabalhar com horta, pequenos animais e outros serviços considerados ‘delicados’. Segundo a irmã, ele passa periodicamente por ‘depressão’ por ser considerado ‘fraco’ pelos irmãos, que realizam atividades agrícolas idealmente consideradas como ‘trabalho’:

“por ele ser assim... sempre fica perto de casa, cuida de horta, de quintal, gosta de mexer com vaca, galinha...” (Adriana, família 3).

No exemplo abaixo do depoimento de Agnelo, o trabalho com enxada, o trabalho ‘pesado’, o trabalho na lavoura pode ser considerado o próprio trabalho e, portanto, um trabalho masculino. Isto não quer dizer que as mulheres trabalhadoras rurais sejam consideradas como sendo masculinizadas. Entretanto, o preconceito ainda incide sobre o homem, que elege, como atividades preferenciais as tarefas consideradas como não trabalho, ou atividades ‘leves’, mesmo que nessas atividades se use a força física, a enxada, etc.

“gosto de trabalhar mesmo é com enxada. Gosto de trabalhar com outras pessoas, junto. Eu não gosto de limpar bera de casa, gosto mesmo é de trabalhar: gosto de serviço mais bruto. Não sou bom assim de acabamento. ...Não gosto de fazer o serviço mais leve e deixar o mais pesado prá outro. Se tiver dois sacos prá carregar, eu pego o mais pesado. Prefiro assim. Assim, secar feijão, bater, apurar que é serviço de mais detalhe, não é prá mim. Agora, soprar eu gosto e sei fazer bem...” (Agnelo, família 3).

O próximo item apresenta uma discussão sobre algumas atividades, muitas vezes, consideradas não trabalho, ou seja, as atividades reprodutivas, realizadas no âmbito doméstico.

3.2. Atividades reprodutivas

Consideramos como trabalho reprodutivo aquelas atividades diárias de manutenção/reprodução social, tendo como produto serviços e transformação de bens rapidamente consumíveis e não acumuláveis, que todas as pessoas usufruem para viver. Estas atividades são fundamentais para a economia familiar, mas não são computadas economicamente, ou seja, não têm preço e não são pagas. A reprodução social combina várias estratégias, que as famílias adotam, configurando-se como unidade de produção e unidade de consumo.

De uma maneira geral, no caso em estudo, essas atividades propriamente reprodutivas são realizadas, preferencialmente, pelas mulheres. Não porque elas preferem, mas porque *‘os afazeres da casa não são considerados como trabalho, mas como tarefas femininas’*, confirmando o que Suárez e Libardoni (1992) afirmam, em relação à agricultura familiar. A atividade da mulher é sempre considerada, principalmente pelos homens, como um não trabalho, apesar da importância que assume na própria sobrevivência da família. Também Heredia (1979), afirma que *‘se o lugar do homem é o roçado, o lugar da mulher, mãe de família, é a casa... a casa não se restringe ao espaço físico ocupado pela construção, mas inclui também o terreiro (quintal) que a rodeia’*.

Anteriormente, falamos que nas famílias estudadas entram poucos produtos e insumos externos. Neste sentido, as atividades reprodutivas são fundamentais, pois, transformam os insumos em produtos. Muitos produtos consumidos, diariamente, não estão prontos na natureza nem saem direto da lavoura para uso imediato. Precisam de uma transformação realizada no âmbito doméstico, mas não fazem parte de cômputo do trabalho.

O preparo de alimentos envolve atividades de transformação da matéria-prima e preparo de refeições. Estas atividades são realizadas, preferencialmente, por mulheres de todas as faixas etárias. Em todos os casos, somente na ausência de mulheres é que os homens assumem este tipo de atividade. Segundo as mulheres, eles suprem somente a

necessidade imediata, ou seja, realizam o necessário a cada refeição, deixando a limpeza e organização do local de trabalho para as mulheres, quando retornarem. Assim, no âmbito doméstico, o trabalho do homem é considerado ‘ajuda’, pois, segundo as mulheres, não é espontâneo, precisa ser solicitado, e não é realizado com a mesma intensidade ou ‘capricho’.

Além do preparo das principais refeições, almoço e jantar, todos os dias são preparados bolos, doces e biscoitos, que compõem o café da manhã e a merenda (lanche da tarde). É uma atividade diária porque, além de terem pouco acesso a produtos industrializados, são raras as casas que têm geladeira. Produtos à base de frutas como doces e geléias, também, são preparados em casa, principalmente durante a safra de cada fruta. Também todo o sabão usado na cozinha, na lavagem de roupas e, muitas vezes, no banho são preparados na cozinha ou em seu domínio, sendo, portanto, preparado pelas mulheres.

Na época da colheita de café, quando toda a família está envolvida na ‘panha’, as mulheres - ou ‘a mulher’, ‘a mãe’, ‘a esposa’ - prepara a refeição à noite, quando chega da lavoura, para que todos possam sair de madrugada com a marmita pronta. Durante outras fases da produção, preparam as refeições (almoço e lanche) pela manhã, levando-as para a lavoura na hora do almoço. Muitas vezes, ficam trabalhando na lavoura depois do almoço. As mulheres mais velhas comentam que, quando trabalhavam em ‘terra de patrão’ era pior, pois, preparavam e levavam as refeições para todos que estavam trabalhando no local:

“A gente carregava era muito peso. Era muito companheiro, e era uma comida só. Água levava na moringa. Já levava a merenda com o almoço, e café fazia lá no fogo” (Ana, família 2).

Antigamente, na época que não tinham terra e trabalhavam como colonos em lavouras de terceiros, a família que sediava o trabalho fornecia a refeição para todos os trabalhadores. Hoje, a terra é própria e, muitas vezes, o trabalho é trocado com outras famílias, ou seja, várias famílias se unem para realizar uma atividade num só dia, em uma propriedade, sendo que, em troca a família organizadora se compromete a participar de atividades das outras famílias, em tempo proporcional ao recebido. Neste sistema, cada trabalhador é responsável por sua refeição, e as mulheres levam, no horário do almoço, a refeição dos maridos, filhos, irmãos, no local em que estão trabalhando. Entretanto esta tarefa também pode ser dividida com outras mulheres, geralmente, filhas, noras e vizinhas:

“...as vezes se os homens trabalham perto um do outro na mesma lavoura ou perto, aí a gente divide: uma leva para um lado e outra leva no outro. É difícil pra gente ir em duas lavoura longe da outra.”

O preparo das refeições é realizado, invariavelmente, em fogões aquecidos à lenha, que é coletada no campo também pelas mulheres, mães, filhas e pelos filhos pequenos, como a Figura 07. Esporadicamente, os homens coletam alguma lenha mais ‘pesada’, que encontram a caminho da lavoura, a qual será poupada para realização de atividades que consomem mais lenha, como o preparo de rapadura, melado e açúcar mascavo.



Figura 07: Coleta de lenha.

A lavagem de roupas é uma atividade, exclusivamente, feminina²¹. Nenhum homem envolve-se nesta atividade, nem em casos de ausência completa de mulheres. Em casos especiais como doença, parto ou acidente, uma mulher da família ou uma vizinha lava as roupas da casa. Uma possível exceção seria por motivo relacionado ao homem, como no exemplo de uma viagem:

“...às veiz Miguel fica pra tratar das criação. Se for preciso ele cozinha. Lavar roupa ele nunca lavou..., acho que se for preciso ele lava. Quando ele foi pra Bahia, ele ficou 18 dias: capaz dele ter lavado roupa lá, será?” (Margarida, família 3)

²¹ Em pesquisa em assentamentos do município de UNA, realizada por Maia e Arapiraca, com relação a distribuição das atividades domésticas por sexo, 100% das mulheres lavam roupas (2002: 257). É significativo acrescentar que nenhum homem exerce esta atividade.

As mulheres aprendem a lavar roupas na infância, enquanto ajudam a mãe. Na adolescência, são responsáveis pelo cuidado com a própria roupa. Após o casamento, lavam também as roupas da casa, do marido e das crianças.

Em algumas casas, recentemente²² possuem ‘tanquinho’ - uma máquina de lavar roupas, que faz apenas parte da tarefa, pois, não realiza as etapas de enxágüe e centrifugagem das roupas. O ‘tanquinho’ está entre os principais sonhos de consumo das mulheres envolvidas nesta pesquisa.

A responsabilidade pelo cuidado com as crianças é da mãe e, ou mulheres da casa. É comum que mães, sogras, irmãs ou cunhadas substituam a mãe da criança. Entretanto, quando os pais estão em casa, também cuidam das crianças. Neste caso, o trabalho é considerado ajuda, pois a responsabilidade é da mãe.

“...mas Aldo sempre foi muito bom pra mim ...ele me ajudava muito com os menino. Quando eles acordavam de madrugada querendo mamar, ele me acordava e dava o menino pra mim” (Ana, família 2).

As mulheres mais velhas relatam que, antigamente, quando seus filhos eram crianças, o cuidar das crianças era praticamente realizado pelas mulheres. Elas levavam os filhos para lavouras ou deixava-os ‘trancados’ em casa, enquanto levavam o almoço para os homens nos campos de trabalho.

Entretanto, assim como o trabalho na lavoura é prioridade geral para os homens, no âmbito doméstico eles preferem cuidar das crianças às demais atividades da casa.

Consideramos, no presente trabalho, também como atividade reprodutiva, as tarefas realizadas no peridomicílio, como horta, pomar e criação de pequenos animais, que constituem a produção de alimentos, tidos como secundários, para o abastecimento da família. Geralmente, a horta fica a cargo da mulher que cozinha, da mulher responsável pelo preparo das refeições. O tamanho e a variedade da horta dependem dos costumes alimentares da família, mas também da criatividade da cozinheira. Muitas mulheres cuidam de todo o trabalho da horta, desde o preparo para o plantio até à colheita. Entretanto, é comum algum homem colaborar no preparo da terra e na confecção de cerca. Se a ajuda é

²² Recentemente, porque grande parte da zona rural de Araçuaia foi eletrificada à partir de 1999. Em Novo Horizonte a energia elétrica foi colocada em 2001.

necessária, que seja dada em uma atividade considerada um trabalho pesado e, portanto, masculino.

É comum as famílias trocarem produtos da horta, buscando variação no cardápio, o que é também uma forma de presentear parentes e vizinhos. Esta troca estende-se também a sementes e mudas de hortaliças, caracterizando uma forma de preservar variedades tradicionais de verduras e legumes, mantendo uma certa independência de variedades comerciais.

A criação de animais visa abastecer a casa com carnes, ovos, leite, gordura, esterco e sebo para fazer sabão. Geralmente, criam-se porcos, galinhas e cabras, no mínimo, mas também gansos, patos, codornas, marrecos, perus e outras aves.

O cuidado diário com os animais é, usualmente, feito por mulheres e crianças. A alimentação básica dos animais é o milho, produzido nas lavouras da família. Os animais recebem, ainda, todas as sobras da horta, cozinha e pomar. O abate de porcos, cabritos e animais maiores é feito por homens, mas todo o preparo das carnes, embutidos e gorduras é feito pelas mulheres geralmente em mutirão, que reúne parentes e vizinhos, os quais recebem parte da carne ou da gordura. Não como pagamento, mas como uma forma de alimentar a amizade e a 'consideração'²³. Outro motivo é que o consumo de carne é restrito à ocasião do abate, pelo fato de não terem geladeira e não estarem integrados na economia de mercado, que proporcionaria a venda das sobras e a compra de alimentos, que não têm em casa no momento.

A criação de aves é uma exclusividade das mulheres. Todas as mulheres, mesmo ainda crianças, possuem aves, geralmente galinhas. Uma prática comum consiste em presentear as meninas com frangos e galinhas. Muitas vezes, a mãe é a responsável por todas as aves, mas as filhas são treinadas, desde a infância, a cuidar da alimentação, preparar ninhos, colher ovos e cuidar de doenças. A criação de galinhas é fundamental à alimentação diária, sendo os ovos um ingrediente indispensável no preparo de bolos, biscoitos e pães, que compõem a merenda da manhã e da tarde e são preparados pelas

²³Fato também observado no trabalho de Suárez e Libardoni, 1992: 'Embora desvalorizada, a criação de porcos é pressuposto da atividade de cultivo e do equilíbrio econômico da unidade doméstica em geral, atuando também como meio de fortalecimento das relações de parentesco e de outras relações sociais baseadas na reciprocidade, já que as partes dos porcos são presentes apreciados e, de certa forma, obrigatórios'.

mulheres. Então, a demanda por ovos é um dos componentes do planejamento desta atividade.

As galinhas são consideradas uma pequena fonte de renda proveniente da venda e troca de ovos e pintos.

“Eu conheço cada galinha destas. Tem muitas que são das meninas..., é bom prá elas ter o dinheirinho delas, às vês precisa comprar um caderno, as coisinhas delas. Eu cuido junto com as minhas, conheço todas, conheço até o ovo, sei direitinho qual ovo é de qual galinha. Eu que escolho qual vai chocar, vendo ovo, vendo pinto. Depois dô o dinheiro prá elas. As vês eu mato galinha delas e elas nem sabe. Mas elas debulham um milho, buscam samambaia prá fazer ninho, elas ajudam, boba!” (Ana, família 2)

Desta forma, a criação de galinhas pode, também, ser considerada como poupança para as mulheres e para a família, uma vez que, facilmente, pode ser reversível em dinheiro ou outro bem, em caso de necessidade.

No próximo item, são apresentadas as estratégias de geração de dinheiro, utilizadas pelas famílias em questão.

3.3. Atividades para geração de dinheiro

A atividade geradora do maior montante de dinheiro é a produção de café. Seja pela produção familiar, na propriedade, seja pela produção à meia em lavouras de terceiros, seja pelo trabalho individual na colheita de café em fazendas da região. A renda obtida com a venda do café pode ser considerada como uma renda familiar. Geralmente é administrada pelo homem-pai-marido, com a colaboração da mãe, mas é gasta com a propriedade: equipamentos, terra, insumos, reforma e construção da casa e outras construções. O dinheiro proveniente do trabalho de colheita em outras propriedades é individual e cada um decide mais livremente sobre em que investir: geralmente as mulheres compram ‘coisas para a casa’, como roupa de cama, roupas para crianças ou utensílios de cozinha; os jovens compram roupas, calçados, bicicleta, artigos pessoais, ou preparam-se para um possível casamento, comprando terra, equipamentos de trabalho, etc.; os homens compram bicicleta, arreo ou ferramentas de necessidade secundária.

A venda de dia de trabalho acontece esporadicamente, como no caso em que a família está enfrentando dificuldades. Geralmente, no ano em que compram a terra, passam

por dificuldades financeiras, pois, além de contratarem a dívida, necessitam implantar as lavouras que são a fonte de alimentos, sendo que nem sempre a terra é boa para produzir, necessitando alguns ciclos para incorporar matéria orgânica suficiente para aumentar a fertilidade. Soma-se aqui a construção da casa. Este é um período de muito trabalho, tanto no sítio quanto em parceria (meia), além da venda de dias de trabalho, que é a forma de obter uma renda para suprir as necessidades básicas da família. Este trabalho fora da propriedade é realizado pelo(s) homem(s), quando a família tem filhos pequenos, pois em geral, é a mulher quem vai cuidar dos filhos, da casa e do sítio. Dependendo da fase do ciclo de vida familiar, a mulher também vende dias de trabalho, como é o caso da família 4, sem filhos.

Entre os homens, é muito comum a troca de dias de serviço entre vizinhos e parentes para realização de tarefas, que requerem maior quantidade de mão-de-obra. É menos comum o trabalho em outras profissões, mas alguns realizam trabalhos de carpinteiro, pedreiro, consertos de bicicleta, dentre outros. A família 4, composta por um casal sem filhos, pretendia pagar o empréstimo do ‘Fundo de Crédito Rotativo’, no primeiro ano após a compra da terra; enquanto o homem formava o sítio, a mulher trabalhava na cidade e ambos tinham lavoura de café ‘à meia’ em locais diferentes. Para construir a casa, trocaram serviços, na lavoura, por serviços de carpinteiro e pedreiro.

Outra forma de geração de dinheiro é a produção ‘caseira’ ou venda de produtos. As mulheres que tem a ‘família criada’, por despenderem menos tempo com as atividades da casa, seja porque não têm crianças, ou porque os filhos e filhas as ajudam, em geral comercializam galinhas, ovos, doces, fubá, óleo de mamona, sabão, frutos e frutas, polvilho, produtos que sobram²⁴, muitas vezes, na própria casa. A partir de 2001, entregam sua mercadoria no ponto de vendas da Associação dos Agricultores Familiares de Araponga. Mulheres e homens solteiros também comercializam produtos das lavouras individuais, os quais também são sobras, pois, parte da produção fica na casa dos pais, como uma espécie de pagamento por usufruírem as regalias da casa dos pais.

Na família 2 os homens mantêm a tradição de tecer peneiras de taquara. O pai que tecia peneira quando solteiro, ensinou a arte ao primeiro filho adolescente e este passou o ofício para dois dos irmãos, que tecem quando têm tempo. Embora esta seja uma atividade

²⁴ Sobra é considerada como sendo produção menos despesa.

com potencial de renda, eles priorizam a lavoura, tecendo mais por lazer do que para geração de renda. Portanto, nas 4 famílias que participaram desta pesquisa, em geral, aquelas atividades que geram renda e são praticadas pela maioria das mulheres, são realizadas no peridomicílio, enquanto as atividades que mais geram renda e são praticadas pelos homens são realizadas fora do peridomicílio, como mostra a Figura 08. Contudo, homens e mulheres desenvolvem suas atividades em todos os espaços, o que varia de família para família e de acordo com o ciclo de vida da família.

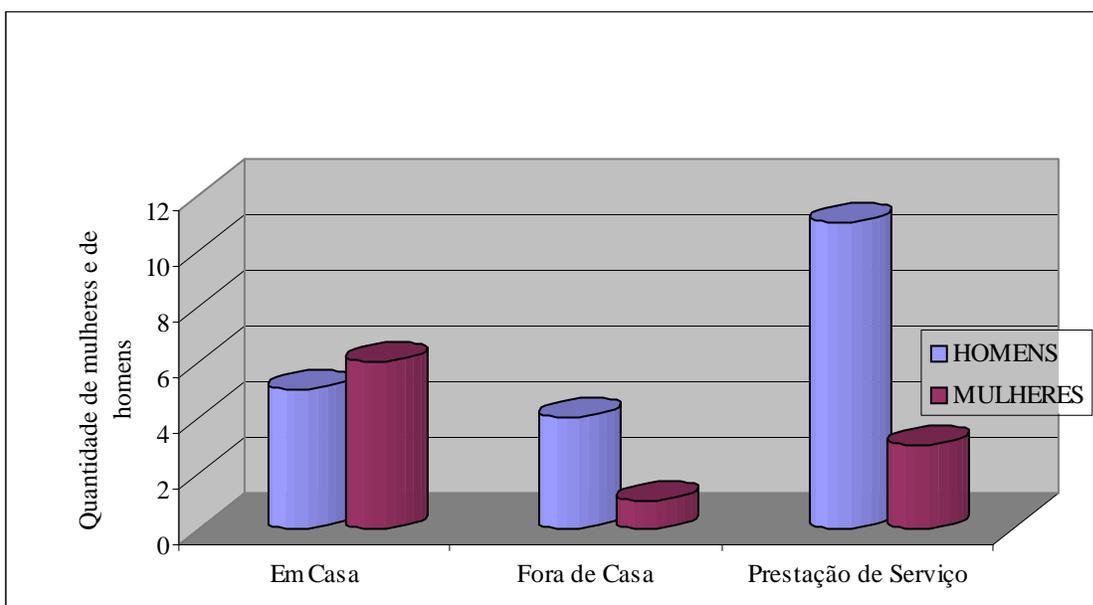


Figura 08: Fonte de geração de dinheiro por homens e mulheres.

3.4. Participação política

Para entender como a agroecologia proporciona instrumentos de transformação social, é necessário também compreender o modo como a família vem se reestruturando, a partir da participação em atividades políticas. A participação em atividades comunitárias, grupos de qualificação, religiosos, e outros, favorece ou influencia a formação pessoal, orientando as posições no sistema de tomada de decisões da família, em condições mais ou menos iguais, de acordo com quem participa ou entre quem participa.

As atividades relacionadas à igreja católica²⁵ estão presentes no cotidiano destas famílias e de certo modo, é a partir desta organização religiosa que se organizam socialmente, e participado de outros movimentos como CEBs, pastorais, sindicatos, associações, etc. Como em várias comunidades²⁶ da zona rural, em Novo Horizonte acontece, semanalmente, a reunião do ‘grupo de reflexão’. As famílias revezam na organização da reunião e elegem uma pessoa para coordenar o grupo. As reuniões seguem uma cartilha fornecida pela *Diocese de Mariana*, na qual consta o procedimento a ser seguido durante a reunião, que envolve leituras bíblicas seguidas de comentários, favorecendo o debate sobre o tema. Segundo alguns depoimentos, essas mensagens motivam a comunidade a buscar alternativas para os problemas comuns entre e dentro das famílias. Podemos observar isto na fala de Regina (família 1), ao afirmar que o grupo sempre estimula o diálogo entre a família e propõe orientações para educar os filhos.

“lá em casa pai não era de conversar com a gente, não. Mas eu acho isso importante e aqui em casa a gente procura, explicar, conversar com estes meninos. Eles vão pra reunião do grupo de reflexão com a gente, pra igreja. ...É bom levar as crianças pra reza porque eles aprende a ajudar a gente, a colaborar”.

Observamos uma postura desta geração para com os filhos, manifesta no desejo de diálogo e participação dos pais (pai e mãe) e dos próprios filhos no processo de educação, influenciados, neste caso, pelo próprio grupo de reflexão. Esta postura também sinaliza a construção de um significado diferente de autoridade na família, na qual todos os membros têm maior liberdade de expressão, em contraposição à geração do pai de Regina, quando a educação se dava através e para o trabalho.

Além da cartilha que orienta o procedimento durante as reuniões, o grupo de reflexão utiliza um caderno de cânticos para animação dos encontros. Duas vezes ao ano, a diocese promove cursos regionais a fim de ensinar e ensaiar os cânticos. O curso tem duração de dois dias e acontece, geralmente, no município de Canaã. Regina (família 1) participa desses eventos, enquanto Rui cuida das crianças e da casa durante esses dias. Também Beto (família 4) casado, Adelina (família 2) solteira e Manoel (família 3) solteiro

²⁵ A totalidade dos membros das 4 famílias se declaram ‘católicos’, variando a intensidade da participação nas atividades e eventos.

²⁶ O termo comunidade, em Araçongá, delimita a região em torno dos córregos, que geralmente dão nome à comunidade.

participam dos cursos de cânticos. Apesar de o grupo de reflexão representar um espaço de participação da família e, portanto, de pessoas casadas e solteiras, é interessante notar que a saída da comunidade para participar desses cursos envolve, também a oportunidade para solteiros, solteiras, casados e casadas se envolverem em outra atividade que não é a principal atividade do grupo, como a coordenação. Esta participação, nas atividades do grupo de reflexão incentiva à conquista de oportunidades em outros espaços do cotidiano familiar, comunitário e instâncias políticas e de representação.

Além do grupo de reflexão do qual toda a família, mulheres, homens e crianças participam semanalmente, existem campanhas e novenas em ocasiões comemorativas durante o ano: campanha da fraternidade e novena de natal, além do catecismo em que as crianças entre 6 e 10 anos são preparadas para participar de forma mais efetiva dos encontros religiosos. Esta preparação é realizada por pessoas da comunidade, geralmente jovens entre 15 e 25 anos, solteiros²⁷, que realizam cursos preparatórios para serem catequistas. Essas atividades constituem estratégias da igreja católica, utilizadas para que pessoas de todas as faixas etárias estejam envolvidas nas atividades religiosas por ela promovidas.

Os grupos de reflexão promovem a participação em atividades católicas, nas quais aparecem temas ligados à cidadania, ao meio ambiente e outros. Entretanto, o aprofundamento desses temas depende de cada grupo e inserção deste em outras esferas 'leigas' de discussão. Uma vez que o material usado é preparado para toda diocese, as interpretações e adaptações locais é que farão o diferencial quanto à formação comunitária e pessoal.

Além de privilegiar a participação nas atividades da igreja católica, principalmente nos grupos de reflexão, o grupo em questão procura fazer literalmente uma 'reflexão', incorporando o conhecimento e as necessidades locais. Assim, os grupos de reflexão tornam-se espaços, em que a comunidade discute temas aos quais nem todos os participantes tiveram prévio acesso a fontes de conhecimento, como a participação em cursos palestras e outros eventos, tornando-se espaços de repasse de informações e troca de experiências.

²⁷ O termo jovem geralmente é usado para pessoas solteiras, não importando a idade. O mesmo pode-se dizer dos termos homens e mulheres, que se referem aos indivíduos casados.

Observamos, como já foi dito, que a partir destes grupos é que se inicia a participação e conseqüente informação e formação política. Segundo depoimento de Miguel (família 3) a idéia de formar o sindicato de trabalhadores rurais, STR, partiu de reuniões de grupos de reflexão, durante a década 1980. Através da CEBs, receberam orientações da CPT em palestras e cursos. Também através da CPT, conheceram o *Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa, o GAAV*, que passou a assessorar a formação do STR. A parceria entre o GAAV, CPT e o futuro STR de Araponga constituíram, em 1987, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, o CTA-ZM.

Os 11 homens das famílias em questão são todos membros do STR, sendo que 5 deles ocupam, ou já ocuparam, cargos de diretoria. Dentre as 12 mulheres, 6 são sindicalizadas. Dentre as não sindicalizadas, 5 têm menos de 18 anos e disseram não ser sindicalizadas por não possuírem ainda os documentos de identificação como carteira de identidade e CPF, necessários à sindicalização. Uma mulher de 20 anos disse não possuir documentos nem ser sindicalizada porque casou-se com menos de 18 anos, e logo após teve filhos, fato que a impediu de providenciar os documentos, que são feitos em Viçosa. Dentre as mulheres, 2 já ocuparam cargos na diretoria do STR, sendo que uma delas tem 22 anos, já citada e atual presidente do STR. Parece que, de uma forma geral, tanto os homens quanto as mulheres são incentivados a serem sindicalizados; entretanto, como dependem de documentos feitos em Viçosa, isto pode se tornar uma dificuldade para mulheres com filhos pequenos e jovens ainda dependentes dos pais.

O fato de uma mulher ser presidente do STR incentiva, segundo a própria presidente, uma maior participação das demais mulheres nas atividades e comissões. Ainda, segundo a atual presidente do STR, a sindicalização de mulheres teve um aumento considerável, devido a campanhas para documentação e regularização da situação de trabalhadora rural, visando, principalmente, benefícios como aposentadoria e licença maternidade. Por outro lado, a participação efetiva em cargos de diretoria e comissões foi incentivada a partir do estabelecimento de uma cota mínima de 30%, para participação de mulheres em atividades relacionadas ao âmbito da Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, qual seja STR, Associações, CTA-ZM, cursos, etc. A demanda pela participação de mulheres em eventos externos, provoca uma maior inserção nos movimentos locais e na própria comunidade. Contudo, segundo a presidente do STR, a

sindicalização e participação em comissões e eventos das mulheres é inferior em comparação com a participação dos homens, tanto em quantidade quanto em qualidade, ou seja, em presença e capacidade de proposição.

O STR de Araponga possui várias comissões temáticas, como forma de ampliar as frentes de ação. Uma delas busca o conhecimento e divulgação sobre café orgânico. Apesar de a maioria das mulheres estar envolvida na produção de café, daquelas que participaram desta pesquisa, nenhuma participa do grupo do café orgânico. Apesar de ser uma comissão com poucos membros, este fato pode revelar que nem sempre as mulheres fazem parte do planejamento desta atividade, que é considerada como sendo a de maior rendimento econômico das famílias em questão, portanto relacionada ao chefe da família. Entretanto, grande parte dos membros da comissão, além de homens são jovens e estão começando a formar seu sítio.

Uma comissão é responsável pelas discussões sobre a implantação da Escola Família Agrícola em Novo Horizonte. Esta é uma comissão mista, na qual participam homens, mulheres e jovens homens e mulheres. Na década de 90, quando esta comissão discutia a implantação da EFA em Viçosa, a maioria de seus componentes eram homens. Atualmente, algumas mulheres que passaram pela EFA – Viçosa também fazem parte, o que parece incentivar a participação de outras mulheres. O fato de uma técnica (mulher) do CTA-ZM assessorar a comissão, também, contribuiu para esta maior participação. Três homens do grupo pesquisado participam desta comissão, sendo um deles o presidente da Associação Mineira de Escolas Família Agrícola – AMEFA.

O STR de Araponga tem uma comissão de mulheres, que visa maior integração e fortalecimento da participação das mulheres nas atividades do STR, no sentido de influenciar a participação efetiva destas nos processos de decisão, no âmbito familiar e social. Esta comissão é formada por 2 representantes de cada comunidade rural. Uma representante desta comissão participa da Comissão Regional de Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, juntamente com representantes das comissões de mulheres dos demais STR's da Zona da Mata.

A comissão de mulheres tem, como um dos principais temas, a geração de renda para as mulheres no que diz respeito a rentabilizar atividades, já exercidas por elas, no âmbito doméstico. Tem sido discutida a inserção diferenciada da produção das mulheres no

mercado da Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), pois, julga-se que a AFA privilegia a produção dos homens, em detrimento da produção das mulheres²⁸. Durante o trabalho de campo, observamos que o mercado recebe a produção familiar pelas ‘mãos’ de uma pessoa da família, que reúne os produtos familiares num único transporte semanal. No mercado, os produtos são organizados, não em função dos fornecedores, mas de acordo com o tipo de mercadoria, como legumes, doces, grãos, farinhas, materiais de limpeza e outros. A reivindicação da comissão de mulheres, neste momento, é que haja no mercado uma sessão, ou uma prateleira, para produtos preparados e fornecidos exclusivamente pelas mulheres, dando visibilidade às fornecedoras dos produtos. Esta segregação pode apresentar-se como uma postura competitiva em relação aos homens e espaços e instituições organizados por eles. Faz parte das estratégias desta comissão marcar o valor do trabalho doméstico enquanto atividade produtiva da esfera doméstica de produção. É importante ressaltar que a venda de produtos das mulheres, no mercado, proporciona também a visibilidade de uma renda mais freqüente às mulheres do que as advindas da colheita de café, que acontece apenas em alguns meses do ano.

Como estratégia de geração de renda para as mulheres, a Associação Regional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais destina, via STR, um percentual de no mínimo 30% dos recursos do Fundo de Crédito Rotativo, exclusivamente, para a financiamento de projetos geridos por mulheres. Três mulheres do grupo em estudo estão aguardando a aprovação de projetos de criação de aves e suínos, a serem desenvolvidos com recursos deste fundo. Também 3 mulheres participam de cursos, que abrangem desde a concepção até a gestão e implementação de cooperativa de crédito, promovidos pela Agência de Desenvolvimento Solidário, ADS, da Central Única dos Trabalhadores, CUT, uma vez que está em processo de implantação, em Araponga, uma cooperativa de crédito, visando atender, preferencialmente, projetos de apoio à produção familiar.

A Comissão dos Sem-Terra do STR organiza grupos para a compra solidária de terra, de acordo com a demanda por compra de terra e a demanda por recursos do fundo de crédito rotativo, destinado a financiar esta compra.

Quem gerencia o fundo rotativo é a presidente do STR, menos por ser a presidente e mais por ter tido experiência anterior como secretária do STR, além de ter cursado o 2º

²⁸ Relatório da Comissão de Mulheres do STR de Araponga, de 06 de abril de 2003.

grau. Isto faz a diferença, pois, a maioria das lideranças (homens), apesar de possuir grande experiência e habilidades políticas, tem pouca formação em leitura, escrita e contabilidade. Conforme mostrado na Figura 02, dentre as mulheres jovens encontram-se os maiores graus de escolaridade. Embora não garanta, de forma direta, uma maior inserção política, isto facilita lidar de forma mais fácil e desenvolta, com temas com os quais nem todos têm habilidades, podendo tornar a ação política mais efetiva. Tal é o caso do gerenciamento do Fundo de Crédito Rotativo, realizado por uma mulher, que viabiliza o bom andamento da Comissão dos Sem Terra, coordenado por um homem.

No grupo pesquisado, 8 homens e 5 mulheres são associados da AFA, Associação dos Agricultores Familiares de Araponga. A AFA objetiva a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Além do já citado ponto de vendas em Araponga, procura organizar a comercialização em outras regiões, em parceria com a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata. As reuniões e assembléias são geralmente, realizadas em finais de semana, a fim de conciliar um horário que possibilite o comparecimento do maior número possível de pessoas, uma vez que nesses dias, o trabalho nas lavouras é menos intenso. Entretanto, as mulheres casadas e com famílias extensas argumentam quanto às reuniões realizadas aos Domingos que *‘a gente que é dona de casa não da para participar’* porque este é um dia em que a família se reúne e recebe visitas de filhos(as), netos(as), parentes e amigos; como *‘donas da casa’*, elas têm a *‘obrigação’* de receber as visitas e preparar refeições para toda a família. Já para Regina (família 3), que tem filhos dependentes de cuidados intensivos, o ideal seriam reuniões aos sábados ou domingos, quando o marido dispõe-se a ficar com os filhos, durante sua ausência. É interessante observar como as famílias mais jovens estão reelaborando o conceito de mãe, dona da casa, e suas *‘obrigações’* para com a família. Entretanto, em famílias mais jovens, este fato é observado naquelas que estão envolvidas em atividades políticas, principalmente relacionadas ao STR e igreja católica. Uma família de Novo Horizonte, que pouco participa de atividades comunitárias, é considerada pelas demais como *‘difícil’* e *‘fechada’*.

Partindo das informações, aqui apresentadas e obtidas durante a pesquisa de campo, ficou evidenciado que as relações de gênero, vivenciadas pelas famílias pesquisadas, estão passando por transformações, ao serem expostas a uma série de oportunidades de participação em espaços de discussão e proposições acerca do cotidiano do trabalho e da

família. Entretanto, em cada família, a participação de cada membro nas atividades descritas varia, conforme a composição da força de trabalho total e do ciclo de vida familiar. As famílias cujos filhos são adultos, embora vislumbrando uma maior participação da mulher na geração de renda, não conseguem interferir na divisão do trabalho, praticada pela família ao longo dos anos. O depoimento de Aldo (família 2), exemplifica:

“Eu estou entendendo como as coisas devem funcionar. ...e tem que mudar, a gente tenta passar isto para os filhos da gente, mas é futuro...isto vai funcionar daqui uns 50 anos. Agora, na minha época a gente não tinha tempo de pensar, era muito trabalho, e eu acabei seguindo a tradição. Hoje eu sei que ela não é tão boa, mas nós criamos esses meninos do jeito tradicional.”

As famílias mais jovens, que estão começando a construir suas regras de convivência estão incorporando, gradativamente, uma divisão do trabalho mais igualitária que aquelas dos pais, quando expostas a oportunidades de discussão sobre equidade em vários espaços sociais. No município de Araponga, essas oportunidades têm chegado, principalmente a partir do STR, assessorado pelo CTA-ZM. Entretanto, consideramos também outras fontes, como a igreja, escola e outros grupos. No próximo capítulo serão discutidas as influências dos eventos agroecológicos sobre as relações de gênero, em Araponga.

CAPÍTULO 4

INFLUÊNCIA DOS EVENTOS AGROECOLÓGICOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Partindo das informações obtidas durante a pesquisa de campo, observamos que as propostas de desenvolvimento sustentável, tendo como base a agroecologia, foram introduzidas no STR, em Araponga, a partir da atuação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, o CTA-ZM. Durante este trabalho, ficou evidenciado também que a tendência em executar um novo conceito de tratar práticas produtivas, aliadas a práticas de conservação ambiental e às relações sociais, é uma demanda que tem origem tanto nas necessidades das famílias de Novo Horizonte quanto nos objetivos e interesses do STR e da entidade assessora, que visam o incentivo à agroecologia.

De acordo com informações das famílias contempladas neste estudo bem como de documentos do CTA-ZM, esta entidade vem assessorando o STR de Araponga, suas comissões e a AFA desde sua fundação na década de 1980. O CTA-ZM disponibiliza um técnico agrícola para acompanhamento local, com escritório em Araponga, além dos demais integrantes da equipe técnica, com sede em Viçosa, que também atuam em Araponga, em programas específicos e ações pontuais. Para entender como o CTA-ZM influencia a formação do projeto agroecológico das famílias em questão, é necessário entender como se dá a relação da entidade com seu público beneficiário.

Grande parte do quadro social e dos cargos de direção do CTA-ZM é ocupada por agricultores. De um total de 43 associados, 22 são lideranças comunitárias ou do movimento sindical dos trabalhadores rurais da região, enquanto os demais são 12

profissionais que integram a equipe técnica e administrativa e 9 profissionais vinculados à Universidade Federal de Viçosa ou outras ONGs. Os dirigentes de STRs e associações participam das reuniões do *Conselho de Cooperação* do CTA-ZM, que é um órgão consultivo cujo objetivo é avaliar o trabalho do CTA-ZM e suas estratégias de cooperação, bem como planejar atividades de atuação. Um *Grupo de Apoio de Gênero*, composto por 4 mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais, apóia a organização na formulação e implementação de uma política de gênero.

A participação de lideranças e representantes na organização do CTA-ZM proporciona, além de formação e informação, a participação na construção coletiva do projeto de desenvolvimento, difundido por esta ONG. Assim, a atuação do CTA-ZM ocorre em forma indireta. De acordo com o documento intitulado ‘Plano Trienal 2001/2004’:

“a maior parte das atividades do CTA-ZM são desenvolvidas em cooperação com organizações dos ‘pequenos agricultores’. O CTA-ZM, os STR’s, associações e grupos informais da região, elaboram estratégias comuns, para atuação com os ‘pequenos agricultores’. São definidos os papéis e as responsabilidades de cada um para uma ação articulada. A equipe técnica contribui na assessoria técnica-metodológica dos programas, e às outras organizações a gestão das experiências, sua incorporação na dinâmica dos movimentos populares e sua transformação em propostas de políticas públicas”.

Além desta atuação, dentro de cada instituição parceira, assim como em sua área de ação, o CTA-ZM tem uma atuação direta individual, ou através de grupos informais. De acordo com a documentação do CTA-ZM, a entidade faz de sua estrutura um canal, para discutir com seus parceiros as relações sociais de gênero, tanto dentro da própria estrutura quanto nas famílias agricultoras e em suas instituições de representação. Neste sentido, baseando-se na documentação do CTA-ZM (2001b) e buscando analisar sua prática, observamos sua estrutura. Dentre 43 associados, 11 são mulheres e 32 são homens. O fato de o maior número de associados ser homens, lembra-nos que o foco principal das discussões de gênero deve atingir as ‘bases’, ou seja, as famílias rurais, ainda que o ponto de partida seja as lideranças, ou as pessoas, que têm acesso direto a informações e discussões sobre o tema.

Em parte, isto também acontece na composição do Conselho de Cooperação do qual participam os representantes de entidades associadas, em que 5 vagas são de grupos de

mulheres, sendo as demais ocupadas em sua maioria por homens, revelando a dificuldade de as mulheres estarem efetivamente nos espaços de representação. Com relação à equipe técnica, embora constituída por uma maioria masculina, nos processos seletivos para complementação da equipe, a prioridade tem sido a contratação de mulheres, visando, além de um equilíbrio quantitativo de homens e mulheres na equipe, à visualização perante as famílias rurais da participação de mulheres no espaço público, considerado masculino.

O mesmo pode ser observado com relação à composição da diretoria, formada por 3 homens e 3 mulheres, o que não significa que o equilíbrio de sexo garanta a preocupação com as relações internas da ONG e com seu grupo beneficiário. Talvez seja esta a preocupação da constituição do já citado grupo de apoio de gênero, que assessora a equipe e diretoria na formulação de propostas de trabalho, que visem à implementação de políticas de gênero. Neste sentido, em todos os eventos envolvendo a estrutura organizativa, a entidade procura garantir, além da participação quantitativa de mulheres, as condições de infra-estrutura e metodologias que facilitem tanto a participação das mulheres quanto o envolvimento de todos participantes, sejam homens ou mulheres. Em eventos nos quais há este cuidado, as mulheres/mães podem levar as crianças, pois, há organização de espaços e equipes especiais destinados ao cuidado com as crianças.

Contudo, nem sempre o número de participantes mulheres e homens é proporcional. Os sindicatos e associações, na maioria das vezes, enviam representantes homens, pois, geralmente, o número de associados homens é muito superior ao número de mulheres. Então, voltamos às famílias agricultoras, em que, muitas vezes, este representante é o homem, pai, chefe de família, o ‘agricultor familiar’, o ‘pequeno produtor’.

A atuação do CTA-ZM nos municípios e comunidades rurais ocorre em articulação com os STRs e associações, cujas lideranças vêm participando da estrutura acima descrita. Em 2001, uma parceria entre o CTA-ZM, STR, Prefeitura Municipal de Araponga, Instituto Estadual de Florestas, EMATER, UFV e EPAMIG organizou, junto à população rural e urbana de Araponga, a construção de um *Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Este plano foi desenvolvido a partir de um *Diagnóstico Rural Participativo* (DRP), uma metodologia que utiliza técnicas de dinâmica de grupos, que favorecem o envolvimento dos participantes, sendo realizado junto à população urbana, comunidades rurais e entidades, levantando os principais problemas e potencialidades do município, em termos de

agricultura, meio ambiente, saúde, educação e infra-estrutura. Os dados deste diagnóstico aliados a dados secundários foram posteriormente, apresentados às comunidades e entidades para levantamento de propostas e indicação de responsáveis por sua execução. Durante a elaboração do plano, foram promovidas atividades visando à participação de jovens e mulheres em todo o processo. Em termos de quantidade de mulheres e jovens a estratégia foi considerada, pelas entidades organizadoras (CTA, 2003), como bem sucedida, porém em termos de qualidade ou de envolvimento, foi considerada como de baixa qualidade, uma vez que estes grupos apresentaram pouca capacidade de proposição e análise, revelando também a antecedente falta de participação e conseqüente dificuldade de proposição das mulheres. A fala de Margarida (família 1), mostra que as próprias mulheres reconhecem esta dificuldade de se expor em público e emitir opiniões:

“... quando é só para ouvir é mais melhor do que quando tem que falar. O pensamento parece que não consegue acompanhar...”

A idéia de construção de um *Plano de Desenvolvimento Sustentável* em que a população rural seja ouvida, fazendo parte de todo o processo, fica comprometida, uma vez que parte desta população não consegue se expressar. Mairena Duran (2001), avaliando um processo de construção de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável no Município de Tombos também localizado na Zona da Mata de Minas Gerais, e com a assessoria do CTA-ZM, observa que:

“A participação dos atores não surge porque se aplica uma técnica participativa, esta apenas facilita. Tem que existir uma prática participativa prévia que permita à técnica potencializá-la”.

O autor refere-se à participação de vários ‘atores’, mas podemos extrapolar para o caso das mulheres e jovens, em que a metodologia adotada (DRP) possibilitou a oportunidade de participação dessas mulheres, no sentido de comparecimento, mas não a participação efetiva em termos de análise e propostas.

Durante o período compreendido entre 2001 e 2002, o CTA-ZM e STRs da Zona da Mata organizaram um *Programa de Formação de Monitores* (PFM), em que cada STR teve a oportunidade de formação de 2 monitores, sendo uma mulher e um homem, como ‘*estratégia para garantir a continuidade e multiplicação de iniciativas de Desenvolvimento*

Local e Agricultura Sustentável'. O STR de Araponga teve a oportunidade de enviar 3 representantes, sendo 2 mulheres e 1 homem. Destes, 2 têm lotes em Novo Horizonte (uma mulher e um homem), sendo que a mulher, como já citado, atualmente ocupa o cargo de presidente do STR de Araponga. Segundo a documentação pesquisada (CTA, 2003):

“A formação de monitores tem sido um espaço privilegiado de aprofundamento das discussões sobre as relações sociais de gênero, tanto do ponto de vista conceitual quanto na capacitação de pessoas em metodologias específicas para o trabalho com gênero”.

“Na formação de monitores a participação obrigatória das mulheres causou muitos conflitos, mas hoje a gente vê que o trabalho com as mulheres tem crescido muito nos municípios onde tem monitora atuando”.

O conflito refere-se ao critério de participação, segundo o qual cada STR pode apresentar dois monitores, sendo um homem e uma mulher. Quando não houver monitora, não pode haver a participação de 2 homens. Este critério foi estabelecido pela organização do programa, composta por representantes mulheres e homens do CTA e dos STRs da Zona da Mata. O mesmo acontece no *Programa de Formação de Agricultores e Agricultoras* em produção agroecológica de café, em andamento, que tem como objetivo *‘a capacitação em atividades de experimentação e difusão de tecnologias no processo de produção agroecológica de café’*. De acordo com relatórios do CTA-ZM, a formação tem sido uma estratégia de contribuição para o fortalecimento das trabalhadoras, tanto no âmbito familiar quanto no âmbito social. No entanto, a participação das mulheres nos espaços decisórios e de atuação política parece ainda não ser uma prioridade para as entidades parceiras, uma vez que cargos de direção e representação ainda são ocupados por homens, havendo dificuldades tanto na definição de mulheres, como representantes, quanto em sua participação efetiva. Consideramos que a participação nestes espaços é conquistada através da contínua participação e formação advinda desta participação. Consideramos também que as entidades devem desenvolver mecanismos, que favoreçam a efetiva participação das agricultoras nesses espaços.

Por estar situado no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, o município de Araponga participa do *Programa de Conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro*, também organizado pelo CTA-ZM. Este programa tem por objetivo a *‘conservação dos remanescentes de mata atlântica com participação social na*

implantação e gestão de unidades de conservação, bem como a criação de alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico das famílias de ‘pequenos(as) agricultores(as)’ (CTA, 2001b). Dentre essas alternativas, estão a produção diversificada através da apicultura, agroecoturismo, plantas medicinais e ainda melhor aproveitamento dos quintais para geração de renda, inclusive renda diferenciada para mulheres. As alternativas visam também à conservação e recuperação dos solos, implementação de uma proposta de Educação Ambiental para o ensino fundamental da educação formal, bem como a elaboração de um Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) com a participação de representantes da população local e suas organizações. De acordo com a documentação do CTA-ZM, uma das estratégias deste plano consiste em direcionar as atividades para as famílias, como um todo, garantindo a presença das mulheres e jovens: *‘Isto inclui desde pensar a linguagem a ser utilizada, a forma de encaminhar os convites e a estrutura necessária para favorecer a presença das mulheres’*.

Por envolver objetivos e atividades diferenciadas e amplas, como citado anteriormente, a própria estrutura do programa favorece a participação de membros das famílias, como mulheres, homens, jovens homens e mulheres e crianças na divulgação do projeto agroecológico. Contudo, voltamos à questão da participação prévia, como processo de formação, expressa em relatório do CTA-ZM (2003):

“ muitas vezes é difícil você trazer uma mulher pra uma reunião como essa, que ela não participa, esta totalmente desinteirada, chega aqui e fica calada”.

Refletindo sobre a situação descrita, concordamos com Faria et al.(2002), quando diz que um dos desafios fundamentais para a incorporação de gênero pelas ONGs é *‘deslindar resistências e equívocos dos que acham que incorporar gênero é apenas um incremento nas práticas’*, ou seja, no caso analisado, não é suficiente considerar a participação das mulheres, ao realizar o planejamento de atividades. A proposta de trabalhar as oportunidades de participação é, apenas, um passo em direção à intenção de trabalhar a equidade nas famílias.

Em parceria envolvendo organizações da *Rede PTA* (Projetos em Tecnologia Alternativas), o CTA-ZM realizou, entre os anos 2001 e 2002, um *Monitoramento de Impactos Econômicos de Práticas Agroecológicas* no município de Araçuaia, envolvendo

4 sistemas familiares de produção. Para se ter um referencial comparativo, foram monitoradas duas unidades produtivas ‘agroecológicas’ (ou mais agroecológicas, considerando uma transição para a agroecologia, partindo de um sistema ‘convencional’ ou não agroecológico) e duas ‘convencionais’ (ou mais convencionais, considerando uma possível diversidade de manejo). Segundo o documento, denominado Monitoramento Econômico de Inovações Agroecológicas em Sistemas Familiares de Produção:

“O foco do monitoramento foi verificar o impacto das diferentes propostas incorporadas pelos ‘agricultores’ nos seus sistemas de produção. E isto inclui não somente aquelas tecnologias e processos implementados na cultura do café, mas também no sistema como um todo, na medida em que mudanças em outros subsistemas da propriedade interferem no subsistema do café e vice-versa.”

Os impactos foram avaliados de acordo com critérios estabelecidos entre os parceiros acima citados, monitorando atributos de autonomia, flexibilidade, produtividade, equidade e estabilidade. Os resultados apontam para uma maior eficiência econômica nas categorias analisadas, nas propriedades ‘mais agroecológicas’, em comparação com as ‘mais convencionais’. No Quadro 2 observamos as diferentes estratégias adotadas pelos dois grupos, indicando uma maior autonomia das famílias ‘mais agroecológicas’. Se analisarmos as informações sobre alternativas de fontes de renda e prioridades no seu uso, verificamos que as primeiras famílias têm fontes de renda mais diversificadas e utilizam a renda, obtida com o café, para a realização de investimentos, ao passo que as famílias ‘mais convencionais’ dependem desta renda para manutenção das despesas diárias.

Na documentação disponível, encontramos sempre a denominação do sistema como sendo familiar, observamos também o envolvimento de homens, mulheres e jovens nas atividades coletivas, como visitas e encontros. Contudo, nos arquivos de entrevistas deste monitoramento, não encontramos uma preocupação em elucidar a questão da equidade sob um enfoque de gênero. As questões foram colocadas para o homem ou para o casal, sendo as respostas formuladas, na maioria dos casos, pelos homens. A intenção de envolver a família merece maior atenção na escolha de metodologias, que favoreçam a participação efetiva e diferenciada de cada membro, evitando que um participante (geralmente o homem) fale pelos demais. Seria interessante entender a contribuição da mulher nas

economias das propriedades ‘mais agroecológicas’, em comparação às propriedades ‘mais convencionais’.

O Quadro 2 revela aspecto da produção e geração de renda de forma agregada para a família, e nos demais documentos não foi possível identificar os dados da distribuição desta renda, importantes para entender as relações de equidade de gênero nos sistemas familiares²⁹. Apesar de observarmos, ainda no Quadro 2, um papel mais ativo desempenhados pelas famílias agroecológicas na sociedade, através da solidariedade, dos mutirões, troca de dias de trabalho, e uma conduta mais de isolamento e individualismo nas famílias mais convencionais, estes dados também estão agregados por famílias, podendo estar omitindo as relações desiguais entre homens, mulheres e jovens dentro das famílias.

Quadro 2– Condicionantes, relações e opções que ilustram distintas estratégias econômicas dos 2 grupos de famílias

| | Famílias ‘agroecológicas’ | Famílias ‘convencionais’ |
|--|--|--|
| História anterior de posse de terra | Meeiros / Compra conjunta de terra | Donos de terra / Herança |
| Mobilidade social comparada com geração anterior | Ascendente | Descendente ou mantendo |
| Escala de produção de café | (12-20 sacas) | (81-56 sacas) |
| Renda agrícola | (R\$ 3.595,00 – R\$ 5.799,00) | (R\$5.874,25 – R\$ 9.792,00) |
| Renda monetária | (R\$ 1.290,00 – R\$ 2.466,00) | (R\$ 4. 094,00 – R\$ 7.040,00) |
| Prioridades no uso da renda | -Renda da diversificação usada p/ pequenas despesas corriqueiras -Renda do café usados p/ investimentos (luz, terra, etc) -Renda do trabalho fora da propriedade usada p/ despesas da casa | -Principal fonte de renda é o café (preocupação com as variações no preço) -Gastos da família feitos com a renda do café -Usam recursos de trabalho fora para investir no café |
| Variação da renda (nos últimos 3 anos) | Ascendente (aumentando a produção do café) | Oscilante (dependendo da bianualidade da produção do café e seu preço) |
| Alternativas de fontes de renda (além do café) | Açúcar, mel, frutas, hortaliças, produtos caseiros | Produção de milho e feijão |
| Relações de trabalho dentro da propriedade | Presença de relações não monetarizadas | Presença de relações monetarizadas |
| Oportunidade de trabalho fora da propriedade | Pedreiro; parceria, diarista, demanda de trabalho no engenho | Pedreiro, diarista na panha do café |
| Relação de integração com a comunidade | Cooperativo | Competitivo |
| Atitude frente a comunidade | Solidariedade | Individualismo |
| Dependência da Comunidade | Mais interdependente | Mais independente |
| Envolvimento em grupos políticos e religiosos | Envolvimento ativo | Apenas membro / envolvimento passivo |

Fonte: Monitoramento Econômico de Inovações Agroecológicas em Sistemas Familiares. AS-PTA, CTA-ZM, TERRA VIVA, FUNBIO, FUNDAÇÃO FORD, 2003.

²⁹ Nancy Folbre, no artigo Hearts and Spades: Paradigms of Household Economics, chama a atenção para deficiências das análises econômicas de unidades familiares que não levam em consideração as diferenças entre gênero e geração nas famílias.

Ainda através dos relatos deste monitoramento, é ressaltado o caráter educativo e de difusão do evento, em que as famílias ‘mais convencionais’ passaram a adotar práticas ‘mais agroecológicas’ durante o período em monitoramento:

“Uma lição importante foi o processo de reflexão e debate, realizado principalmente nos encontros e visitas com os/as agricultores/as (participantes do monitoramento de impactos econômicos de práticas agroecológicas). Para os/as agricultores/as, em termos de utilidade do processo no planejamento de suas propriedades, talvez os principais resultados decorrem da troca de experiências que o monitoramento possibilitou, dando mais segurança e novas idéias para uns e para outros/as”.

Neste sentido, estes resultados também desencadeiam mudanças nas famílias, que não participaram diretamente do monitoramento, naquelas vizinhas, naquelas que participam de outros grupos onde participam as famílias do monitoramento, naquelas com algum parente comum. Por não estarem submetidas às formas convencionais de assistência técnica, este é um meio de estarem em contato e receberem informações sobre a produção agroecológica. As famílias de Novo Horizonte, que também mantêm vários ‘laços’ com as famílias que participaram do monitoramento, reconhecem que são influenciadas pelas atividades relacionadas ao monitoramento, bem como por outras atividades referentes à agroecologia, que define a própria existência do local através da conquista solidária de terra.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a forma como famílias, que praticam agricultura familiar no município de Araponga-MG, experimentam/vivenciam princípios agroecológicos de equidade nas relações de gênero. Procuramos compreender como tais famílias resignificam, reproduzem e difundem as práticas e representações relativas a esses princípios na economia doméstica, na comunidade e nas organizações políticas e religiosas das quais participam.

O eixo teórico desta dissertação perpassa os conceitos de desenvolvimento sustentável, agroecologia e agricultura familiar.

As famílias participantes desta pesquisa experimentaram importantes transformações, desencadeadas pelo projeto agroecológico que vivenciam. A centralidade da conquista da terra por essas famílias demonstra a preocupação com a autonomia, estabilidade, produtividade, equidade e sustentabilidade da família enquanto componente do agroecossistema. A partir desta pesquisa, podemos assumir que é através do acesso à terra que as famílias agricultoras têm condições de planejar, gerir e influenciar suas necessidades de preservação ambiental e de promoção socioeconômica. Também para aderir ao modelo agroecológico, a família necessita de liberdade nas decisões, proporcionada pela condição de proprietária da terra.

Partindo do pressuposto que a liberdade nas decisões é experimentada de forma diferenciada, por cada membro da família, este trabalho analisou a participação da família

em eventos agroecológicos, como cursos de formação e reuniões de organizações representativas, buscando entender como vivenciam o princípio agroecológico da equidade.

As análises revelaram a participação de todos os membros da família nas atividades socioeconômicas, desenvolvidas pelo grupo familiar. Entretanto, essa participação é diferenciada de acordo com a atividade, valorização e significado da atividade pelo próprio grupo familiar. Apesar de a mulher estar integrada no trabalho familiar, em praticamente todas as atividades, o reconhecimento da sua participação na composição da renda da família ocorre de forma diferente da dos homens.

Os dados obtidos demonstram o fato de que o trabalho, que gera renda para o grupo doméstico, propicia às mulheres maior status e poder de decisão. Entretanto as mulheres, trabalhadoras rurais, contribuem de forma efetiva para a renda familiar por meio de atividades realizadas no âmbito doméstico, bem como nas demais atividades da família, qual seja a produção da 'roça' ou do café. Entretanto, como já foi visto, o trabalho feminino na produção familiar é subestimado e conseqüentemente, sua parte na geração de dinheiro deste setor não é devidamente contabilizada, bem como sua participação nas decisões quanto ao gasto.

Este trabalho evidenciou que a elevação do status e poder de decisão não são definidos, somente, pelo aumento da renda. A partir do momento em que o grupo reconhece as atividades da mulher como trabalho, e as valoriza, ela ganha visibilidade e aumenta sua participação nos espaços de decisão e proposição no âmbito familiar, bem como aumenta o campo de possibilidades para essas mulheres, como representante da família em espaços políticos. Em outras palavras, quando a família se reconhece como um grupo, que depende do trabalho e participação de todos os membros para se reproduzir de forma sustentável, começa a vivenciar o princípio da equidade.

O ciclo de vida no qual se encontra a família, tem forte influência na integração das mulheres nas atividades dos coletivos em que elas participam. No período em que há crianças com menos de 5 anos, a mulher tem menos mobilidade tanto para atividades produtivas fora do domicílio quanto em atividades comunitárias e políticas.

A realidade das famílias, que participaram desta pesquisa, conduziu à observação de que a participação da família em atividades políticas é outro fator, que influencia a integração dos membros no conjunto das atividades familiares. A oportunidade de

participação em eventos comunitários, religiosos e associativos favorece a formação pessoal, orientando as posições no sistema de tomada de decisões da família. É a partir da participação nesses espaços (públicos) que os membros das famílias constroem o modelo de desenvolvimento com bases agroecológicas; é nesses momentos que têm acesso a informações, conhecimentos e participam das mais diversas questões.

As oportunidades de participação são dadas de forma diferenciada, para cada membro da família e da comunidade. Contudo, no caso da participação das mulheres devemos considerar que sua participação ocorre de forma diferente da participação dos homens, sendo o significado dessa participação também diferente, uma vez que suas experiências e oportunidades são distintas das dos homens.

O 'grupo de reflexão' religiosa é um importante espaço de socialização de conhecimento e informações, uma vez que a comunidade tem representantes em grupos de discussão e capacitação em vários temas. O grupo de reflexão, fundamentalmente de cunho religioso, cumpre outro papel importante como articulador e socializador da aprendizagem do grupo, mas cumpre um papel muito singular no caso das mulheres. O grupo de reflexão torna-se o espaço que possibilita, simultaneamente, emergir a forma particular de participação da mulher, tanto quanto o lugar de construção de uma forma participativa nos termos/significado da participação dos homens. Ou seja, é no encontro das vozes masculinas e femininas, que se concretizam formas diferenciadas de fala, lógica, esquemas de pensamento e explicitação da visão de mundo dos gêneros. Os grupos de reflexão realizam, ainda, a exposição dos participantes a questões ligadas à organização comunitária e política, tanto em nível local quanto regional e nacional.

Esta dissertação revela a forma particular como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, STR, articula-se em discussões sobre os vários temas pertinentes ao cotidiano da vida rural. Revela também a forma singular que as atividades de formação e capacitação de pessoal, empreendidas pelo STR, ocupam na realidade da família agricultora, em detrimento de outras organizações associativas. A importância e o lugar ocupado pelo STR traduz-se, de forma mais consequente, nos aspectos mais propriamente produtivos. Embora observando uma participação maior dos homens, pais e chefes de família nas atividades promovidas ou mediadas pelo STR, constatamos que oportunidades também estão surgindo para a participação dos demais membros da família, sejam mulheres, jovens ou homens. As

parcerias do STR com organizações de assessoria a essas famílias agricultoras contribuem para a consolidação de uma visão de desenvolvimento com igualdade de oportunidades, igualdade de participação, igualdade de acesso ao conhecimento e igualdade nas decisões internas da família.

O Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM, cumpre o papel de principal fonte de assessoria ao STR de Araponga. Neste sentido, coloca em prática sua visão de desenvolvimento sustentável, norteada pela agroecologia, que tem como pilar o desenvolvimento com distribuição equitativa dos resultados. Apesar das estratégias utilizadas pelo CTA-ZM, visando incentivar a participação qualitativa e quantitativa das mulheres nos fóruns de discussão e formação agroecológica, o processo de incorporação, reelaboração e vivência dos princípios agroecológicos ocorre de forma gradual em ritmo diferenciado, conforme o ciclo de vida das famílias e a idade das mulheres. É a partir de experiências participativas – nesses diferentes espaços - que se constroem atitudes, comportamentos e discursos aceitos/legítimos pelo grupo, como próprios para espaços considerados públicos. Retomamos vários casos concretos, em que este processo de construção da socialização ocorre de forma gradual. Um deles é a própria estratégia de distribuição das informações, que é feita de forma centralizada em grupos e comissões, sendo que, se por um lado atinge grande número de famílias pela representação, por outro a informação é diluída no percurso até chegar em cada família. Segundo depoimentos das famílias, a representação familiar e comunitária ocorre, muitas vezes, como indicação pelos membros mais experientes ou mais envolvidos na organização representativa, neste caso o STR. Entretanto, ocorre que a escolha nem sempre incide sobre o perfil ideal ou mais favorável à função a ser desempenhada, podendo, também, ocorrer o acúmulo de funções, gerando um círculo vicioso, em que as oportunidades não são bem distribuídas. Isto aponta para a necessidade de criação de mecanismos, que promovam social e politicamente, tanto homens quanto mulheres e jovens da agricultura familiar.

Por outro lado, de acordo com a análise de documentos do CTA-ZM, relativos tanto à entidade quanto às parcerias, observamos que, mesmo centrando o foco de ações na agricultura familiar e na família agricultora, a linguagem utilizada é quase sempre focada ou dirigida ao ‘trabalhador rural’, ao ‘produtor rural’ ou ao ‘agricultor familiar’, lembrando sempre a liderança centrada na figura do homem, pai, chefe de família. As mulheres

acabam sendo englobadas nessa categoria geral. As entidades estão se esforçando para incorporar, em seus discursos, a equidade nas relações de gênero, mas esta ainda é uma questão que exige estudos e mudança de posturas, em cada atividade realizada e documento elaborado pela equipe técnica e lideranças sindicais. Esta dissertação evidencia o lugar de importância e o significado técnico-político que o CTA-ZM e o STR ocupam neste contexto geográfico e social, influenciando atitudes, comportamentos, práticas agrícolas e não agrícolas das famílias agricultoras de Novo Horizonte.

Neste estudo grande parte das questões propostas inicialmente foi realizada. Entretanto, sua relevância deve ser identificada nas inúmeras questões, que surgiram através do processo percorrido para/na análise dos dados.

Consideramos a necessidade de estudos centrados, especificamente, em metodologias que favoreçam a participação efetiva das mulheres. Uma das constatações é que as mulheres possuem formas de participação nem sempre valorizadas, em comparação com a forma masculina de participação. Traquejo na elaboração de análises e proposições, muitas vezes, tem de ser efetuada conforme parâmetros hegemônicos, masculinos. As mulheres de mais idade desta pesquisa iniciaram-se muito recentemente nas práticas participativas. A pouca ou falta de participação efetiva e constante, bem como de conhecimentos prévios sobre os processos políticos trazem insegurança e, muitas vezes o desconforto mediante a necessidade de falar em público é vivido como verdadeiro drama pelas mulheres.

A intensa experiência político-religiosa-comunitária vivida pelas famílias, aliada à experiência da 'compra solidária de terra', torna o caso das famílias de Novo Horizonte muito especial. Do compromisso firmado com o ideário agroecológico, impõe-se uma reflexão, ainda que de forma tímida, em torno de relações menos assimétricas no âmbito familiar.

O presente trabalho evidencia a necessidade de futuras análises, que incidam sobre os costumes e moral das famílias agricultoras. Estudos micro das relações entre homens e mulheres, que se organizam para e no trabalho da terra, podem revelar as razões das permanências/mudanças ocorridas nas famílias através da apropriação dos princípios agroecológicos adotados nas práticas agrícolas. A gênero como uma categoria analítica

devem-se somar metodologias menos invasivas, algumas técnicas do DRP, contando que outras possibilidades metodológicas sejam consideradas.

As relações de gênero, relações familiares mais igualitárias, os arbitrários culturais presentes na construção do feminino e masculino, na realidade da agricultura familiar, configuram-se como temas, requerendo estudos que explicitem as complexidades das relações entre os sexos, sejam elas definidas como de complementaridade ou de cooperação, sejam mantendo/rompendo relações tradicionais, como as existentes no âmbito da agricultura familiar, quase sempre definidas como de opressão/subordinação ou assimétricas sem se considerar o significado singular que tem a família para/na realidade da agricultura familiar.

Com base nesta pesquisa pode-se afirmar que as famílias de Novo horizonte estão tendo oportunidades de vivenciar a construção das próprias regras de convivência pautadas nos princípios agroecológicos e estão, progressivamente alcançando sucesso em vários aspectos socioeconômicos, agronômicos e ecológicos. A incorporação dos princípios agroecológicos, entretanto, exige um tempo muito maior para que seus efeitos sejam sentidos/vividos nas relações entre os seres humanos, em especial nas relações de equidade no interior das famílias e comunidades rurais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, M. Gênero e desenvolvimento Sustentável. In: *Memória do curso Regional Sobre Gênero no Desenvolvimento Sustentável*. UICN (União Mundial para a Natureza), 1993.

ALMEIDA, J. Da Ideologia do Progresso à idéia de Desenvolvimento (Rural) Sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. *Reconstruindo a Agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ALMEIDA, J. A Agroecologia entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Mercado. In: *V Simpósio Latino Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Florianópolis: 2002. Versão preliminar.

ALMEIDA, S. G. *Monitoramento de Impactos Econômico de Práticas Agroecológicas*. Rio de Janeiro: AS – PTA, 2001. 17 p.(Termo de Referência).

ALMEIDA, S. G. Transição para a Agroecologia: a experiência social faz o caminho. *Anais: ENA – Encontro Nacional de Agroecologia*. Rio de Janeiro, 2002.

ALTIERI, M. *Agroecologia: as Bases Científicas da Agricultura Alternativa*. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

ALTIERI, M. *Agroecologia: as Bases Científicas da Agricultura Alternativa*. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M., MASERA, O. Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. *Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. – Porto Alegre: UFRGS, 1998.

AS – PTA, CTA-ZM, TERRA VIVA, FUNBIO, FUNDAÇÃO FORD. *Monitoramento Econômico de Inovações Agroecológicas em Sistemas Familiares*. Rio de Janeiro: AS – PTA, 2003. 22p. (Textos de Referência).

ATAIDE, Y. D. B. *Clamor do Presente: História oral de Famílias em Busca de Cidadania*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 277p.

CALIARI, T. *Depoimentos colhidos em Araponga*. 2000 (material bruto).

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque Científico e Estratégico. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n.2, abr/junh.2002. p. 13-16.

CARVALHO, I. C. M. *A Invenção Ecológica: Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Ed Universidade/ UFRGS, 2001. 299 p.

CAVALCANTI, C. *Em busca da compatibilidade entre a ciência da economia e a ecologia: bases da economia ecológica*. XV Encontro Anual da ANPOCS, 1991.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. *Nossa Missão. Revista 15 anos CTA*. Viçosa, 2002 a. 27p.

_____. *O CTA e o desafio de lutar pela equidade nas relações sociais de gênero*. Viçosa, 2003.

_____. *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Araponga, 2001 a.

_____. *Projeto de Apoio Institucional: Plano Trienal 1998 – 2001*. Viçosa, 1998.

_____. *Projeto de Apoio Institucional: Plano Trienal 2001-2004*. Viçosa, 2001 b.

_____. *Sistemas de Produção Agroecológicos*. Revista 15 anos CTA. Viçosa, 2002 b. 27p.

CLASTRES, P. O Arco e o Cesto. In: _____. *A Sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

COMERFORD, J. C. *Como uma Família: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo na Zona da Mata de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 485p. 2 vol. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

DA COSTA, S. M. *As Redes da Pesca: Estratégias Econômicas e Formas de Solidariedade entre os Pescadores Artesanais*. Viçosa, UFV, 1999. 158p. Tese (Mestrado em Extensão Rural) _ Universidade Federal de Viçosa, 1999.

D'AVILA, S.M.G. *O Significado do Trabalho Feminino para Famílias de Trabalhadoras de uma Indústria de Confeção de Fortaleza*. Viçosa: UFV, 1999. 130p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 1999.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. *Dados Secundários de Araponga*. EMATER, MG: Araponga, 2001.

FARIA, N., SILVEIRA, M. L., NOBRE, M. Escolhas Políticas: desafios para a incorporação de gênero às práticas das ONGs. In: BUARQUE, C et alli. *Perspectivas de Gênero. Debates e questões para as ONGs*. Recife: GTGênero – Plataforma de contrapartes Novib/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002. 192p.

FERREIRA, A. D. D. *Processos e Sentidos Sociais do Rural na Contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. Estudos Sociedade Agricultura, n° 18, abril de 2002.

FIÚZA, A L. *O Papel da Mulher Rural nas Políticas de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 370p. Tese (Doutorado em Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2001.

FOLBRE, N. Hearts and Spades: Paradigms of Household Economics. *World Development*, vol 14, n°2, p.245-255, 1986.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. In: GRANOVETTER, M.; SWEDBERG, R. *The Sociology of Economic Life*. Westview: Boulder (Co.), 1992.

HEREDIA, B. M. A. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dados Agropecuários – Ano 2000*. [S.l: s.n.]. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 20 junho de 2002.

KHATOUNIAN, C. A. *A Reconstrução Ecológica da Agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p.

KIENER, C.I. *ONG's e Ideologias de Desenvolvimento: O Caso do IDACO*. Viçosa: UFV, 2001. 109 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2001.

LAMARCHE, H. *A Agricultura Familiar*. Campinas: UNICAMP, 1993. 245 p

LOPES, M. F. *Redefinição Social do Papel da Mulher na Economia Doméstica: da família camponesa à família assalariada*. Viçosa: UFV, 1983. 159 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 1983.

MAIA, S. M. R., ARAPIRACA, T. C. Gênero, agricultura familiar geração de renda; um estudo de caso. In; COSTA, A., A., A., SARDENBERG, C. M. B. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM/UFBA, 2002. 320p. – (Coleção Baianas; 8)

MAIRENA DURAN, R. F. A Participação dos Atores Sociais na formulação do Plano de Desenvolvimento Rural no Município de Tombos – MG. Viçosa: UFV, 2001. 141 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2001.

MARTINS, P. R. *Por uma sociedade Sustentável*. Campinas: UNICAMP, 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, 1996.

MELO, D. L. M. *O Parque Estadual do Rio Doce/MG e a Qualidade de Vida da População de seu Entorno*. Viçosa: UFV, 2001. 113 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, 2001.

MELO, L. A. O ônus da invisibilidade: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: COSTA, A. A. A., SARDENBERG, C. M. B. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM/UFBA, 2002. 320p. – (Coleção Baianas; 8)

MITCHELL, J. Modelos Familiares In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MOREIRA, R. J. Agricultura Familiar e Sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, abril 1997: 51-69.

NOBRE, M.; SILIPRANDI, E.; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF, 1998. 68p. (Coleção cadernos Sempreviva)

NORGAARD, R. B., SIKOR, O. Metodologia e Prática da Agroecologia. In: ALTIERI, M. *Agroecologia: as Bases Científicas da Agricultura Alternativa*. Guaíba, Agropecuária: 2002. 53-84

PACHECO, M. E. L. Sustentabilidade Ambiental e Igualdade de Gênero. In: BUARQUE, C et alli. *Perspectivas de Gênero. Debates e questões para as ONGs*. Recife: GTGênero – Plataforma de contrapartes Novib/SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002.

PRETTY, J. N. *Regenerating Agriculture. Policies e practice for Sustainable and self-reliance*. Washington: Josephle Henry Press, 1995.

RIBEIRO, S. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. *Reconstruindo a Agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

ROSALDO, M. Z. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, M. Z., LAMPHERE, L. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SARTI, C. *A Família como Espelho; um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996. 128p.

SÁ SOBRINHO, R. G. *Agricultura de subsistência e conservação dos recursos naturais nos assentamentos cajueiro e Fortaleza no município de Una - BA*. Viçosa, UFV, 2003. (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2003.

SCHEFLER, M. L. N. Mulheres Guardiãs da Terra e da Vida: Proposições para uma Análise do Espaço na Perspectiva de Gênero. In: FERREIRA, S. L., NASCIMENTO, E. R. *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. 268p. – (Coleção Baianas; 7).

SCHIMITT, C. J. Transição para a agroecologia na Região Sul. Anais: ENA – Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2002.

SCOTT, J. *The Moral Economy of the Peasant: Subsistence and Rebellion in Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 1976.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v.16, p.5-22, 1991.

SIDERSKY, P. *Agricultura Familiar: uma opção para o Brasil*. Rio de Janeiro: AS – PTA, 1994. 20p. (Textos para Debate, 53).

SIDERSKY, P. *Sobre a Especificidade do Pequeno Produtor: uma introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa*. Rio de Janeiro: AS – PTA, 1991. 22p. (Textos para Debate, 36).

SILVA, J. G. Agricultura Sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. *Reconstruindo a Agricultura: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SILVA, L. H. As Experiências de Formação de Jovens do Campo: alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2003. 265p.

SHALINS, M. On the Sociology of Primitive Exchange. In: *Stone Age Economics*. London: Tavistock, 1978. Cap 5.

SUÁREZ, M., LIBARDONI, M. *Mulheres e Desenvolvimento Agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero*. Brasília; IICA, 1992. 171p.

TRIGO, E., KAIMOVITZ, D., FLORES, R. *Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável*. Estudos econômicos, São Paulo, Fundação Instituto de Estudos Econômicos, Universidade de São Paulo, v 24, nº especial, 1994.

VON DER WEID, J. M. Qual a estratégia para o desenvolvimento rural? In: *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de desenvolvimento*. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento: Série Textos para Discussão nº 2.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O Trabalho da Terra; a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987. 192 p.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.